

**O uso de *se* com infinitivo
na História do Português:
Do Português Clássico ao Português Europeu
e Brasileiro Modernos**

Silvia Regina de Oliveira Cavalcante

Tese de Doutorado

Instituto de Estudos da Linguagem

Universidade Estadual de Campinas

O uso de *se* com infinitivo na História do Português:
do Português Clássico ao Português Europeu e Brasileiro
Modernos

Silvia Regina de Oliveira Cavalcante

Tese de Doutorado

Apresentada ao

Departamento de Lingüística
Instituto de Estudos da Linguagem
Universidade Estadual de Campinas

Campinas, 27 de janeiro de 2006.

Banca Examinadora

Charlotte Marie Chambelland Galves
Universidade Estadual de Campinas
Orientadora

Carmen Dobrovie-Sorin
Université Paris VII / CNRS

Maria Eugênia Lamoglia Duarte
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Maria Aparecida Correa Ribeiro Torres de Moraes
Universidade Estadual de São Paulo

Sonia Maria Lazzarini Cyrino
Universidade Estadual de Campinas

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA IEL – UNICAMP

C314u Cavalcante, Silvia Regina de Oliveira
O uso de SE com infinitivo na História do Português:
Do Português Clássico ao Português Europeu e Brasileiro Modernos
Silvia Regina de Oliveira Cavalcante – Campinas, SP: [s.n.], 2006.

Orientador: Charlotte Marie Chambelland Galves
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Mudanças Lingüísticas. 2. Sintaxe (Gramática). 3. Gramática Gerativa.
4. Língua Portuguesa – Infinitivo. 5. Língua Portuguesa – Pronome.
I. Galves, Charlotte. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Agradecimentos

Geralmente, a primeira coisa que se faz numa Tese é escrever os “Agradecimentos”. A gente senta na frente do computador, arruma os papéis do lado, e fica com aquele ar de intelectual pensando em como começar os agradecimentos como se não tivesse mais nada urgente pra fazer. Aí a gente fala: “estou escrevendo um capítulo muito importante da Tese”. Eu, por exemplo, até o momento já escrevi uns quatro agradecimentos, até chegar a este daqui... Fugindo à regra, minha Tese foi defendida sem os “Agradecimentos” escritos. Isso porque, além de os ficar (re)escrevendo, eu queria ir até o fim para não cometer nenhuma injustiça com nenhuma pessoa, uma vez que, francamente, uma pessoa escrevendo Tese enlouquece; enlouquece a si mesmo e a qualquer um que se meta e discutir seu trabalho. Bem, loucos são muitos, e, eu, claro, não sou exceção à regra: imagina a loucura que é, para qualquer leigo, analisar o “*se* com infinitivo no PE e no PB” e acreditar que isso possa contribuir para o progresso da Ciência no Brasil. Pelo menos, agora, no Censo do IBGE há um doutor a mais no país, e isso pode entrar nos índices de desenvolvimento nacional... ou não! Bem, se contribuí, ou não, não vem ao caso aqui, temos que ler as Conclusões deste trabalho pra saber... mas vem ao caso que muita gente me ajudou nesse meu caminho.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a minha orientadora – Charlotte Galves – que acreditou em mim e me orientou com uma paciência que nem eu teria comigo mesma, que me guiou nos caminhos das gramáticas do português.

Agradeço, em seguida, aos professores Maria Eugênia Duarte (UFRJ), Bernadete Abaurre (Unicamp), Mary Kato (Unicamp), Sonia Cyrino (Unicamp), Jairo Nunes (USP), Cida Torres (USP), Evani Viotti (USP), Tony Kroch (UPenn), Ana Muller (USP): o nosso trabalho sempre é influenciado pelos nossos mestres. Em especial, agradeço ao Tony e à Cida pelos valiosíssimos comentários na Banca de Qualificação, que melhoraram em muito o meu entender sobre o fenômeno estudado. Muitos obrigados vão também para os que participaram das Bancas de Qualificação de Área, Tony e Evani pelas orientações e Maria Eugênia, Mary Kato, Sergio Menuzzi (UFRS) e Pilar Barbosa (Univ. do Minho) pelos comentários, sugestões e críticas aos trabalhos. Ah, a Banca! Agradeço aos membros da Banca – Charlotte, Carmen Dobrovie-Sorin (Paris 7), Maria Eugênia, Cida Torres e Sonia – que aceitaram ler a Tese com uns 10 dias de antecedência e pelos comentários e sugestões, pela discussão, por todas as contribuições que fizeram a esta pesquisa.

Minha vida no IEL foi muito melhorada pela oportunidade de estar inserida no Projeto *Padrões Rítmicos, Fixação de Parâmetros e Mudança Lingüística* e trabalhar com pessoas maravilhosas: Helena Britto, Maria Clara Paixão de Sousa, Cristiane Namiuti, Simone Floripi, Gilcélia de Menezes, Luciane Chociay.

Especialmente, agradeço a Tony e Martha Kroch, por me acolherem como uma filha em sua residência durante minha estadia na Universidade da Pensilvânia. Realmente, sem essa ajuda não poderia ter ficado seis meses lá. Muito obrigada de coração.

Agradeço também a Rose, Claudio e Rogério, da Secretaria de Pós-Graduação do IEL, e a Carlos Bastos, Wilson e André, do Setor de Informática do IEL, pelo profissionalismo e pela eficiência.

Agradeço à FAPESP pela Bolsa de Doutorado (00/0458-7), que financiou meus estudos, e também o estágio na Universidade da Pensilvânia com os recursos da Reserva Técnica.

Muito obrigada também aos meus amigos: Bianca Coelho, Maria Spanó, Andrés, Amélia, Irê, Silvio, Simone, Maria Clara, Cristiane, Alba, Ana Castro (minha portuguesa, com certeza!), Gilcélia, Flaviane, Flávia, Isabelle, Bruno e muitos outros... Obrigada por rirem comigo, chorarem comigo, me ouvirem, acreditarem em mim. Muito obrigada minha mãe, pelo apoio incondicional que só mãe mesmo pode dar; obrigada meu pai, meus irmãos, tios, primos, sobrinho e Mauricio (que é praticamente da família!) por vocês darem sentido a minha vida, principalmente nos momentos em que o “Agr finito com traço [pessoa] defectivo” não faz o menor sentido! Enfim, muito obrigada a todos.

A

Silvia Lúcia de Oliveira Cavalcante, minha mãe

e a

Maria da Conceição Cotta de Oliveira, minha avó.

(...) Falemos particularmente da língua portuguesa.

A escola ferrenha, que já vai em debandada, mas há cêrca de vinte anos tão grande cruzada fêz em prol do *classicismo*, pretende que atualmente, meado o século XIX, discorramos naquela mesma frase singela da adolescência da língua, quando a educavam os bons escritores dos séculos XV e XVI.

Não é isso possível; se o fôsse, tornara-se ridículo.

A linguagem literaria, escolhida, limada e grave, não é por certo a linguagem sediza e comum, que se fala diàriamente e basta para a rápida permuta das idéias: a primeira é uma arte, a segunda é simples mister. Mas essa diferença se dá unicamente na forma e expressão; na substância a linguagem há de ser a mesma, para que o escritor possa exprimir as idéias de seu tempo, e o público possa compreender o livro que se lhe oferece.

(...)

O êrro grave da escola clássica está em exagerar a influência dos escritores sôbre seu público. Entende ela que os bons livros são capazes de conter o espírito público e sujeitá-lo pelo exemplo às sãs lições dos clássicos. É um engano; os bons livros corrigem os defeitos da língua, realçam suas belezas, e dão curso a muitos vocábulos e frases ou esquecidos, ou ainda não usados.

Mas escritor algum, fôsse êle Homero, Virgílio, Dante ou Milton, seria capaz de fazer parar ou retroceder uma língua.

(...)

Suscitasse a Providência nesta era outro Shakespeare, e êle não havia de saber aquela expressão cheia de vigor e energia que falam Hamleto, Otelo, Romeu e os outros personagens do grande trágico; e isso pela razão muito simples, de que as paixões daqueles heróis seriam anacronismos literários nesta época. Quisesse-as êle não obstante arremedar, e não Shakespeare, mas algum desconhecido e extravagante verzejador.

Mas para que outro argumento além daquele que nos oferece a nossa mesma língua?

A literatura portuguesa não teve de mil e quinhentos a mil e seiscentos uma longa série de elegantes autores, entre os quais se nomeiam de preferência Barros, Couto, Lucena, Garcia de Resendo, Heitor Pinto, Luís de Sousa, Camões, Jacinto Freire, Bernardes, Azurara? Entretanto, sob a influência atual dêsses modelos do estilo quinhentista, não se foi modificando a língua consideravelmente?

Exauriu-se depois daqueles escritores o bom gôsto literário, que se tornaram tão raros os imitadores dêles? De forma alguma; homens de incontestável superioridade escreveram depois, como Vieira, Garção, Bocage, Francisco Manuel, Dinis e outros; mas amoldaram-se às tendências de sua época, na qual a língua, como todos os laços do exclusivismo nacional, ja declinavam para a transfusão universal das idéias que devia operar a civilização moderna.

José de Alencar
Língua e Progresso

Sumário

Resumo	xvii
Abstract	xix
Apresentação	1
0.1 Interrogando a literatura: Onde o <i>se</i> pode aparecer com infinitivo?	7
0.2 Proposta de Trabalho	19
0.3 Organização da Tese	20
1 O <i>se</i> com infinitivo na história do Português	23
1.1 Primeiros dados diacrônicos: o <i>se</i> com infinitivo no Português do Brasil nos séculos 19 e 20	24
1.2 Uma descrição do fenômeno na fala e na escrita sincrônicas	32
1.2.1 Uso de <i>se</i> com infinitivo na fala: PE <i>vs.</i> PB	33
1.2.2 Uso de <i>se</i> na imprensa escrita: PE <i>vs.</i> PB	45
1.3 O <i>se</i> com infinitivo no Português de Portugal: do século 16 ao século 19	49
1.3.1 O <i>Corpus Anotado do Português Histórico - Tycho Brahe</i>	49
1.3.2 As sentenças infinitivas: critérios de classificação	52
1.3.3 Distribuição percentual de <i>se</i> com infinitivo no CTB	64
1.4 Em resumo	80
2 SE ou não SE: eis a questão	83
2.1 As abordagens “clássicas”	84
2.2 Restrições e seleções de <i>se</i> nas Línguas Românicas	90
2.2.1 Sentenças finitas	90
2.2.2 Sentenças infinitivas	104
2.3 O <i>se-passivo</i> é passivo?	115
2.4 Em suma	128
3 O Sujeito Nulo do Português: Estado da Arte	133
3.1 O Estatuto do Sujeito Nulo no PB e no PE: as sentenças finitas	134
3.2 Estatuto do Sujeito de Infinitivo no PB e no PE	149
3.2.1 O descontrolado sujeito de infinitivo no PB	157

3.3	Para resumir ...	172
4	“O Português são três”	175
4.1	O <i>se</i> nas três gramáticas do Português	177
4.2	A mudança de <i>se</i> e a mudança sintática	187
4.3	O lugar da variação	190
	Considerações Finais	197
	Referências Bibliográficas	201
	Anexos	207

Lista de Tabelas

1	Comportamento de <i>se</i> com infinitivo em PB, PE e PCl	3
1.1	Presença de <i>se</i> com relação à presença de preposição, adaptado de Cavalcante (1999)	29
1.2	Presença de <i>se</i> com relação a presença de preposição nas sentenças infinitivas, adaptado de Duarte e Lopes (2002)	30
1.3	Distribuição percentual de <i>se</i> com infinitivo na fala do PE	35
1.4	Distribuição percentual de <i>se</i> com infinitivo na amostra de fala do PB	39
1.5	Distribuição percentual de <i>se</i> , <i>a gente</i> e <i>você</i> com infinitivo no PB	41
1.6	Presença de <i>se</i> com infinitivo em relação à estrutura sintática da oração e preposição em PB e PE	45
1.7	Textos do Corpus Tycho Brahe	50
1.8	Autores do Corpus Tycho Brahe por período de tempo	51
1.9	Frequência de <i>se</i> com infinitivo nos autores do <i>Corpus Tycho Brahe</i>	66
1.10	Frequência de <i>se</i> com infinitivo por tipo de oração e período de tempo	68
1.11	Realização do argumento interno com relação ao verbo infinitivo nas construções com <i>se</i> no CTB	74
2.1	Licenciamento de <i>se</i> junto a verbos transitivos com relação ao tipo de argumento interno nas línguas românicas	92
2.2	Licenciamento de <i>se</i> com estruturas monoargumentais nas línguas românicas	98
2.3	Licenciamento de <i>se</i> com infinitivo com relação à estrutura argumental do verbo nas línguas românicas	105
2.4	Tipos de <i>se</i> segundo a Literatura	129
2.5	Tipos de <i>se</i> na história do Português	131
3.1	Paradigma flexional e pronominal do PB (adaptado de Duarte, 2000:19)	135
3.2	Paradigmas do Infinitivo Flexionado no PE e PB	149
4.1	O <i>se</i> com infinitivo do PCL ao PE e PB	186

Resumo

A análise sincrônica da variação \emptyset/se com infinitivo em amostras de fala (Nurc/RJ e Português Fundamental) e de escrita (jornais) do Português Brasileiro (PB) e do Português Europeu (PE) revela uma diferença no percentual do uso de *se* com infinitivo: PE apresenta uma média de 8% de presença de *se* nas amostras de fala e de escrita, ao passo que PB apresenta uma média de 25% e de 50% de *se* na fala e na escrita respectivamente.

A partir de tais resultados, esta tese procura entender a evolução diacrônica de *se* com infinitivo que dá lugar a esse uso diferenciado em PE e PB. Para isso, trata da variação \emptyset/se numa amostra de textos de autores portugueses nascidos entre os séculos 16 e 19, que compõem o *Corpus Anotado do Português Histórico – Corpus Tycho Brahe*. Nesta amostra, a média de *se* com infinitivo sofre uma mudança: até o século 18 (período do Português Clássico – PCl), há 20% de presença de *se* nas infinitivas; a partir do século 18 (Português Europeu), há 10% de presença de *se* nas sentenças infinitivas.

A análise se fundamenta (a) no tipo de *se* que pode aparecer junto ao infinitivo: *se-passivo*, *se-indefinido* e *se-impessoal* (cf. Raposo e Uriagereka 1996 e Martins 2003), e (b) na natureza de AGR não finito em PB e PE (cf. Moreira da Silva 1983, Galves 1993 e Figueiredo Silva 1996). Com base neste quadro teórico e nos resultados de um conjunto de mudanças ocorridas na gramática do PB, é possível argumentar a favor de que, enquanto no PE, um sistema em que AGR é forte, capaz de licenciar e identificar sujeitos nulos, aparecem o *se-indefinido* e o *se-impessoal*; no PB, um sistema de AGR fraco no traço [pessoa], o *se* é o *se-impessoal* e aparece para identificar o referente indeterminado da posição sujeito de infinitivo, em variação com os pronomes *a gente* e *você*. No PCl, diferentemente, aparece o *se-passivo* nas infinitivas.

Com esses resultados, procuro contribuir para uma descrição mais acurada das diferenças paramétricas existentes entre PE e PB. Esses resultados, aliados às pesquisas desenvolvidas dentro do quadro teórico gerativista, contribuem para se postular que estamos diante de três gramáticas distintas: a do PCl, a do PE e PB.

Palavras-chave: 1. Mudanças Lingüísticas; 2. Sintaxe (Gramática); 3. Gramática Gerativa; 4. Língua Portuguesa – Infinitivo; 5. Língua Portuguesa – Pronome.

Abstract

The synchronic analysis of \emptyset/se variation in infinitival sentences in spoken and written dialects of both Brazilian and European Portuguese samples reveals a different rate of *se*: Brazilian Portuguese presents a higher rate of *se* in infinitival clauses than European Portuguese.

Taking in consideration this difference, this dissertation tries to explain the diachronic evolution of *se* in infinitival clauses that causes this different usage in EP and BP. Thus, this research deals with the variation \emptyset/se in a sample of portuguese writers born between the 16th and 19th centuries, which makes *Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese - Tycho Brahe Corpus*. In this sample, the average of *se* in infinitivals undergoes a change: up to the 18th century (the so-called Classical Portuguese period), there is 20% of *se* in infinitivals; whereas from the 18th century on (European Portuguese), there is 10% of *se* in infinitival clauses.

The analysis is based on (a) the kind of *se* that may appear with infinitive: *passive-se*, *indefinite-se* and *impersonal-se* (cf. Raposo e Uriagereka (1996), Martins (2003)), and (b) the nature of non-finite AGR in BP and EP (cf. Moreira da Silva (1983), Galves (1993) and Figueiredo Silva (1996)). Based on this theoretical framework and on the results of the changes undertaken on the grammar of BP, it is possible to argue that, in EP, with a rich AGR system, able to licence and identify null subjects, we find *indefinite-se* and *impersonal-se*. In BP, a weak AGR system with regards to the [person] feature, there is only *impersonal-se* and this pronoun appears to identify the indeterminate referent to the subject position of the infinitive, in variation with the arbitrary pronouns *a gente* and *você*. In Classical Portuguese, we find the *passive-se* in infinitival sentences.

Keywords: 1. Linguistic Change; 2. Syntax (Grammar); 3. Generative Grammar; 4. Portuguese – Inflected Infinitive; 5. Portuguese – Pronoun.

Apresentação

Esta tese trata de uma análise sincrônica e diacrônica do uso de *se* junto ao infinitivo em três “variedades” do Português: o Português Clássico (PCl), Português Europeu (PE) e o Português Brasileiro (PB), dentro do quadro teórico gerativista, mais especificamente, no modelo de Princípios e Parâmetros (Chomsky e Lasnik 1995).

Tendo em vista que se trata de um trabalho de cunho gerativista, defendo aqui que essas três “variedades” do Português constituem de fato três gramáticas distintas: quando falamos de *Português Clássico*, se trata da gramática do português até o século 18; *Português Europeu* é a gramática do português em Portugal a partir do século 18 e *Português Brasileiro* é a gramática do português no Brasil a partir do século 19. Nestes termos, é bom deixar claro, assumo que PE e PB têm como antecedente comum o PCl.

O século 19 representa a emergência do PB, como mostra Tarallo (1993): ele identifica a virada do século 19 como o marco para o estabelecimento de uma gramática do português no Brasil, o PB, distinta da gramática do português em Portugal, o PE.

Com relação à diferença entre PCl e PE, assumo, seguindo Galves (2001), Galves, Britto, e Paixão de Sousa (2005), Paixão de Sousa (2004), o século 18 como marco para diferenciar

duas gramáticas: a do PCI até 1700 e a do PE a partir de 1700. Faz-se necessário estabelecer esses parâmetros para o entendimento da hipótese central desta pesquisa, qual seja, a de demonstrar, por meio dos resultados referentes à inserção de *se* junto ao infinitivo, que PCI, PE e PB constituem três gramáticas distintas.

Para tanto, conto um total de 1878 dados de sentenças infinitivas com e sem *se* em três amostras distintas:

1. uma diacrônica com autores portugueses nascidos entre o século 16 e o século 19, que fazem parte do *Corpus Anotado do Português Histórico – Corpus Tycho Brahe* (cf. www.ime.usp.br/~tycho/corpus) (1506 dados);
2. uma sincrônica com dados de fala do *Projeto Norma Urbana Culta / RJ* para o PB e do *Português Fundamental*, para o PE (202 dados) (cf. Callou e Lopes 1993 e Nascimento et al. 1987);
3. uma sincrônica com dados de escrita de jornais brasileiros e portugueses publicados entre 1999 e 2000 (170 dados) (cf. Cavalcante 2000).

Os resultados com relação à inserção de *se* junto ao infinitivo no PB se referem a pesquisas já realizadas: me baseio nos resultados de Nunes (1990), Cavalcante (1999), Duarte (2002) e Duarte e Lopes (2002) em amostras distintas de textos produzidos por brasileiros entre os séculos 19 e 20.

Cabe mencionar aqui que os textos são representativos de variantes cultas da língua portuguesa: escrita (com textos de autores portugueses, e de jornais brasileiros e portugueses) e falada (entrevistas com informantes com grau de escolaridade elevado – 3^o. grau). Isso não invalida as generalizações que podem ser feitas sobre as gramáticas envolvidas, uma vez que o fenômeno do *se* com infinitivo se caracteriza por ser um fenômeno da *norma culta*.

O levantamento das ocorrências de *se* com infinitivo nessas três amostras (*cf.* **Capítulo**

1), revelou o seguinte quadro:

Português Brasileiro	
Presente em construções com verbos transitivos e não transitivos	
Falado Culto	20% de presença de <i>se</i>
Falado Culto	Presença de formas pronominais <i>a gente</i> e <i>você</i> como sujeito de infinitivo (cerca de 20%)
Escrito Culto	50% de presença de <i>se</i>
Português Europeu	
Restrito a verbos transitivos	
Falado Culto	8% de presença de <i>se</i>
Escrito Culto	8% de presença de <i>se</i>
<i>Corpus Tycho Brahe</i>	
Restrito a verbos transitivos	
Média de 20% de <i>se</i> nos autores nascidos até 1700	(PCI)
Média de 10% de <i>se</i> nos autores nascidos após 1700	(PE)

Tabela 1: Comportamento de *se* com infinitivo em PB, PE e PCI

Do ponto de vista gerativista, podemos dizer que as diferenças percentuais podem revelar diferenças gramaticais entre uma amostra e outra, o que pode nos levar à conclusão de que estamos diante de três gramáticas distintas: uma do Português Clássico (PCI), uma do PE moderno e outra do PB moderno.

A abordagem gerativista visa à descrição da língua de um indivíduo em seu estágio final, i.e., após o período de aquisição da linguagem. “Língua” é considerada como um objeto interno, mental, individual, e, por isso, *a gramática de uma língua* não é nada além do que a *faculdade da linguagem*, ou melhor, as possibilidades de uma gramática gerar determinados enunciados (*cf.* Chomsky e Lasnik 1995). Assim, busca-se, a princípio, descrever características inerentes da linguagem de um determinado indivíduo, e, por extensão, à comunidade, postulando-se que uma comunidade de indivíduos compartilhem da mesma gramática.

O interesse está então na “língua-I”, no sentido de internalizada. De modo estrito, diferenças **gramaticais** são consideradas como pertencendo a **gramáticas diferentes**, ou seja, a **línguas diferentes**. Nas palavras de Chomsky e Lasnik 1995:

Two distinct I-languages might, in principle, have the same structure, though as a matter of empirical fact, human language may happen not to permit this option. That is, it might turn out that the range of I-languages permitted by UG is so narrow that the theoretical option is not realized, that there are no distinct I-languages generating the same set of SDs (*structural descriptions*). (*cf.* Chomsky e Lasnik, 1995:15)

Se assumirmos que não existam línguas distintas que geram o mesmo tipo de descrições estruturais (i.e., o conjunto de propriedades fonéticas, sintáticas e semânticas de uma expressão lingüística determinada), podemos supor que quando aparecem expressões lingüísticas semelhantes entre uma língua e outra, elas não fazem parte da mesma gramática, e, portanto, não têm a mesma estrutura:

Duas Línguas-I serão consideradas diferentes se contêm na sua parametrização pelo menos um parâmetro fixado diferentemente. Quando isso ocorre, não só as duas gramáticas produzem enunciados diferentes, mas também atribuem a enunciados superficialmente idênticos (por exemplo no arranjo dos constituintes) estruturas diferentes. (*cf.* Galves 1998:80)

Essa visão é muito importante neste momento, uma vez que temos visto que existe uma diferença percentual entre o uso de *se* com infinitivo entre o PB e PE modernos (*cf.* seção 1.2, do **Capítulo 1**) e entre o PCl e o PE após o século 18 (*cf.* seção 1.3.3, do **Capítulo 1**). Essa diferença vem sendo tratada como uma variação: afirmo que existe uma variação entre a presença e a ausência de *se* nas sentenças infinitivas numa mesma amostra, e também variação percentual da presença de *se* em amostras distintas. Será, então, que

estamos aqui no caminho certo? Se o interesse gerativista é a *faculdade da linguagem*, i.e., os mecanismos mentais internos que levam uma determinada pessoa a produzir enunciados do tipo *x*, *y* ou *z*, como posso tratar de **variação**? Desse modo, por conseguinte, o fenômeno da variação deveria ser tratado como um fenômeno fora dos domínios gerativistas. O que ocorre, entretanto, é que a variação pode ser tomada como objeto de estudo de gerativistas, justamente quando queremos observar quando houve uma **mudança gramatical**, i.e., uma mudança na estrutura lingüística. Assim, uma gramática não deverá produzir estruturas em variação, mas sim, gramáticas distintas produziriam estruturas distintas, que poderiam coexistir num determinado tempo. Kroch (1989) relaciona a competição de formas com a “competição de gramáticas”:

...our results show that the grammatical analysis which defines the contexts of a change is quite abstract. We will see that the set of contexts that change together is not defined by the sharing of a surface property, like the appearance of a particular word or morpheme, but rather by a shared syntactic structure, whose existence can only be the product of an abstract grammatical analysis on the part of speakers. Indeed, ..., the competition reflected in the changes under study occurs between entire grammatical subsystems¹. (Cf. Kroch 1989)

Desse modo, ao observar em textos de uma mesma língua de um mesmo período diferenças percentuais entre formas distintas que poderiam ser atribuídas a gramáticas distintas, pode-se considerar que se trata de fato de estruturas em competição, sendo geradas por gramáticas distintas. Kroch (1989) ainda acrescenta que isso é o que se observa nos casos de bilingüismo

¹...nossos resultados mostram que a análise gramatical que define os contextos de uma mudança é abstrata. Veremos que o conjunto de contextos que mudam juntos não é definido por compartilharem uma propriedade superficial, como o aparecimento de uma palavra determinada ou um morfema, mas sim, por compartilharem uma estrutura sintática, cuja existência só pode ser o produto de uma análise gramatical abstrata por parte dos falantes. De fato, ..., a competição refletida nas mudanças estudadas ocorre entre subsistemas gramaticais inteiros. [minha tradução]

e diglossia:

...the widespread occurrence of bilingualism and diglossia show that people often know more than one grammatical system; and the striking phenomenon of intra-sentential code-switching reveals that, in using their knowledge, people may switch fluently between forms from different systems. (...) It is obvious that if we conceive grammar in the standard way, as we have above, the process of language change is not a fact of grammar but a fact of language use and so must be studied with tools appropriate to that domain. The study of language use is the study of choices that people make among alternative forms in their repertoire of grammatical knowledge in formulating utterances². (Cf. Kroch 1989)

Sob essa perspectiva, ao associar o estudo de mudança lingüística com a gramática de uma língua, estamos associando dados lingüísticos com hipóteses sobre a estrutura desses dados. A variação, portanto, entre as sentenças não é considerada como pertencendo a uma mesma estrutura gramatical. E, assim como os indivíduos em situação de bilingüismo podem mudar o código fluentemente, acredito que os indivíduos em situação de mudança lingüística também o possam. Podemos considerar, portanto, que a diferença percentual entre o uso de *se* com infinitivo no PB, no PE e no PCI *se* deve, na verdade, a uma diferença gramatical: gramáticas diferentes produzem estruturas diferentes com percentuais diferentes. Na seção 0.1 a seguir vamos buscar as primeiras explicações para o licenciamento de *se* em sentenças infinitivas, considerando outras línguas como o Italiano.

²...a larga ocorrência de bilingüismo e diglossia mostra que as pessoas geralmente conhecem mais do que um sistema gramatical; e o intrigante fenômeno de mudança de código dentro da sentença revela que, ao usar esse conhecimento, as pessoas podem mudar fluentemente entre formas de diferentes sistemas. (...) É óbvio que se concebemos gramática do modo padrão, como fizemos acima, o processo de mudança lingüística não é um fato de gramática, mas um fato de uso lingüístico e deve ser usado com as ferramentas apropriadas a esse domínio. O estudo do uso lingüístico é o estudo de escolhas que as pessoas fazem entre formas alternativas dentro do seu repertório de conhecimento gramatical na formulação dos enunciados. [minha tradução]

0.1 Interrogando a literatura: Onde o *se* pode aparecer com infinitivo?

Consultando a literatura a respeito da sintaxe do *se* nas sentenças infinitivas, temos posições um pouco diferentes com relação ao estatuto do *se* que aparece tanto nas sentenças finitas quanto infinitivas nas línguas românicas. Nesta seção, apresento brevemente as principais posições que serão discutidas no **Capítulo 2** com mais profundidade, baseando-me principalmente nas análises de Cinque (1988), Dobrovie-Sorin (1998, 2003), Raposo e Uriagereka (1996) e Martins (2003).

Em Português, tanto brasileiro quanto europeu, a inserção de *se* junto ao infinitivo só é possível nos contextos de infinitivo não controlado, como se vê a seguir com exemplos retirados do *Corpus Tycho Brahe*:

- (1) a. E o que é muito pera admirar, que nesta dignidade de Cubo, depois do primeiro tirano até hoje, não succedeo filho a pai, nem irmão a outro, porque todos foram mortos por outros tiranos ou com ferro, ou com peçonha: sucedendo porém sempre na dignidade dos herdeiros naturaes, sem **se perder** nunca aquela progenia. (CTB, Diogo do Couto, n. 1542)
- b. Depois de **se remeter** êste papel ao Padre Provincial chegou o Padre Visitador Francisco Gonçalves, e consultando-se-lhe a matéria se conformou com o mesmo parecer, dizendo que, no caso suposto que os padres possam ser socorridos e visitados, é conveniente que fiquem, pois por esta só razão se mandaram retirar. (CTB, António Vieira, Cartas, n. 1601)
- c. É difícil de **explicar-se** este fenómeno, interessantíssimo para qualquer observador não vulgar, que nestas crenças do comum, nestas antigualhas, desprezadas pela soberba filosofia dos néscios, quer estudar os homens e as nações e as idades onde eles mais sinceramente se mostram e se deixam conhecer. (CTB, Almeida Garrett, n. 1799)

Como se pode ver com os exemplos em (1), o *se* aparece com infinitivo em textos de autores nascidos desde o século 16, o que pode indicar ser esta uma construção antiga no

Português.

A inserção de *se* com infinitivo em PB é um fenômeno que, segundo Galves (1987), salta aos olhos de um falante do PE, haja vista seu uso generalizado em PB, principalmente no que se refere às construções do tipo “difícil de”. Consideremos os conjuntos de dados a seguir em (2) e (3) de construções do tipo “difícil de”:

- (2) *Português Europeu*
- a. João é difícil de pagar.
 - b. João é difícil de *se* pagar.
 - c. *João é difícil de pagar as suas contas.
- (3) *Português Brasileiro*
- a. João é difícil de pagar.
 - b. João é difícil de *se* pagar.
 - c. João é difícil de pagar suas contas.

A análise clássica de (2a) é a de que “João” está coindexado a um Operador Nulo que se move da posição de objeto da oração encaixada e vai para uma posição de especificador do Comp da sentença infinitiva. Assim, o sujeito nulo de infinitivo é necessariamente um PRO não controlado, que recebe uma interpretação arbitrária. Em (2b) temos um caso semelhante às construções passivas, em que não há Operador Nulo (*cf.* Raposo 1987). O exemplo (2c) é agramatical pois o DP “as suas contas” não tem como ser interpretado na presença do DP “João”. Para um falante do PE, uma sentença como a (2c) se assemelha a **Quem o João viu o Pedro?*, em que “quem” e “Pedro” são interpretados na mesma posição.

Em PB, temos outra estrutura: não se postula a existência de um Operador Nulo na sentença (3a). Segundo Galves (1987), “João” está numa posição de tópico e há duas posições vazias dentro da oração infinitiva: a do sujeito e a do objeto. Assim, “João” pode ser

interpretado tanto na posição de sujeito quanto na de objeto da sentença infinitiva. Daí segue a gramaticalidade de (3c), uma vez que o DP “suas contas” está na posição disponível para objeto.

Vê-se que os casos ilustrados em (2) e (3) ilustram o que Galves (1998) considera como duas sentenças aparentemente semelhantes mas com estruturas diferentes.

Raposo (1987) sobre essas construções “difícil de” no PE propõe uma análise que prevê duas estruturas distintas para as sentenças de infinitivo. Segundo Raposo (1987) podemos ter uma morfologia passiva, tanto com infinitivo não flexionado (4a) quanto com infinitivo flexionado (4b), mas nunca no PE podemos ter um infinitivo flexionado com morfologia ativa (4c):

- (4) a. Esses relógios são difíceis de ser arranjados.
- b. Esses relógios são difíceis de serem arranjados.
- c. *Esses relógios são difíceis de arranjarmos.

Para Raposo (1987), existe a presença de um operador nulo no especificador do CP subordinado: o Operador Nulo sai da posição de objeto e ocupa a posição de [Spec,CP] da sentença infinitiva. É esse operador que vai garantir a interpretação de “esses relógios” como sendo o objeto do verbo não finito. Para Raposo (1987), não pode haver morfologia ativa com infinitivo flexionado, pois isso acarreta a presença de AGR, que tem que se mover para a posição de núcleo de CP da sentença infinitiva. Só que em [Spec,CP] está o Operador Nulo, o que viola o filtro de Comp duplamente preenchido. Em (5) a seguir aparece a configuração das sentenças:

- (5) (Cf. Raposo, 1987:104)
- a. Esses relógios são difíceis de arranjar.
 - b. ...difíceis de [_{CP} Op_i [_{C'} [_C e] [_{IP} PRO [_{I'} Infl [_{VP} arranjar t_i]]]]]
 - c. *Esses relógios são difíceis de arranjar_{mos}
 - d. ...difíceis de [_{CP} Op_i [_{C'} [_C [_I Agr]_k] [_{IP} pro [_{I'} t_k [_{VP} arranjar t_i]]]]]

Raposo (1987) ainda mostra que em PE podemos ter o *se*, tanto com infinitivo não flexionado (6a), quanto com infinitivo flexionado (6b), como a seguir:

- (6)
- a. Esses relógios são difíceis de se arranjar.
 - b. Esses relógios são difíceis de se arranjamem.

Para Raposo, tanto as construções passivas quanto as com *se* nas infinitivas são permitidas por se tratar de um sujeito não temático: a passiva suspende a atribuição de Caso acusativo ao objeto, e o *se* absorve o papel temático do sujeito. Daí, se conclui que nesses casos não há Operador Nulo que sai da posição de objeto da encaixada e se liga ao sujeito da matriz, mas sim um *pro* que está ligado ao seu vestígio na posição de objeto. Como se vê, no caso das construções do tipo “difícil de”, a explicação para a inserção de *se* nesses contextos está ligada a uma questão de cadeia temática: *pro* recebe papel temático de paciente e Caso nominativo. Isso significa que as duas estruturas se assemelham a estruturas inacusativas. A representação dessas estruturas aparece a seguir em (7):

- (7) (Cf. Raposo, 1987:106)
- a. Esses relógios são difíceis de ser arranjados.
 - b. ...difíceis de [_{CP} [_{C'} [_C [_I Agr]_i] [_{IP} pro_j [_{I'} t_i [_{VP} ser arranjados t_j]]]]]]]
 - c. Esses relógios são difíceis de se arranjar
 - d. ...difíceis de [_{CP} [_{C'} [_C [_I Agr]_i] [_{IP} pro_j [_{I'} t_i [_{VP} se arranjar t_j]]]]]]]

Como então, se explica o licenciamento de *se* em outros contextos de infinitivo? Na literatura gerativa em geral, o licenciamento de *se* junto ao infinitivo está relacionado ao fenômeno do Infinitivo Flexionado. Para Cinque (1988), Raposo (1992) e Brito (1995), o *se* é legitimado pela Concordância do Infinitivo (Agr). De fato, os contextos em que pode haver inserção de *se* junto ao infinitivo em português são aqueles de infinitivo não controlado; o que resulta em contextos potenciais de infinitivo flexionado.

Segundo Raposo (1992), uma frase como (8) a seguir, é gramatical em português, pois:

O Português, contrariamente às outras duas línguas, possui uma conjugação de “infinitivo flexionado”, ou “pessoal”, a qual consiste na forma do infinitivo simples modificada por sufixos de concordância em pessoa e número (...). Podemos assim propor a hipótese de que em (8) estamos na realidade face ao infinitivo flexionado na terceira pessoa do singular (uma forma idêntica à do infinitivo simples), e que é este infinitivo que “licencia” o pronome **se**. (Cf. Raposo, 1992:45)

(8) É necessário [telefonar-*se* ao João].

Relacionada à questão do infinitivo flexionado, está a questão do Parâmetro do Sujeito Nulo. Brito (1995), seguindo a análise de Raposo (1987), afirma que:

... o fenômeno do Infinitivo Flexionado em Português resulta da conjugação de dois parâmetros distintos: o Parâmetro da Flexão, que especifica que em certas línguas uma flexão verbal pode ser [-TEMPO + CONC] e o Parâmetro do Sujeito Nulo, porque só nestas línguas a Concordância tem propriedades nominais e pode receber Caso de uma categoria superior.

Vemos que esse tratamento permite prever que só línguas de sujeito nulo possam ter Infinitivo Flexionado e que só uma língua que combine uma especificação positiva em relação aos dois parâmetros (uma combinação muito rara nas línguas naturais) tem o Infinitivo Flexionado. (Brito, 1995:23)

Para Brito, então, a inserção de *se* junto ao infinitivo em português é explicada, pois, pela existência do Infinitivo Flexionado que tem um traço positivo de Concordância, capaz

de legitimizar o clítico *se*. Esse clítico absorve Caso nominativo que a Concordância tem para atribuir, legitimando a construção. Isso explicaria por que o português, em tese, sempre permite o *se* com infinitivo, como se vê em (9a), ao contrário do Espanhol (9b) e do Italiano (9c), línguas de sujeito nulo que não possuem o Infinitivo Flexionado:

- (9) (Cf. Brito, 1995:25)
- a. é bom telefonar-se à Rosa.
 - b. *Es bueno telefonarse a Rosa.³
 - c. *È buono telefonarsi a Rosa.

Cinque (1988) observa, porém, que a inserção de *se* com infinitivo também é possível em línguas românicas que não possuem o infinitivo flexionado, como o Italiano. Acontece, porém, que essa construção sofre determinadas restrições: (1) está restrita a orações infinitivas encaixadas cujo verbo da matriz é de alçamento, e permite uma CADEIA entre a posição sujeito finita da matriz com a posição sujeito infinitiva e (2) se limita a verbos transitivos (10a) e inergativos (10b), que projetam um papel temático externo:

- (10) (Cf. Cinque, 1988:524)
- a. Sembra non essersi ancora scoperto il vero colpevole.
Parece não ter-se ainda descoberto o verdadeiro culpado.
 - b. Sembra non essersi lavorato a sufficienza.
Parece não ter-se trabalho o suficiente.

Os verbos que não projetam um argumento externo, por outro lado, são excluídos, i. e., não permitem a inserção de *se* junto ao infinitivo, como é o caso dos verbos ergativos (11a), da cópula (11b), da voz passiva (11c) e de alçamento (11d), por exemplo:

³Em Espanhol, como afirma Saab (2002), é possível encontrar o *se* com infinitivo, em alguns contextos. Voltaremos a isso no **Capítulo 2**.

(11) (*Cf.* Cinque, 1988:524)

- a. *Sembra essersi **arrivati** troppo tardi.
Parece ter-se chegado muito tarde.
- b. *Sembra non **essersi** benvenuti qui.
Parece não ser-se benvidos aqui.
- c. *Sembra non essersi **stati invitati** da nessuno.
Parece não ter-se sido convidados por ninguém.
- d. *Sembra non **risultarsi** ignorare il problema.
Parece não resultar-se ignorar o problema.

Diante disso, Cinque propõe então que haja dois tipos de *se*: um argumental e um não argumental. O clítico argumental deve então estar associado a um papel temático em todos os níveis de representação. Desse modo, só pode ocorrer com verbos que têm um papel temático externo para atribuir, de onde segue sua possibilidade nos exemplos (10a) e (10b). O clítico não argumental, por outro lado, serve como um meio sintático de fornecer concordância pessoal com traços capazes de identificar o conteúdo de um *pro* não especificado (p. 530). O *se* [-arg] vai ocorrer, portanto, associado à flexão. Uma vez que o infinitivo em Italiano não está associado à flexão, não pode ter associado a ele o *se* [-arg], por isso ele é excluído dos exemplos em (11). Nas sentenças finitas temos o *se* [-arg].

No caso do Português, Cinque (1988:531-532) justifica a inserção de *se* junto ao infinitivo da seguinte forma:

... if a language allows for personal Agr in infinitives (and for [-arg] *si*, then it should also allow for impersonal *si* in infinitives with ergative, psych movement, copulative, passive, and raising verbs, just as in finite clauses in Italian.

One such language appears to be Portuguese, whose infinitive can be inflected with personal agreement markers (...)

The presence of personal Agr in the infinitive renders both lexical and null subjects possible, as in the corresponding inflected tensed sentences.

(...)

The expectation that [-arg] *si*, interpreted as a syntactic personal agreement marker for the unspecified (generic) person, should be possible in the Portuguese infinitive with personal Agr appears to be confirmed.⁴

Dobrovie-Sorin (1998), entretanto, propõe uma outra análise, diferente da de Cinque (1988), com base nos dados do Romeno. Em Romeno, segundo ela, são agramaticais as sentenças finitas com *se* com verbos inacusativos, voz passiva e cópula. Somente são gramaticais as sentenças finitas e infinitivas com *se* com verbos transitivos e inergativos. Existe, portanto, um paralelo entre Romeno e Italiano com relação ao licenciamento de *se*: as sentenças finitas do Romeno se comportam da mesma forma que as infinitivas do Italiano. Dobrovie-Sorin (1998) propõe, portanto, que em Romeno exista de fato apenas um tipo de *se*: o *médio-passivo-acusativo*, baseada no argumento de que ele só pode aparecer em construções que podem ser apassivizadas. Assim, ela fala que nas sentenças infinitivas do Italiano, existe de fato um *se médio-passivo-acusativo*, e, por isso, ele está excluído de sentenças como em (11) acima.

Desse modo, com base no que acabamos de mostrar, poderíamos delimitar uma diferença paramétrica com relação à inserção de *se* com infinitivo: línguas de sujeito nulo, com Infinitivo Flexionado, o caso do PE e do PB, permitiriam o *se* com infinitivo irrestritamente, ao passo que línguas de sujeito nulo que não têm Infinitivo Flexionado, como Italiano, só

⁴... se uma língua permite Agr pessoal em infinitivas (e o *se* [-arg]), então deveria também permitir *se* impessoal nas infinitivas com verbos ergativos, de movimento psicológico, cópula, passiva e de alçamento, como nas sentenças finitas em Italiano.

Tal língua parece ser o Português, cujo infinitivo pode ser flexionado com marcas de concordância pessoal (...)

A presença de Agr no infinitivo torna possível tanto sujeitos lexicais quanto nulos, como nas sentenças finitas correspondentes. (...)

A expectativa de que o *se* [-arg], interpretado como um marcador de concordância sintática para pessoa (genérica) não especificada, possa ser possível no infinitivo em Português parece ser confirmada. [minha tradução]

permitem o *se* em contextos de verbos transitivos e inergativos.

Cinque vai afirmar, portanto, que a existência de um infinitivo com Agr pessoal em Português vai explicar a boa formação do seguinte paradigma em (12):

- (12) (Cf. Cinque, 1988:533)
- a. Seria melhor descobrir-se o culpado.
 - b. Seria melhor trabalhar-se um pouco mais.
 - c. Seria melhor chegar-se pontualmente.
 - d. Seria melhor não se ter preocupado ninguém.
 - e. Seria melhor ser-se ricos.
 - f. Seria melhor ser-se ajudados por alguém.
 - g. Seria melhor resultar-se estar em ordem.

Por mais que esses contextos estejam bem explicados dentro do modelo teórico proposto por Cinque, há algumas sentenças que para o falante do PB soam estranhas, como é o caso dos exemplos (12d), (12e), (12f) e (12g). Apesar de o *se* estar sendo inserido junto ao infinitivo em PB, parece-me que os contextos em que esse clítico é utilizado junto ao infinitivo diferem no PB e no PE (assumindo aqui que os exemplos de Cinque sejam do PE).

A análise de Raposo e Uriagereka (1996) vai se mostrar como mais uma peça para o entendimento do “quebra-cabeça” que existe para explicar as diferenças entre PE e PB com relação ao licenciamento de *se* nas sentenças infinitivas. Para eles, as estruturas com *se* e verbo transitivo que apresentam concordância entre o verbo e o argumento interno plural, como (13) a seguir, são em PE um caso de *se-indefinido*, mas não passivo como costumeiramente se analisa na literatura gerativista:

- (13) (Cf. Raposo e Uriagereka, 1996:761)

- a. Vendem-se salsichas no talho Sanzot.
- b. Salsichas vendem-se no talho Sanzot.

Como veremos no **Capítulo 2**, Raposo e Uriagereka (1996) argumentam que em (13b) o DP *salsichas*, quando anteposto ao verbo, não ocupa a posição de sujeito, mas sim uma posição de tópico. O *se* ocupa a posição de [Spec, TP]. Esse tipo de análise é útil neste trabalho para diferenciarmos os tipos de *se* envolvidos na história do Português, principalmente com relação à sua possibilidade ou não de aparecer junto ao infinitivo.

Na verdade, a distinção que se tem feito na literatura gerativa acerca do *se* que atribui uma leitura genérica / arbitrária para a posição do sujeito é entre (a) *se-passivo* e (b) *se-nominativo* ou *se-indeterminador* ou mesmo *se-impessoal*. A diferença que se estabelece entre (a) e (b) é a de que:

- (a) o *se-passivo* ocorre nas sentenças com verbos transitivos, em que há concordância entre o verbo e seu argumento interno plural; é um meio morfológico de mudar a voz verbal: o *se* absorve papel temático externo e Caso acusativo e o argumento interno recebe Caso nominativo. e.g. *Vendem-se casas*.
- (b) o *se-nominativo* ocorre nas sentenças com verbo transitivo que não exhibe concordância com seu argumento interno plural e pode aparecer com qualquer tipo de verbo; ele é um argumento: absorve o papel temático do sujeito e Caso nominativo, o argumento interno recebe acusativo. e.g. *Vende-se casas*, *Vive-se feliz*, etc.

Essa abordagem, no entanto, vem sendo questionada justamente com relação ao caráter passivo das construções do tipo “*Vendem-se casas*”. Raposo e Uriagereka (1996) e Martins

(2003), para o português, e D’Alessandro (2002, 2004), para o Italiano, diferenciam uma construção passiva de uma construção com *se*. Segundo esses autores, como veremos no **Capítulo 2**, as construções com *se* e verbo transitivo que exhibe concordância com seu argumento interno plural não são construções passivas. Daí vem a noção de Raposo e Uriagereka (1996) de *se-indefinido*.

Esta pesquisa, baseada nos dados diacrônicos do Português (com os textos do *Corpus Tycho Brahe*) e em dados sincrônicos do PE e do PB, seguindo principalmente Raposo e Uriagereka (1996) e Martins (2003), delimita três tipos de *se* distintos que podem ser observados configuracionalmente: (a) o *se-passivo*; (b) o *se-indefinido* e o (c) *se-impessoal*. Desse modo, esses três “rótulos” constituem, de fato, três configurações, ou estruturas, distintas que o pronome *se* pode assumir numa sentença. Advogo aqui que as sentenças com *se-passivo* têm uma estrutura passiva, ao passo que as sentenças com *se-indefinido* ou *se-impessoal*, não. Essa diferenciação se faz necessária para se entender como trato o fenômeno do *se* com infinitivo na história do português.

Apesar de a princípio tanto PB quanto PE licenciarem o *se* junto ao infinitivo, ao contrário de outras línguas românicas, existe uma diferença marcante do percentual de uso de *se* nessas duas línguas: PB apresenta um percentual de *se* com infinitivo bem superior a PE. Pretendo defender neste trabalho que essa diferença se deve a dois fatores:

1. a natureza do *se*: passivo, indefinido ou impessoal;
2. a natureza de AGR não finito, e, em conseqüência, a natureza da posição sujeito de infinitivo.

Com relação ao tipo de *se* que aparece nas sentenças infinitivas, defendo neste trabalho que no Português Clássico há o *se-passivo*, no PE o *se-indefinido* e o *se-impessoal* e no PB o *se-impessoal*. Além disso, no PB, o *se* está relacionado ao preenchimento do sujeito de infinitivo, que decorre da sua característica de pro-drop parcial (Cf. Kato 1999, 2000). Em outros termos, o *se* que aparece no PB é um *se-impessoal* relacionado à natureza de AGR não-finito, e está em variação com outros pronomes que podem aparecer na posição sujeito, como *a gente* e *você*. Deste modo, o *se* no PB aparece junto ao infinitivo como forma de garantir uma interpretação arbitrária à posição sujeito de infinitivo, como fazem os pronomes *a gente* e *você*.

Como se vê, estão em jogo duas hipóteses: uma acerca da natureza do *se* e outra acerca da natureza da posição sujeito de Infinitivo. Dessas duas hipóteses, decorre a explicação para haver um percentual maior de *se* com infinitivo em PB do que em PE e para haver em PB, mas não em PE, o preenchimento do sujeito de infinitivo com formas pronominais de referência arbitrária *a gente* e *você*, como se vê nos exemplos a seguir retirados do *corpus* do Projeto da Norma Urbana Culta do Rio de Janeiro:

- (14) a. o Rio de Janeiro é uma cidade adorável pra **você bater** perna né (Nurc/RJ, RE, M2)
b. É muito gostoso **a gente analisar** isso, é muito bonito (Nurc/RJ, RE, H2)

0.2 Proposta de Trabalho

Até aqui, vimos que as diferenças de uso de *se* com infinitivo em PE e PB estão intimamente relacionadas tanto à estrutura argumental dos verbos que permitem *se*, e, por conseguinte, à natureza do *se*, quanto à possibilidade de preenchimento do sujeito de infinitivo, e, por conseguinte, à interpretação da posição sujeito de infinitivo. Com os dados apresentados na Tabela 1, pode-se notar que no PE e no PCl o *se* que aparece junto ao infinitivo está restrito a verbos transitivos e que no PB, além de *se*, existem outras formas pronominais sujeito de infinitivo com referência arbitrária, como *a gente* e *você*.

No que tange à natureza do *se*, a discussão na seção 0.1, que será retomada no **Capítulo 2**, vai no caminho da existência de três tipos de *se*: *passivo*, *indefinido* e *impessoal*. A questão que procuro responder aqui é se uma mesma gramática comporta esses três tipos de *se* simultaneamente, ou não. Ao postular que esses dados de *se* com infinitivo revelam a existência de três gramáticas distintas – PCl, PE e PB – procuro verificar que gramática gera que tipo de *se*, como veremos nos **Capítulos 2 e 4**.

Com relação à interpretação do sujeito de infinitivo, argumento que no PB, pelas características de AGR infinitivo, o sujeito nulo não recebe interpretação arbitrária, ou é correferente com um sujeito da oração antecedente, o que faz com que haja preenchimento da posição sujeito de infinitivo com formas pronominais, como *a gente* e *você*, além do *se*. Assim, a proposta de que o Agr do PB é defectivo no traço [pessoa], e não identifica o conteúdo referencial do sujeito nas sentenças finitas, pode ser estendida às sentenças infinitivas, como veremos no **Capítulo 3**.

Podemos, portanto, levantar a hipótese de que a diferença entre PB e PE pode ter explicação nos dados diacrônicos. O quadro resumido do comportamento do *se* no PCl, que aparece na Tabela 1 mostra uma certa semelhança entre PCl e PE por um lado, e uma diferença entre PCl e PB, por outro. A análise diacrônica se faz necessária uma vez que a partir dela poderemos entender a diferença que existe entre PB e PE.

Uma outra consequência da análise de *se* com infinitivo no *Corpus Tycho Brahe* é que se poderá ter mais uma peça que compõe o “quebra-cabeça” da gramática do Português Clássico, como se tem feito com as pesquisas em curso no âmbito do Projeto Temático *Padrões Rítmicos, Fixação de Parâmetros e Mudança Lingüística* (cf. www.ime.usp.br/~tycho). Como veremos no **Capítulo 4**, os resultados encontrados para o comportamento de *se* com infinitivo no *Corpus Tycho Brahe* podem estar relacionados a uma mudança que ocorreu na virada do século 18, seguindo as análises de Galves, Britto, e Paixão de Sousa (2005), Paixão de Sousa (2004) e Galves e Paixão de Sousa (2004). Assim, descrever o uso de *se* com infinitivo no *Corpus Tycho Brahe* acaba se revelando como mais uma forma de depreender as gramáticas do Português entre os séculos 16 e 19.

0.3 Organização da Tese

O **Capítulo 1** trata da descrição do comportamento de *se* com infinitivo nas três amostras aqui contempladas – amostra de fala do PB e do PE, amostra escrita do PB e do PE e o *Corpus Tycho Brahe* –, bem como a descrição do comportamento de *se* com infinitivo no Português do Brasil nos séculos 19 e 20, com base nos trabalhos de Nunes (1990), Cavalcante

(1999), Duarte (2002) e Duarte e Lopes (2002). Além disso, para os dados da variação \emptyset/se com infinitivo no *Corpus Tycho Brahe*, apresento os autores contemplados e os critérios de classificação dos dados, revelando os padrões de complementação infinitiva encontrados no *corpus*.

No **Capítulo 2**, apresento diferentes análises de *se* nas línguas românicas, relacionando o seu licenciamento com infinitivo à estrutura argumental do verbo, tendo como base, principalmente, os trabalhos de Cinque (1988), Raposo e Uriagereka (1996) e Dobrovie-Sorin (1998). As análises de Martins (2003), para o Português, de D’Alessandro (2002, 2004), para o Italiano, e de Saab (2002), para Espanhol, são contempladas como uma forma de defender as hipóteses levantadas na seção 0.2 e defendidas, principalmente, no **Capítulo 4**.

Como se verá, a dicotomia *se-passivo* / *se-indeterminador* não é consenso dentro dos trabalhos de cunho gerativista. Propostas mais recentes, (*cf.* Raposo e Uriagereka 1996, Martins 2003) defendem que em PE não existe o *se-passivo*, mas sim o *se-indefinido*. Assim, apresento as propostas de análises de *se* nas línguas românicas com vistas a resolver a questão do *se* com infinitivo no PCl, no PE e no PB.

No **Capítulo 3**, apresento o “estado da arte” da sintaxe do português, no que tange à legitimação e à interpretação do sujeito, tanto em sentenças finitas quanto infinitivas em PB e PE, principalmente com base nos trabalhos de Moreira da Silva (1983), Galves (1987, 1993, 1994, 2001), Duarte (1993, 1995, 2000), Nicolau (1995), Figueiredo Silva (1996, 2000), Modesto (2000), Rodrigues (2002, 2004). Aliada a isso, entra a questão de Agr finito e não finito e a legitimação e interpretação da posição sujeito de infinitivo (*Cf.* Moreira da Silva

1983, Raposo 1987, Vitral 1987, Galves 1991, 1993, Luz 1994).

O **Capítulo 4** traz uma proposta de análise que procura dar conta das diferenças que os dados apresentam sob dois pontos de vista: (1) relação entre a sintaxe do *se* e AGR não finito em PCI, PB e PE; (2) a comprovação da existência de três gramáticas distintas do português.

Por fim, nas **Considerações Finais**, apresento um resumo da Tese, procurando mostrar a relevância deste trabalho para a compreensão dos mecanismos das “gramáticas do português”, como bem disse Galves em seu livro *Ensaaios para as Gramáticas do Português* (*cf.* Galves 2001), e também mostrar a importância dos estudos baseados em *corpus* para os estudos lingüísticos.

Capítulo 1

O *se* com infinitivo na história do Português

O fenômeno do *se* com infinitivo tem sido observado desde os anos 80, com o trabalho seminal de Galves (1987), e tem sido considerado um fenômeno típico da sintaxe do PB.

Neste **Capítulo**, na seção 1.1 trago alguns resultados de pesquisas baseadas em amostras diacrônicas do PB, como um ponto de partida para a situação do fenômeno no PB. Em seguida, na seção 1.2 apresento a distribuição de *se* com infinitivo em amostras de fala e escrita do PB e do PE.

Finalmente, na seção 1.3, apresento a análise diacrônica do *se* com infinitivo no *Corpus Tycho Brahe*: os autores e os textos contemplados nesta tese (*cf.* 1.3.1), os critérios elaborados para classificar as sentenças infinitivas do *corpus* (*cf.* 1.3.2) e a distribuição percentual do *se* com infinitivo (*cf.* 1.3.3).

1.1 Primeiros dados diacrônicos: o *se* com infinitivo no Português do Brasil nos séculos 19 e 20

Nesta seção apresento um panorama do *se* com infinitivo relatando os resultados de quatro pesquisas desenvolvidas com base em *corpora* distintos do Português produzido no Brasil entre os séculos 19 e 20.

Nunes (1990, 1991) tem como interesse principal analisar o estatuto do *se*, que ele chama *apassivador* (15a) ou *indeterminador* (15b), em textos produzidos no Brasil entre os séculos 16 e 20. Para tanto, ele investiga a variação entre (15a) e (15b) e entre (15b) e (15c), nas sentenças finitas e a inserção de *se* nas sentenças infinitivas, como mostram os exemplos (15d) e (15e):

- (15) (*cf.* Nunes 1990)
- a. Aqui **se vendem** casas.
 - b. Aqui **se vende** casas.
 - c. Aqui **vende** casas.
 - d. É impossível **se achar** lugar aqui.
 - e. É impossível **achar** lugar aqui.

A amostra de Nunes (1990) se constitui de textos produzidos no Brasil entre 1555 e 1989 de vários tipos: (1) cartas, diários e documentos; (2) entrevistas provenientes do Banco de dados da PUC-SP, com informantes paulistanos com curso fundamental, médio e superior; (3) dados provenientes da revista *Veja*, com o intuito de investigar a avaliação sincrônica do apagamento do clítico *se* nas sentenças finitas.

Cotejo aqui também os resultados da minha dissertação de mestrado (*cf.* Cavalcante

1999), em que descrevo as formas de indeterminação do sujeito em sentenças finitas e infinitivas num *corpus* constituído de textos da imprensa carioca entre 1848 e 1998. Como meu interesse era investigar a inserção na escrita padrão de formas pronominais “estigmatizadas” pela Gramática Tradicional, observei comportamento em três amostras distintas: artigos de editoriais (os mais formais), artigos de opinião e crônicas de costume (os mais informais) publicados nos referidos jornais. O interesse da pesquisa era investigar a inserção de formas pronominais com referente arbitrário, não cotejadas pela Gramática Tradicional, como *nós*, *a gente*, e *você*, além das formas tradicionalmente consideradas, a 3^a. pessoa do plural, e *se*, em sentenças finitas e infinitivas, como vemos em (16). Além disso, tinha o interesse também em verificar a implementação do sujeito pleno pronominal na escrita.

(16) (*cf.* Cavalcante 1999)

- a. **somos** effectivamente governados por um chefe de gabinete irresponsável e, sem **querermos** neste momento pronunciar-nos sobre a direcção que está imprimindo aos negocios, **concluimos** que a primeira experiencia da constituição está produzindo alguma cousa que nem é o regimen parlamentar nem o regimen presidencial. (072-4,E,II)¹
- b. Quem sabe se algum dia não **duvidarão** da existencia do Sr. Lucena, como hoje duvidão alguns da existencia de Homero? (109,C,II)
- c. **Simularam** que o **iam** soltar. Mas o que **se fez** foi **acusarem**-no de rearticulação subversiva (118-22,C,IV)
- d. tudo isso, meu caro director, era mais que sufficiente para **engendrar-se** um artigo de trez columnas... (015,C,I)
- e. Quantos edificios mais precisam cair para **a gente** conhecer os outros Sérgio Nayas da Câmara? (063,C,V)
- f. ...caso **você** queira usar as duas mãos para **se ensaboar**. (105,C,V)

Os dois últimos trabalhos são os de Duarte (2002) e de Duarte e Lopes (2002) em que

¹Os exemplos de Cavalcante (1999) são identificados pelo número da ocorrência, o tipo de texto – Editorial, Opinião e Crônica –, e pelo período de tempo – I (1848-1869), II (1891-1910), III (1935-1942), IV (1964-1968) e V (1996-1998).

as autoras utilizam textos produzidos no Brasil no século 19 provenientes de jornais. Esses dois trabalhos foram desenvolvidos no âmbito do Projeto **Para a História do Português Brasileiro – PHPB**, coordenado pelo Professor Ataliba Castilho. Duarte (2002) analisou a variação entre *se-apassivador* – com concordância (17a) – e *se-indeterminador* – sem concordância (17b), em sentenças finitas e não-finitas, em anúncios de jornais que circulavam em sete Estados Brasileiros: Bahia, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo, no século 19 (*Cf.* Guedes e Berlinck (2001)):

(17) (*cf.* Duarte 2002)

- a. **Pianos** M.N. Moreira Paranhos mudou seu estabelecimento da rua Sete de Setembro número 68 para a mesma rua número 155 próximo á travessa de São Francisco, onde aguarda seus amigos e freguezes; **vendem-se, alugão-se, trocão-se, concertão-se e afinão-se** com toda perfeição. (*Jornal do Brasil*, 4 de setembro de 1891, RJ)
- b. Na fabrica de caldeireiro na rua Nova número 27, **acha-se** já prompto **alambiques e serpentinas de cobre de todos os tamanhos** e se vendem por preços mais commodos que em outra parte. (*O comercial*, 23 de janeiro de 1850, PE)

Duarte e Lopes (2002) analisam a variação da indeterminação do sujeito com três formas pronominais: 3^a. pessoa do plural, 1^a. pessoa do plural e o uso de *se* em sentenças finitas em textos de Cartas de editores e redatores em jornais publicados no Brasil no século 19. Nas sentenças infinitivas, elas analisaram a variação \emptyset / *se*, como mostram os exemplos em (18) a seguir.

(18) (*cf.* Duarte e Lopes 2002)

- a. Não é tempo de **peneirar** as causas secretas desse procedimento, não é tempo de **descobrir** essa machina. (*Diário de Pernambuco*, 10/10/1871)
- b. Pelo interior é muito comezinho **encontrar-se** freqüentemente esses infortunados a pedir o seu óbolo (...) (*O Correio Paulistano*, 13/07/1854)

Como se pode ver, os interesses centrais desses trabalhos não recaem somente no uso de *se* com infinitivo. Os trabalhos de Nunes (1990, 1991) e de Duarte (2002) buscam analisar o estatuto do *se* – *apassivador* e *indeterminador* – na história do PB. Já Cavalcante (1999) e Duarte e Lopes (2002) se interessam pelas formas de indeterminação do sujeito, e o *se* é uma dessas formas. Desse modo, nesta seção vou me ater somente aos resultados referentes à inserção de *se* junto ao infinitivo, com vistas a ter um panorama deste fenômeno no Português do Brasil.

É certo que os textos produzidos **antes** do século 19 não podem ser considerados como pertencentes a uma gramática brasileira, mas nas palavras de Nunes (1995a):

o dados relativos aos primeiros períodos de tempo [séculos 16 a 18] ainda não retratam o que se pode configurar como dialeto brasileiro. O cômputo desses dados não deixa de refletir, no entanto, parte do sistema de que o português brasileiro foi se afastando e, portanto, parte da constituição do dialeto brasileiro. (*Cf.* Nunes, 1995a:202)

Cumpre ressaltar aqui que se trata de resultados obtidos com base em amostras bem distintas com relação ao gênero textual envolvido – cartas pessoais, cartas de leitores e redatores de jornais, documentos notariais, artigos e anúncios de jornais. E é por isso que decidi cotejar tais resultados com vistas a ter um panorama do uso de *se* com infinitivo na história do português do Brasil. Passemos portanto aos resultados.

Nunes (1990, 1991) observa que o aparecimento de *se* nas sentenças infinitivas ocorre, na sua amostra, a partir do século 19, quando as construções de *se* sem concordância se tornam majoritárias no PB (em torno de 60%). Desse modo, Nunes (1990) propõe que o *se* junto ao infinitivo é o *se-indeterminador*, e não o *apassivador*, justificando da seguinte forma:

Se o fenômeno da inserção é produtivo no português brasileiro atual, seria estranho que o clítico inserido fosse apassivador, uma vez que já no século passado a construção com se indeterminador era a forma predominante. (...) Além do mais, construções com verbos não transitivos ou estruturas transitivas com discordância verbal como (34) e (35), respectivamente, só podem estar associadas, de acordo com o exposto no Capítulo 1, a se indeterminador:

(34) É impossível [pro_{pe} $se_{p\theta}$ trabalhar mais]

(35) É impossível [pro_{pe} $se_{p\theta}$ achar bons lugares aqui]

Esses fatos levam a crer que o fenômeno da inserção de se (indeterminador) não deve ter surgido antes do século XIX, momento em que a construção com se indeterminador se torna majoritária no português do Brasil. (Cf. Nunes 1990, 112)

Para Nunes (1990), o *se-apassivador* está associado a um papel temático externo, e a um expletivo na posição de sujeito (19a). Na construção com *se-indeterminador* o papel temático externo está associado a *pro* na posição de sujeito, e o *se* não tem papel temático externo (19b).

(19) (Cf. Nunes 1990)

a. É impossível [(expl) se_{pe} achar lugar aqui]

b. É impossível [pro_{pe} $se_{p\theta}$ achar bons lugares aqui]

Essa análise está muito relacionada a de Cinque (1988), como vimos na seção 0.1, da **Apresentação**, em que o *se* argumental está associado a um papel temático e o *se* não argumental está associado à Flexão.

A amostra de Cavalcante (1999), constituída de textos mais formais do que a amostra de Nunes (1990), apresentou uma média de 20% de presença *se* nas sentenças infinitivas regidas por preposição e 4% de presença de *se* nas sentenças infinitivas não regidas por preposição. Cavalcante (1999) constatou que a presença de *se* junto ao infinitivo é *favorecida* por um complementador preposicionado, como vemos com os exemplos em (20) a seguir.

(20) (cf. Cavalcante 1999)

- a. No entanto, se em vez de **se haver publicado** que o Brasil arrendara seis destroyers aos Estados Unidos, se divulgasse a informação de que havia resolvido mandar construir seis destroyers e dois ou três cruzadores nos estaleiros navais americanos, ingleses ou italianos, o fato não despertaria maiores comentários... (125,O,III)
- b. O acesso ao universo de informações que circula nas grandes redes é essencial para **se tomar** decisões rápidas. (214, E, V)
- c. Basta **assinalar** que funcionários mais graduados são submetidos a outros de menor categoria. (234,E,III)

Nos dados de Cavalcante (1999), observamos que existe uma diferença de percentual de presença de *se* com infinitivo nos períodos analisados. No primeiro período, compreendido entre 1848 e 1869, há 24% de presença de *se* nas infinitivas, ao passo que nos outros períodos, entre 1891 e 1998, há uma média de 13% de presença de *se* nas infinitivas. O fator que favorece a presença de *se* nas infinitivas na amostra de Cavalcante (1999) é a preposição. A Tabela 1.1 mostra a influência da preposição no aparecimento de *se* com infinitivo nos dados de Cavalcante (1999):

Infinitivas com <i>se</i>		
com preposição	sem preposição	% prep.
90	114	0,78
Infinitivas sem <i>se</i>		
com preposição	sem preposição	% prep.
373	323	0,53

Tabela 1.1: Presença de *se* com relação à presença de preposição, adaptado de Cavalcante (1999)

Duarte (2002) observou que nos dados de infinitivo, houve 32% de presença de *se* nos anúncios dos jornais. Confirmando os resultados de Cavalcante (1999), Duarte (2002) constatou também que a presença da preposição favorece o *se* junto ao infinitivo:

- (21) (Cf. Duarte 2002)
- a. KX Vende-se uma machina propria para marcar papel, cartões de visita e casamento, e bem assim um sortimento de cartões bordados e dourados tudo de 1^a. qualidade. **Para tratar** com o QUIM SIMÕES. (*Gazeta de Campinas*, 14 de junho de 1870, SP)
 - b. ANNUNCIO Precisa-se de um rapazinho/de 14 a 15 anos; paga-se/bem. **Para tratar-se** na rua das lages n.6. (*A Camelia*, 04 de dezembro de 1887, MG)

Na amostra com cartas de leitores e redatores de jornais, houve uma média de 27% de presença de *se* nas sentenças infinitivas. Duarte e Lopes (2002) afirmam que a forma de indeterminação com sujeito nulo nas infinitivas ainda é preferida, mas apontam para um significativo percentual de *se*. Também nesta amostra, as orações infinitivas regidas por preposição se revelaram como um contexto *favorecedor* da presença de *se* junto ao infinitivo, como podemos ver com a Tabela 1.2 a seguir, adaptada de Duarte e Lopes (2002).

Infinitivas	Com <i>se</i>	Sem <i>se</i>
+ prep.	52 - 71%	87 - 44%
- prep.	21 - 29%	112 - 56%
Total	73 - 100%	199 - 100%

Tabela 1.2: Presença de *se* com relação a presença de preposição nas sentenças infinitivas, adaptado de Duarte e Lopes (2002)

Cabe lembrar que na amostra de Duarte e Lopes (2002) foram encontradas ocorrências de *se* com infinitivo em verbos não transitivos, como é o caso do exemplo (22c) a seguir.

- (22) (cf. Duarte e Lopes 2002)
- a. É preciso não **ter** amor á vida para **continuar a usar** do kerosene explosivo ... (*O Salva Vidas*, RJ, 04/02/1883)
 - b. Como eu disse na minha observação haver-me o doente afirmado que o Sr. Dr. Nicanor lhe aconselhava recolher-se ao Hospital da Misericórdia, onde podia ser vigiado afim de **prevenirem-se** os accidentes que sobreviessem (...) (*Gazeta Medica do Rio de Janeiro*, 01/01/1864)

c. É preciso **ser-se** muito injusto para **dizer-se** o que acabo de ler ... (*Gazeta Medica do Rio de Janeiro*, 01/01/1864)

Essas pesquisas, realizadas a partir de *corpora* distintos, revelam que a inserção de *se* no infinitivo é um fenômeno recorrente no PB. Revendo os resultados, temos o seguinte quadro:

- Em artigos de opinião, editoriais e crônicas de jornais cariocas do século 19, há uma média de 24% de presença de *se* e nos jornais do século 20, há uma média de 13% de presença de *se* nas infinitivas (*cf.* Cavalcante 1999).
- Em anúncios de jornais brasileiros do século 19, há uma média de 32% de presença de *se* nas infinitivas (*cf.* Duarte 2002)
- Em cartas de leitores e redatores de jornais brasileiros do século 19, há uma média de 27% de presença de *se* nas infinitivas (*cf.* Duarte e Lopes 2002)

Verifica-se, desse modo, uma certa variação com relação à presença de *se* nas infinitivas e o grau de formalidade do texto. Além disso, os contextos favorecedores para a presença de *se* foram os mesmos nas três amostras: sentenças preposicionadas. Isso pode revelar que, além de estar relacionado a um fenômeno típico de um registro formal, o *se* com infinitivo aparece nos mesmos contextos sintáticos, independentemente do tipo de texto (artigos e crônicas, anúncios ou cartas). Com base nesses resultados, pude controlar os critérios para delimitar os contextos de variação esperados nas amostras sincrônica (PE e PB) e diacrônica (*Corpus Tycho Brahe*) de que tratarei nas seções 1.2 e 1.3 a seguir.

1.2 Uma descrição do fenômeno na fala e na escrita sincrônicas

Nesta seção apresento o quadro sincrônico da variação \emptyset / *se* com infinitivo em PE e PB em dois tipos de *corpora*, falado e escrito, a título de descrever a situação atual do fenômeno. O meu intuito aqui é apresentar o panorama da variação \emptyset / *se* com infinitivo a fim de poder levantar hipóteses sobre a variação diacrônica do fenômeno.

Para a fala, utilizei as entrevistas do acervo do **Projeto da Norma Urbana Oral Culta – Nurc/RJ** para o PB e as do **Projeto Português Fundamental** para o PE. O *corpus* escrito constitui-se de textos da imprensa portuguesa e carioca.

Considerarei aqui as sentenças infinitivas com *se* com verbos transitivos e não transitivos (23). Também as sentenças infinitivas sem *se* são aquelas cujo sujeito de infinitivo não está ligado a um correferente na sentença anterior, e recebe interpretação arbitrária (24). Não são considerados, portanto, casos de *se* pronominal, como em verbos do tipo *sentar-se*, *barbear-se*, pois nesse caso não é possível haver alternância \emptyset / *se* (25).

(23) *Presença de SE*

- a. O erro de **se privatizar** Furnas.
- b. O Rio é uma cidade boa de **se viver**.

(24) *Ausência de SE*

- a. é preferível **pagar** bem pro indivíduo poder ter um emprego do que **pagar** mal...
(Nurc/RJ, 70, M3)

(25) *Casos não considerados*

- a. **Barbear-se** com barbeador elétrico é mais eficiente do que com lâminas.

1.2.1 Uso de *se* com infinitivo na fala: PE *vs.* PB

Os dados de fala do PB vêm de gravações realizadas com falantes cultos cariocas pertencentes ao acervo do **Projeto Norma Urbana Oral Culta (Nurc/RJ)** realizadas nos anos 70 e 90 na cidade do Rio de Janeiro. São três amostras que retratam a variação em tempo real de curta duração: a “Amostra 70”, a “Amostra Recontato” e a “Amostra 90”, também chamada de “Amostra Complementar” nos trabalhos com base nesse *corpus*.

A “Amostra 70” constitui as primeiras gravações realizadas pela equipe do Projeto Nurc (*cf.* Callou e Lopes (1993)). A “Amostra Recontato” foi estabelecida a partir de gravações com alguns dos mesmos informantes contactados nos anos 70 e a “Amostra 90” com novos informantes contactados pela primeira vez nos anos 90 (*cf.* www.lettras.ufrj.br/nurc-rj). Os informantes do Projeto NURC têm todos nível superior completo, por isso ser uma amostra de “Norma Culta”, e estão subdivididos em três faixas etárias. Os informantes da Amostra Recontato são os mesmos da Amostra dos Anos 70, só que 25 anos mais velhos, ou seja, pertencendo a uma outra faixa etária. Esse tipo de pesquisa permite ver o comportamento do indivíduo ao longo de sua vida: se mudou ou se se mantém estável, nos moldes da Teoria de Variação de Labov (1994).

Apresento aqui os resultados das entrevistas do tipo DID, diálogo entre informante e documentador, na qual um informante recebe um tema específico – diversão, comércio, trabalho, etc. – e fala sobre esse tema, sendo questionado pelo documentador (*cf.* Cavalcante 2002).

Os dados de fala do PE vêm de entrevistas do **Corpus Português Fundamental**,

realizadas em Portugal nos anos 80 (*Cf.* Nascimento et al. 1987). Esse *corpus* se constitui de entrevistas com indivíduos de diferentes faixas etárias e graus de escolaridade. Aqui são considerados os inquéritos de informantes com curso superior completo, tais como os informantes do Projeto NURC/RJ.

Antes de passar a apresentação das tabelas com as frequências de uso de *se* com infinitivo em PE e PB, cabem algumas explicações sobre a classificação dos dados. As sentenças dessa amostra constituem-se de sentenças infinitivas com ou sem *se*, cuja posição de sujeito recebe uma interpretação arbitrária ou indeterminada. Considerarei também, como se pode ver com os dados do PB, sujeito de infinitivo preenchido pelas formas *a gente* e *você*, com interpretação arbitrária, como vemos em (26). Desse modo, num certo momento estaremos lidando com quatro tipos distintos de sujeito de infinitivo com interpretação arbitrária: *se*, \emptyset , *a gente* e *você*.

- (26) a. **você alimentar** uma família é uma arte ... (Nurc/RJ, 70, M2)²
b. eu acho que é difícil inclusive **a gente definir** o modo de se vestir do carioca (Nurc/RJ, 70. H1)

Acrescente-se que, na amostra do PE, só foram encontradas ocorrências de *se* junto a verbos transitivos no infinitivo, ao contrário do que sugerem as análises sobre o licenciamento de *se* com infinitivo para o português (*cf.* Cinque 1988, Brito 1995 e Dobrovie-Sorin 1998). Desse modo, no universo dos dados do PE só considerarei os verbos transitivos, tanto em contextos com e sem o *se*, por ser o contexto onde houve variação.

²Os exemplos do Nurc/RJ são identificados pela amostra – 70 (“Amostra 70”), RE (“Amostra Recontato”) e AC (“Amostra 90”)–, pelo sexo do informante (**H**omem ou **M**ulher), seguido da faixa etária: 1 (25-35 anos), 2 (36-55 anos), 3 (56-75 anos) e 4 (acima de 75 anos)

As orações infinitivas foram classificadas de acordo com a sua função sintática dentro da sentença matriz, seguindo Mateus et al. (2003). O intuito é mostrar os padrões de orações infinitivas que apresentam frequência maior para o uso de *se* junto ao infinitivo. Desse modo, apresento a distribuição dos dados classificados pelo tipo de oração infinitiva - completiva, adverbial, relativa.

Foi considerada, além dessas, a “2^a. coordenada”: a oração infinitiva coordenada a uma outra, independente se era completiva, adverbial ou relativa. Classifiquei dessa forma, pois ocorre apagamento tanto de clítico quanto de pronome sujeito em orações coordenadas. Veja-se o exemplo (27) a seguir em que houve o apagamento de *você* na 2^a. coordenada:

- (27) agora já::: é muito mais barato **você cozinhar** com óleo ou com... ou **temperar** uma salada do que com azeite quem é que agüenta...não é? (Nurc/RJ, 70, M2)

Considere-se a Tabela 1.3 a seguir, com a distribuição percentual de *se* com infinitivo na amostra do Português Europeu.

Estrutura Sintática		Português Fundamental - PE	
		oco/Total	%
Completivas	Verbais	0/18	0.0
	Nominais	1/14	0.07
	Adjetivais	0/9	0.0
Adverbiais		5/28	0.18
Relativas		1/5	0.20
2 ^a . Coordenada		0/8	0.0
TOTAL		7/82	0.08

Tabela 1.3: Distribuição percentual de *se* com infinitivo na fala do PE

Podemos observar com a Tabela 1.3 que o percentual de uso de *se* junto ao infinitivo em PE é bem reduzido: 8% de *se* com infinitivo no total. Observamos que o contexto que mais

favoreceu o aparecimento de *se* foi o das adverbiais, naturalmente regidas por preposição.

Das 7 ocorrências de *se* com infinitivo, 5 foram em orações adverbiais, como vemos em (28).

- (28)
- a. quando saíam, puxavam logo a camisola para não **se ver** (PE, M1)³
 - b. fotografei isso tudo e depois ... para **se ver** os pontos mais originais que aconteciam e as barradas, barras de lençóis também. (PE, M2)
 - c. mas tu nem queiras saber o, a ginástica que se fez para **se meter** as coisas e no outro armazém que tenho uma casa do meu pai, aqui mandei fazer um estrado tudo coberto de estantes e isso para **arrumar** as coisas abrir encomendas e essas coisas todas. (PE, M1) 1093
 - d. aí, isto demora muito a, a **vender-se** (PE, M1)
 - e. para **se fingir**, precisamos de começar quer dizer para **fingir** é necessário o autêntico e não ir agora criar um povo imaginário (PE, H3)

As outras duas ocorrências de *se* no PE falado foram também em contextos regidos por preposição, como na completiva nominal (29a), e na relativa (29b):

- (29)
- a. portanto, isso choca-me um bocado, pa, por exemplo agora neste momento, pa, o facto de no Porto **se tentar** solucionar um problema de trânsito (PE, H1)
 - b. porque não há aqueles períodos de, de **se respeitar**, porque nos Açores um pesticida... e é claro vem no letreiro que é obrigatório durante tal período (PE, H2)

Os casos de completivas verbais, em sua maioria não regidas por preposição, não favoreceram o uso de *se* com infinitivo em PE, como vemos com os exemplos (30a) e (30b):

- (30)
- a. porque é que o “ivan o terrível” foi um filme feito no estalinismo para homenagear o Estaline, e o Estaline nunca o deixou **projectar** na Rússia? (PE, H1)
 - b. porque o meio ideal seria **atacar** com água, mas quem é que pode levar a água a todos os sítios, aí nesses montes mais inacessíveis? (PE, H3)

³Os dados do Português Fundamental são identificados por PE, seguido do sexo do informante e da sua faixa etária. A divisão por faixas etárias é a mesma adotada para os informantes do Nurc/RJ.

Naturalmente, as completivas adjetivais, principalmente as construções “difícil de”, não favoreceram o aparecimento de *se* junto ao infinitivo. Essa frequência comprova as análises que têm sido desenvolvidas sobre as construções do tipo “difícil de” em PE. O elemento topicalizado na oração matriz, sai da posição objeto da oração encaixada. Na posição sujeito do infinitivo, postula-se a existência de um PRO (*Cf.* Raposo 1992, entre outros).

- (31) a. verificamos que um incêndio ateia-se com uma facilidade enorme e torna-se difícilimo de **extinguir** (PE, H3)

Observei também as orações infinitivas com pronome pleno, a fim de saber se há em PE o uso de pronomes com referência arbitrária no infinitivo. O levantamento mostrou que as sentenças infinitivas estão divididas em dois grupos: (1) apresentam sujeito nulo com referência arbitrária, e portanto, não controlado, como vemos com os dados da Tabela 1.3 ou (2) apresentam sujeito nulo correferente com o sujeito da oração matriz.

De 84 orações de infinitivo, além das 82 orações que aparecem na Tabela 1.3, somente duas apresentaram formas pronominais plenas, com referência determinada. Observa-se que no exemplo (32a), o pronome é a primeira menção, e no exemplo (32b) há mudança de referente entre a oração infinitiva e a oração matriz; talvez por isso a necessidade do pronome lexical.

- (32) a. depois de **eu ter acabado** a minha licenciatura, fui ter com meu marido a África (PE, M1)
b. portanto acho que, por(...) procurando um emprego base e isso como suplemento (es)tava bem, que já dava para **vocês comprarem** algumas mobílias, que eles têm mobílias e têm coisas e têm os pais que dão as mobílias e mais não sei quê, tal. (PE, M1)

Ocorre portanto, um uso majoritário de sujeito nulo correferente com o sujeito da oração

matriz. Esse fato pode nos mostrar que em PE está ativo o “parâmetro do sujeito nulo” também nas sentenças infinitivas, pois quando ocorre preenchimento da posição sujeito, como vimos com os exemplos (32a) e (32b), o pronome tem uma função específica de mudar o referente da oração matriz.

Vejamos a seguir alguns exemplos de sujeito nulo de infinitivo com referência determinada, correferente ao sujeito da oração matriz.

- (33)
- a. simplesmente, o, o individuo quando precisa duma bilha, ou duma chapa, tem de ir buscar um livro de requisições e com as mãos cheias de óleo pegar numa caneta que não traz no bolso para **escrever** uma coisa com uma letra que muitas vezes não é boa, e, e suja tudo, aquilo aparece como um papel de **limpar** as mãos. (PE, H3)
 - b. quando nos julgamos que somos capazes de **dominar** uma situação, no fundo ... damos connosco... surpreendentemente a ver que não, não somos. (PE, M2)
 - c. basta **ir** contra os cânones tradicionais para uma pessoa andar a dar nas vistas (PE, M1)
 - d. e eu no meu ofício, que o actor tem fundamentalmente que se assumir a si próprio para até **se purificar**, se, **se entender** com ... para depois **poder receber** as personagens e **saber** sobre que pontes afectivas ele vai assentar a personagem que interpreta (PE, H3)

Antes de passarmos à Tabela com a distribuição percentual de *se* com infinitivo em PB, cabe lembrar que os contextos de variação \emptyset/se com relação ao tipo de verbo foram ampliados. Considerei também verbos não transitivos por encontrar casos de *se* com infinitivo com verbos inergativos, como veremos mais adiante, diferentemente do PE, em que só considerei verbos transitivos.

Considere-se, a seguir, a Tabela 1.4, com a distribuição percentual de *se* com infinitivo na amostra de fala do PB:

Estrutura Sintática		Anos 70	Recontato	Anos 90
		oco/total - %	oco/total - %	oco/total - %
Completivas	Verbais	2/11 - 0.18	0/14 - 0.0	2/11 - 0.18
	Nominais	0/8 - 0.0	1/12 - 0.08	3/7 - 0.42
	Adjetivais	1/9 - 0.11	2/6 - 0.33	5/12 - 0.42
Adverbiais		3/10 - 0.30	0/4 - 0.0	0/9 - 0.0
Relativas		1/2 - 0.50	–	2/2 - 1.00
2 ^a . Coordenada		0/2 - 0.0	–	0/1 - 0.0
Total		7/42 - 0.16	3/36 - 0.08	12/42 - 0.28

Tabela 1.4: Distribuição percentual de *se* com infinitivo na amostra de fala do PB

Consideremos primeiramente os dados de *se* com infinitivo e sua distribuição ao longo do tempo. Observa-se um aumento do *se* entre a “Amostra 70” e a “Amostra 90”, de 16% para 26%. Na “Amostra Recontato” houve diminuição do uso de *se*, com 8%. Pelo que vemos, os contextos que favorecem o aparecimento de *se* são as orações iniciadas por um complementador, como preposição ou palavra *qu-*, como as completivas nominais (34a), as completivas adjetivais (34b), e as relativas (34c) e (34d):

- (34) a. Não, só a dificuldade de **se obter** certas coisas. (Nurc/RJ, AC, H3)
b. é uma cidade agradabilíssima de **se viver** (Nurc/RJ, 70, M1)
c. é uma das cidades que tem o melhor, melhor é, padrão de vida, ou seja uma das melhores cidades do mundo pra **se morar**. (Nurc/RJ, AC, M1)
d. Mas havia tanta coisa pra **se fazer** no jardim que nós fizemos uma parte do jardim muito grande (Nurc/RJ, 70, M2)

As completivas verbais, em sua grande maioria não regida por preposição, não favoreceram o uso de *se* com infinitivo. Destaquem-se as do tipo exemplificado em (35b), que são regidas por preposição:

- (35) a. basta **dizer** que eu morando lá, eu fiquei um ano e, um ano e três meses, mais ou menos (Nurc/RJ, RE, M3)

- b. e o desenvolvimento ... tecnológico também ... não é de **se jogar** fora (Nurc/RJ, AC, M3)

Um tipo de completiva adjetival foi a “difícil de” (*Cf.* Galves (1987)), em que houve alternância \emptyset / *se*:

- (36) a. O que que é bom em Paris? Olha, isso é uma coisa tão difícil de **definir** eu não sei por quê. (Nurc/RJ, RE, H2)
b. (Nova York) e é uma cidade também muito fácil de... mesmo que a pessoa não tenha um domínio pleno da língua inglesa, ela se torna muito fácil de **se andar**, de **se passear** (Nurc/RJ, RE, H4)

Atente-se para o exemplo (36b), que apresenta uma construção de “difícil de”, com *se* junto ao um verbo inergativo. Tal tipo de construção não é gramatical em PE.

Os casos de “2^a. coordenada” foram apenas 3 no total, em contextos em que não houve a presença de *se* na oração infinitiva anterior:

- (37) a. Brasília é ótima cidade para morar dentro de casa... e **ter** tudo (Nurc/RJ, 70, M1)
b. é preferível pagar bem pro indivíduo poder ter um emprego do que pagar mal e **sujeitar** a criatura a umas correrias sem fim... (Nurc/RJ, 70, M3)
c. mas eu acho que é uma coisa não, eu não acho que casar e **ter** filhos seja uma coisa natural, da vida. (Nurc/RJ, AC, M1)

Ao contrário do PE, no PB podemos encontrar muitos casos de sujeito pronominal com referência arbitrária, como *a gente* e *você*. A Tabela 1.5 mostra portanto a distribuição percentual das formas pronominais com infinitivo: *se*, *a gente*, *você* e \emptyset . Como se vê, o sujeito nulo de infinitivo em PB pode variar com uma das três formas pronominais mencionadas, além de outras com referência determinada, que não são consideradas nesse trabalho.

A Tabela 1.5 traz a distribuição percentual de *se*, *a gente*, *você* e \emptyset com infinitivo nas três amostras do *corpus* do PB: “Anos 70”, “Recontato” e “Anos 90”.

Estrutura Sintática		Forma Pronominal	Anos 70	Recontato	Anos 90
			oco - %	oco - %	oco - %
Completiva	Verbal	se	2 - 0.14	–	2 - 0.07
		a gente	–	–	–
		você	7 - 0.50	2 - 0.13	16 - 0.53
		zero	5 - 0.36	14 - 0.87	12 - 0.40
	Nominal	se	–	1 - 0.08	3 - 0.25
		a gente	–	–	–
		você	1 - 0.08	2 - 0.17	5 - 0.42
		zero	11 - 0.92	9 - 0.75	4 - 0.33
	Adjetival	se	1 - 0.08	2 - 0.12	5 - 0.19
		a gente	1 - 0.08	4 - 0.23	2 - 0.08
		você	3 - 0.25	7 - 0.42	10 - 0.38
		zero	7 - 0.59	4 - 0.23	9 - 0.35
Adverbial	se	3 - 0.22	–	0 - 0.00	
	a gente	–	1 - 0.14	1 - 0.06	
	você	2 - 0.14	1 - 0.14	7 - 0.46	
	zero	9 - 0.64	5 - 0.72	7 - 0.46	
Relativa	se	1 - 0.50	–	2 - 0.50	
	a gente	–	–	–	
	você	–	–	–	
	zero	1 - 0.50	–	2 - 0.50	
2 ^a . Coordenada	se	–	–	–	
	a gente	–	–	–	
	você	7 - 0.54	–	15 - 0.88	
	zero	6 - 0.46	2 - 1.00	2 - 0.12	
TOTAL	se	7 - 0.11	3 - 0.06	12 - 0.11	
	a gente	1 - 0.01	5 - 0.10	3 - 0.03	
	você	20 - 0.30	12 - 0.23	53 - 0.51	
	zero	39 - 0.58	32 - 0.61	36 - 0.35	

Tabela 1.5: Distribuição percentual de *se*, *a gente* e *você* com infinitivo no PB

Um dado marcante que a Tabela 1.5 revela é a diferença entre o uso de *se* com infinitivo em PE e PB, principalmente quando consideramos as formas pronominais *a gente* e *você*. Entre a “Amostra 70” e a “Amostra 90” nota-se uma diminuição do sujeito nulo de infinitivo e um aumento do sujeito pronominal, principalmente *você*, que vai de 30% a 51% entre os anos 70 e 90. Por outro lado, o sujeito nulo diminui, de 58% para 35% entre os anos 70 e 90.

Considerando as quatro variantes da posição sujeito de infinitivo, a diferença entre o

percentual de uso de *se* em PB e PE não é mais tão acentuada: 11% para o PB e 8% para o PE. No entanto, a distribuição do sujeito pronominal é o que nos leva a acreditar na diferença gramatical existente entre PB e PE. Apesar de haver Agr no infinitivo que possa licenciar o *se*, o uso desse pronome é restrito em PE.

O preenchimento da posição sujeito de infinitivo por formas pronominais, como *a gente* e *você* com referência indeterminada pode revelar a natureza de Agr não finito no PB. Podemos observar um percentual de preenchimento de sujeito pronominal nas infinitivas compatível com o percentual de preenchimento de sujeito pronominal nas sentenças finitas, como comprovam trabalhos de Duarte (1995, 2000) e Cavalcante (1999).

Esse paralelismo entre a posição sujeito das sentenças finitas com a posição sujeito das sentenças infinitivas pode indicar a natureza *pro-dop* parcial do PB. Conforme veremos no **Capítulo 3**, os resultados de pesquisas anteriores apontam um aumento no percentual de preenchimento do sujeito das sentenças finitas, tanto de referência definida quanto arbitrária. Os dados aqui apresentados demonstram que essa característica se estende ao caso dos sujeitos infinitivos também, pelo menos os de referência arbitrária.

Esse resultado aponta para uma mudança gramatical que ocorreu no PB, como relatam os trabalhos baseados nas sentenças finitas: como veremos no **Capítulo 3**, o preenchimento do sujeito pronominal nas sentenças finitas é causado pelo enfraquecimento de Agr, principalmente no que tange ao traço [pessoa] defectivo. Os resultados da Tabela 1.5 podem indicar que em PB as sentenças não finitas se comportam como as finitas no que se refere a esse quesito: um infinitivo flexionado com Agr defectivo no traço [pessoa]. Daí, surge a

necessidade de marcar a posição sujeito com uma forma pronominal de referência arbitrária, o que impede a correferência com o sujeito da oração anterior.

Observamos também, que “A” forma pronominal escolhida para referência arbitrária é o *ocê*, com um aumento significativo entre os anos 70 e 90.

No caso da “2^a. coordenada” com sujeito *ocê*, observa-se que com exceção de duas ocorrências, todos os casos de sujeito pronominal na “2^a. coordenada” foram de pronome sujeito nulo, por isso a relevância de tratar separadamente esse caso:

- (38) a. como seria bom *ocê* morar com aquela pessoa, que, não tem que, dá tal hora, ela te levar pra casa, e no dia seguinte *ocê* pegar um ônibus e ir pra casa da pessoa, e, pô, **ocê pensar** que queria ficar mais tempo com ela e tal. (Nurc/RJ, AC, M1)
- b. **ocê saber cozinhar...** **ocê adaptar** o que *ocê* tem ao valor nutritivo...à variedade...a/é uma ARTE não há dúvida... **ocê alimentar** uma família...é uma arte...ARTE das artes... (Nurc/RJ, 70, M2)
- c. Então, não adiantava **ocê ter** duzentos alunos, **apresentar** duzentos alunos e **passar** noventa. No ano seguinte, *ocê* não ia ter os duzentos, nem os cem, que o teu percentual de aprovação era baixíssimo, né? (Nurc/RJ, AC, H3)

O sujeito de *jogar papel*, no exemplo (39) é nulo, porém com referente *ocê* que aparece na oração anterior. Por isso esses sujeitos foram considerados separadamente do sujeito do tipo “zero”:

- (39) não é *ocê*, **tomar** um picolé e **jogar papel** no chão, tá, (Nurc/RJ, AC, M1)

Com relação aos outros tipos de oração envolvidos, observamos uma ocorrência mais freqüente das formas pronominais nas completivas adjetivais. Entretanto, o uso das formas pronominais está disseminado em todos os tipos de oração considerados aqui:

- (40) a. Acho que é, eu acho que é difícil inclusive **a gente definir** o modo de se vestir do carioca, né, (Nurc/RJ, 70, H1)
- b. uma coisa linda na hora que ele... entrou na... no maracanãzinho uma coisa assim... impressionante... **você não mandar** ninguém fazer silêncio e... e se fazer um silêncio... dentro do maracanãzinho... (Nurc/RJ, AC, M2)
- c. não adianta **você fazer** o pré-vestibular (Nurc/RJ, AC, H1)
- d. é muito melhor **você morar** separada entendeu, (Nurc/RJ, AC, M1)
- e. ir... às SEte da manhã às SEIS da manhã sei lá que horas que eu ia... PRA depois **você encontrar** a cidade acordando (Nurc/RJ, 70, M1)
- f. então é impossível **você fazer** praça... fazer... etc... todo o mundo vai de carro pra cidade... (Nurc/RJ, 70, H2)
- g. Fazem greve pela greve e eu acho que greve é a arma de trabalhador pra **gente usar** na hora certa, no momento exato, senão a gente se desgasta (Nurc/RJ, RE, H2)

Nas sentenças infinitivas também aparecem exemplos de pronome topicalizado, como vemos com os exemplos em (41), revelando uma tendência já observada para as sentenças finitas do PB:

- (41) a. e hoje em dia você sem carro fica muito difícil pra **poder sair** (Nurc/RJ, RE, M3)
- b. a gente pra **se divertir** fora do trabalho existem várias opções né... nós podemos ir à cinema... teatro... a SHOWS... (Nurc/RJ, AC, H1)
- c. é difícil de andar de bicicleta numa rua de Rio de Janeiro... eh ... **você pra andar** mesmo tem de ir para ciclovia ... (Nurc/RJ, AC, M3)

O PB apresenta um sujeito de infinitivo também nas construções do tipo “difícil de”, como vemos com o exemplo (42):

- (42) o Rio de Janeiro é uma cidade adorável pra **você bater** perna né (Nurc/RJ, RE, M2)

1.2.2 Uso de *se* na imprensa escrita: PE vs PB

Em Cavalcante (2000), fiz um levantamento da alternância \emptyset / *se* no infinitivo em PB e PE, em textos de Editoriais, Opinião e Crônicas na imprensa brasileira e portuguesa. Foram recolhidas 170 ocorrências de \emptyset / *se* com infinitivo nas duas amostras. Os dados do PB vieram das edições do *Jornal do Brasil* e de *O Globo* publicados em 1998 e os do PE vieram das edições eletrônicas de *O Público* e *Diário de Notícias*, datadas de 2000.

As variáveis consideradas com relação à alternância \emptyset / *se* foram (1) presença vs. ausência de preposição e (2) tipo de orações infinitivas - completivas verbal, nominal e adjetival, relativas não-canônicas, adverbiais e interrogativas.

Vejamos os resultados quantitativos antes de comentar as diferenças entre PB e PE. Na Tabela 1.6 mostro a distribuição de *se* com infinitivo com relação à estrutura sintática e à presença de preposição nas duas amostras.

Estrutura Sintática			PB		PE	
			oco/Total	%	oco/Total	%
Completivas	Verbais	Com prep.	6/6	1.00	1/17	0.14
		Sem prep.	3/13	0.23	1/31	0.03
	Nominais	Com prep.	12/16	0.75	1/12	0.08
		Sem prep.	0/5	0.0	0/3	0.0
	Adjetivais	Com prep.	6/9	0.66	1/3	0.33
		Sem prep.	4/12	0.33	1/17	0.06
Adverbiais		Com prep.	7/17	0.41	0/10	0.0
Relativas não-canônicas		Com prep.	3/4	0.75	0/4	0.0
Interrogativa		Sem prep.	-	-	0/1	0.0
TOTAL			41/82	0.50	5/88	0.06

Tabela 1.6: Presença de *se* com infinitivo em relação à estrutura sintática da oração e preposição em PB e PE

O primeiro fator que nos salta aos olhos nessa tabela é a enorme diferença de uso de

se com infinitivo em PB e PE: mesmo num universo pequeno de dados, vemos que o *se* em PB apresenta uma frequência de uso bem maior do que em PE. Isso nos leva a pensar sobre as diferenças gramaticais existentes entre essas duas línguas que causam a diferença na frequência de distribuição do *se* com infinitivo em PB e PE. Apesar de ser licenciado pelo sistema, o uso de *se* com infinitivo é bem marginal em PE.

Esse percentual vai se refletir, inclusive, na distribuição dos fatores estruturais que poderiam ser relevantes para a presença de *se* junto ao infinitivo. Por exemplo, em PB verificamos que a presença da preposição é fator determinante para a presença do *se*: das 52 orações iniciadas por preposição, 35 (67%) apresentam o *se*, enquanto que das 30 orações sem preposição, 7 (23%) apresentaram o *se*.

Em PE, apesar de baixos os percentuais de uso de *se*, a sua distribuição mostra-se regular entre as orações iniciadas ou não por preposição: das 36 orações iniciadas por preposição, 3 (8%) apresentam o *se*, e das 53 orações não iniciadas por preposição, 2 (4%) apresentam o *se*.

Podemos observar que o *se* com infinitivo aparece em diferentes tipos de oração encaixada, principalmente no PB. De fato, por haver maior número de ocorrências, naturalmente elas vão se espalhar por diferentes contextos sintáticos. Apesar de reduzido número de dados, aparentemente o PE não é sensível à presença da preposição como é o PB.

Por exemplo, um tipo de oração de frequência reduzida, tanto em PB quanto em PE, a relativa não canônica, favoreceu a presença do *se* apenas em PB, talvez devido à presença da preposição:

- (43) a. São 300 filmes em cartaz. Mas, simplesmente, não há nada para **se ver**. (042, C, PB)
 b. A melhor coisa a **se dizer** sobre o atual vice-presidente americano ... (022, C, PB)
 c. De Arnaldo Otegui, cujo aparecimento político foi comparado com imprudência ao do irlandês Gerry Adams, nada há a **esperar**. (020, E, PE)
 d. Há tarefas urgentes a **empreender** ... (060, O, PE)

Com relação às orações completivas, observamos que a presença da preposição neste tipo de construção pode ter influenciado a presença de *se* tanto no PB quanto no PE. Se compararmos os percentuais de uso de *se* em orações regidas por preposição, a preferência está nas completivas verbais (44a), seguidas pelas nominais (44b e 44c), pelas adverbiais (44d) e, por fim, pelas adjetivais, (45a e 45b). Vejamos os exemplos:

- (44) a. O que não será assim tão diferente de se prostituírem ou corromperem em câmaras governamentais e municipais, em empresas públicas ou privadas, onde tudo parece **fazer-se** com discrição, mas onde tudo acaba por se saber. (064, O, PE)
 b. É o caso de **se perguntar** porque não restabelecer a hipótese da candidatura Mário Covas como centro de aglutinação. (005, E, PB)
 c. Samuel Butler dizia: ‘A vida é a arte de **se tirarem** conclusões suficientes a partir de premissas insuficientes’. (070, O, PE)
 d. E o que se sabe e acontece é demasiado grave para **se concluir** apenas que a ETA tornou à luta política armada. (080, O, PE)

Como se vê com a Tabela 1.6, podemos notar uma diferença com relação à regência por preposição nesses três tipos de complementação: as completivas verbais e nominais foram os contextos em que observamos a maior frequência de uso de *se* com infinitivo em contextos regidos por preposição, ao passo que o uso de *se* sem a preposição foi mais freqüente nas completivas adjetivais, como se vê em (45a) e (45b):

- (45) a. É freqüente **ouvir-se** avaliar gente pelo palmo de cara com que Deus a brindou. (073, O,PE)

- b. Pode até estar dando certo em audiência, mas é muito esquisito **se assistir** ao *Videoshow* no final da tarde. (070, C, PB)

As orações adverbiais, com grande maioria das adverbiais finais, naturalmente todas regidas por preposição, são ilustradas a seguir:

- (46) a. Para **se ter** uma idéia, dentro do pressuposto da sociedade antiga, a mulher feliz era aquela que fazia feliz seu marido e seus filhos. (056, O, PB)
- b. Movimenta-se desnecessariamente a máquina estatal para, no fim, **obter-se** decisão idêntica.
- c. A **adicionar** a estes aspectos, ter-se-á que fazer referência a factor fundamental desequilibrante do regime financeiro da Segurança Social. (013, O, PE)
- d. Tudo isso é verdade, mas importa desde já, sem **provocar** insônias ou indigestões, avisar aos nativos que o futuro imediato vai ter algumas surpresas desagradáveis do ponto de vista económico... (031, E, PE)

Em resumo o que se vê é:

1. PB apresenta maior índice de *se* com infinitivo do que PE;
2. em PE só aparecem casos de *se* com verbos transitivos, ao passo que em PB, o *se* aparece junto a verbos transitivos e não transitivos;
3. orações infinitivas iniciadas por uma preposição favorecem o aparecimento de *se* tanto em PB quanto em PE;
4. em PB, além do *se* com infinitivo, também aparecem formas pronominais com referência indeterminada na posição sujeito de infinitivo, como *a gente* e *você*, ao passo que em PE, predomina o sujeito nulo com interpretação arbitrária.

Na seção 1.3 a seguir vamos aos dados diacrônicos buscando detectar a diferença que existe entre PE e PB. Tendo em mente que o Português Clássico é a gramática que deu origem tanto ao PE quanto ao PB modernos, podemos esperar que alguns padrões encontrados em PB tenham origem no PCl: espero encontrar *se* nos mesmos tipos de sentenças infinitivas no PCl e no PB, como uma forma de justificar a inserção de *se* em PB.

1.3 O *se* com infinitivo no Português de Portugal: do século 16 ao século 19

Nesta seção apresento brevemente o *Corpus Anotado do Português Histórico – Corpus Tycho Brahe* (1.3.1), os autores selecionados para este trabalho (1.3.1), bem como critérios estabelecidos para a classificação das orações infinitivas, com base em Mateus et al. 2003 (1.3.2). Finalmente, a seção 1.3.3 traz a distribuição percentual de *se* com infinitivo no *Corpus Tycho Brahe*: os contextos de variação, o comportamento de cada autor com relação à inserção de *se* nas sentenças infinitivas, a posição do argumento interno com relação ao verbo e o comportamento das sentenças infinitivas.

1.3.1 O *Corpus Anotado do Português Histórico - Tycho Brahe*

O *Corpus Anotado do Português Histórico - Tycho Brahe*, doravante *Corpus Tycho Brahe*, insere-se no âmbito do Projeto Temático **Padrões Rítmicos, Fixação de Parâmetros e Mudança Lingüística – Fases I e II** (Processos FAPESP 98/3382-0, e 04/03643-0), coordenado pela Professora Charlotte Galves. Um dos objetivos do Projeto é a estruturação de um *corpus* eletrônico, o *Corpus Tycho Brahe*, da língua portuguesa, além dos estudos lingüísticos sobre mudança baseados nesse *corpus*.

O *Corpus Tycho Brahe* é um *corpus* digital composto de textos de autores portugueses nascidos entre os séculos 16 e 19. No momento, com o andamento da sua composição, está havendo uma ampliação dos textos, tanto com relação à data de nascimento dos autores (séculos 14 e 15) bem como com relação a uma maior variedade de textos contemplados (*cf.*

www.ime.usp.br/~tycho/prfpml/projeto.html). Os textos são digitalizados e tratados computacionalmente.

Uma diferença entre o CTB e outros *corpora*, principalmente o do PB utilizado em Cavalcante (1999), é que a datação obedece à data de nascimento do autor, e não à data de publicação do texto. Assim, um exemplo com datação de 1601, se refere à data de nascimento do autor, e não a sua publicação.

Os autores contemplados

Na Tabela 1.7 a seguir, apresento os textos e autores contemplados do *Corpus Tycho Brahe*. Como podemos notar, trata-se de uma amostra de variados tipos de texto, desde tratados religiosos a cartas particulares.

Século	Data	Autor	Obra	Sigla
16	(1542-1606)	Diogo do Couto	<i>Décadas</i>	cou
	(1556-1632)	Luis de Sousa	<i>Vida de Frei Bertolameu dos Mártires</i>	sou
	(1579-1621)	F. Rodrigues Lobo	<i>Côrte na Aldeia e Noites de Inverno</i>	lob
17	(1601-1667)	Manuel da Costa	<i>Arte de furtar</i>	mco
	(1608-1697)	Antonio Vieira	<i>Cartas</i>	viec
			<i>Sermões</i>	vies
	(1608-1666)	F. Manuel de Melo	<i>Cartas Familiares</i>	mel
	(1631-1682)	Antonio das Chagas	<i>Cartas Espirituais</i>	cha
	(1644-1700)	Manuel Bernardes	<i>Nova Floresta</i>	ber
	(1651-1735)	J. Cunha Brochado	<i>Cartas</i>	bro
(1658-1753)	Maria do Céu	<i>Rellação da Vida e Morte da Serva de Deos a Veneravel Madre Ellena da Crus</i>	ceu	
	(1675-1700)	Andre de Barros	<i>Obra</i>	aba
18	(1702-1783)	Cavaleiro de Oliveira	<i>Cartas</i>	cav
	(1705-1763)	Matias Aires	<i>Reflexão sobre a vaidade dos homens e Carta sobre a Fortuna</i>	air
	(1713-1792)	Antonio Verney	<i>Verdadeiro Método de Estudar</i>	ver
	(n.1714)	Antonio da Costa	<i>Cartas do Abade António da Costa</i>	aco
	(1724-1772)	Correia Garção	<i>Obras Completas</i>	gar
	(1750-1839)	Marquesa D'Alorna	<i>Inéditos, Cartas e Outros Escritos</i>	alo
	(1799-1854)	Almeida Garrett	<i>Viagens na Minha Terra</i>	gtt
19	(1836-1915)	Ramalho Ortigão	<i>Cartas a Emilia</i>	ort

Tabela 1.7: Textos do Corpus Tycho Brahe

Não cabe aqui entrar em detalhes históricos sobre a constituição dos textos, tampouco sobre o grau de escolaridade e literariedade dos seus autores, que de certa forma enviesaria os dados, distanciando-os de um possível vernáculo. O fenômeno estudado apresenta uma certa particularidade, qual seja, ser característico de uma linguagem mais culta, pelo menos na variedade brasileira, e não sofre tanta pressão normativa que pudesse rotulá-lo como “estigmatizado”. Sendo assim, se for característico da gramática do português, ele vai aparecer mesmo em uma frequência de uso restrita, como vimos na seção 1.2.

Os textos do *Corpus Tycho Brahe*, são identificados pela data de nascimento do autor. Desse modo, além de receberem uma codificação específica para cada autor, recebem também uma codificação que engloba os autores em 50 e 50 anos. Temos, portanto, 7 períodos distintos, entre 1500 e 1850. Na Tabela 1.8 a seguir, mostramos os autores distribuídos por período de tempo:

1500-1549	1550-1599	1600-1649	1650-1699	1700-1749	1750-1799	1800-1849
Couto	Sousa Lobo	M. Costa Vieira Melo Chagas Bernardes	Brochado Maria do Céu Barros	Cavaleiro Aires Verney A. da Costa Garção	Alorna Garrett	Ortigão

Tabela 1.8: Autores do Corpus Tycho Brahe por período de tempo

1.3.2 As sentenças infinitivas: critérios de classificação

Os critérios para obter os dados da variação \emptyset / *se* junto ao infinitivo no *Corpus Tycho Brahe* seguem os critérios estabelecidos para as amostras sincrônicas: foram consideradas as sentenças infinitivas com *se* e as sentenças infinitivas sem *se* cuja posição de sujeito não fosse controlada pelo referente da oração anterior. Desnecessário torna-se mencionar que as sentenças infinitivas com sujeito exposto determinado não foram consideradas, bem como os casos de *se* reflexivo ou inerente, mesmo que a posição sujeito tivesse um traço [arbitrário]. Desse modo, o mapeamento das estruturas infinitivas no *Corpus Tycho Brahe* não é, de modo algum, extensivo e totalizador, visto não ser este o objetivo central da pesquisa.

Para controlar a inserção de *se* com infinitivo no *Corpus Tycho Brahe*, considero, além dos fatores extralingüísticos, como autor e data de nascimento, os seguintes fatores:

- (a) o tipo de oração infinitiva: completiva verbal, completiva nominal, completiva adjetival, relativa e as adverbial;
- (b) o tipo de verbo: transitivo e não transitivo;
- (c) o tipo de complementador: preposicional, elemento *qu-* e complementador nulo;
- (d) a posição e realização do argumento interno (nas construções transitivas): anteposto, posposto, topicalizado, relativizado e não realizado foneticamente.

A classificação das estruturas de complementação infinitiva, segue a *Gramática da Língua Portuguesa*, nas versões Mateus et al. (1989, 2003), por ser uma gramática que busca descrever a estrutura da língua portuguesa consoante os estudos gerativistas.

Tipos de sentenças infinitivas

(1) Completivas

Segundo Mateus et al. 2003, completivas são as sentenças subordinadas que constituem um argumento de um dos núcleos lexicais da sentença matriz. Assim, as **completivas verbais** são aquelas selecionadas por um verbo, as **nominais** são selecionadas por um nome e as **adjetivais** são selecionadas por um adjetivo. Vejamos as subdivisões que foram feitas para classificar os dados do *Corpus Tycho Brahe*.

(1a) Completivas Verbais

No *Corpus Tycho Brahe*, foram consideradas as seguintes orações infinitivas em complementação verbal: *NP sujeito*, *NP Objeto*, *Complemento de Resta*, *Convém*, *Basta*, *Complemento de Verbos de Percepção*, *Complemento de Verbos Causativos*.

Mateus et al. 1989 propõem duas grandes estruturas de complementação verbal: (1) a completiva que é dominada imediatamente por IP, que se encontra na posição de sujeito e (2) a completiva dominada por SV, que se encontra, desse modo, na posição de objeto.

Complemento em NP Sujeito:

Essas completivas são aquelas que estão na posição de argumento externo do verbo, independentemente de o verbo selecionar ou não um argumento interno. Mateus et al. (1989, 266) exemplificam com o verbo *surpreender*, que pode selecionar tanto oração finita quanto infinitiva. Elas ainda apresentam alguns verbos que se comportam como *surpreender*, tais

como *aborrecer*, *desagradar*, *entristecer*, *ofender*, entre outros, que possuem um **uso factivo**

(47):

- (47) a. Surpreendeu os críticos **que o filme tivesse ganho o festival**
- b. Surpreendeu os críticos **o facto de o filme ter ganho o festival**
- c. Surpreendeu os críticos **o ele ter ganho o festival**
- d. Surpreendeu os críticos **o filme ter ganho o festival**

No caso do objeto de estudo desta tese, as orações infinitivas, como já disse, devem ou apresentar uma posição sujeito com traço [arbitrário], como (48a), ou o pronome *se*, como

(48b):

- (48) a. Surpreendeu a nação **descobrir tanta corrupção no governo Lula**
- b. Surpreendeu a nação **descobrir-se tanta corrupção no governo Lula**

No *Corpus Tycho Brahe* encontramos os seguintes exemplos:

(49) *Completiva em NP Sujeito*

- a. E, em verdade, que o **estar** fora do mundo lá se tem suas comodidades; porque para eu ir sabendo aquilo pouco e pouco melhor, fui sabê-lo por junto, visto tambem que para nada eu podia prestar, nem à doença nem à melhoria. (F. Manuel de Melo, n. 1608, III)⁴
- b. Em comunidades religiosas o **cultivar** particulares amizades tem graves inconvenientes. (M. Bernardes, n. 1644, III)
- c. Daqui veio o **reduzir-se** a arte àquele mesmo conhecimento, arte rara, e vasta, e que tem por objecto, não só o estado da sucessão dos homens, mas também o estado, ou situação da Nobreza deles. (M. Aires, n. 1705, V)

Complementação em VP:

⁴Os exemplos do *Corpus Tycho Brahe* são identificados pelo nome do autor, seguido pela data de nascimento, e pelo período de tempo (de I a VII conforme aparece na Tabela 1.8).

Segundo Mateus et al. (1989), quando a oração é argumento interno do verbo, pode haver dois tipos de construção (1) construções em que o sujeito da oração matriz é uma categoria vazia, porque o verbo não seleciona argumento externo e (2) construções em que o sujeito da matriz corresponde ao argumento externo do verbo da matriz.

No primeiro caso, encontram-se as orações complemento de verbos inacusativos, como *acontecer*, *convir*, *bastar*, *urgir*, *ocorrer*, como se vê em (50), a seguir:

(50) *Complemento de “Resta”, “Convém”, “Basta”*

- a. Baste por agora **ouvir** ao grande Crisóstomo: Unius animæ perditio tantam habet jacturum, ut nulla ratione possit æstimari. (M. Bernardes, n. 1644, III)
- b. (...) basta **saber-se**, que além-mar recolhem os Reys de Portugal para si todos os dizimos, como conquistadores; porque os Papas os largaraõ aos Mestrados, para levarem avante a conversão da Gentilidade, e sustentarem o culto Divino naquellas partes com magnificencia da Fé, e augmento da Christandade. (Manuel da Costa, n. 1601, III)
- c. (...) e baste por exemplo não **se haver ainda respondido** às cartas de Fontainebleau, por tantos navios quantos de todos os portos de Portugal tem partido para êstes. (Vieira, *Cartas*, n. 1608, III)

Como se pode perceber, os exemplos em (50) são classificados de modo diferente da tradição gramatical, que classifica essas orações como sendo *subjativas*. Mateus et al. (1989), entretanto, demonstram com os exemplos a seguir porque esse tipo de oração não pode ser considerada como subjativa:

(51) (*Cf.* Mateus et al., 1989:269)

- a. Acontece que os miúdos trabalham à tarde.
- b. *Que os miúdos trabalham à tarde acontece.
- c. Parece que os miúdos trabalham à tarde.
- d. *Que os miúdos trabalham à tarde parece.

Comparem-se os exemplos (51a) e (51c) com (51b) e (51d). Se as completivas fossem

subjativas, como sugere a tradição gramatical, os exemplos (51b) e (51d) seriam perfeitamente aceitáveis. Mateus et al. 1989 argumentam haver uma categoria vazia, que seria um expletivo nulo, na posição sujeito, como em (52) a seguir:

- (52) a. *cv* Acontece que os miúdos trabalham à tarde.
b. *cv* Parece que os miúdos trabalham à tarde.

As completivas de um verbo com sujeito argumental dividem-se também em dois grandes grupos: (1) a oração completiva é um argumento interno do verbo superior e (2) a oração completiva é um complemento preposicional do verbo superior (*Cf.* Mateus et al. 1989:270).

Dentre as completivas que são argumento interno do verbo superior, destacamos as que são complemento de: (1) verbo declarativo e de atividade mental (*dizer, acreditar*), (2) verbo avaliativo de uso factivo (*lamentar*), (3) verbo volitivo e optativo (*desejar, querer*), (4) verbo causativo e perceptivo (*mandar, ver*) e (5) verbo de inquirição (*pensar, perguntar*).

Dentre as opções acima, consideramos somente aquelas completivas infinitivas com sujeito nulo de referência arbitrária ou com pronome *se*. Isso naturalmente exclui as sentenças completivas de verbos volitivos e optativos, visto que seu sujeito de infinitivo é sempre controlado pelo sujeito do verbo da matriz. Vejam-se os exemplos em (53) a seguir, retirados de Mateus et al. (1989), que ilustram esse fato:

- (53) (*Cf.* Mateus et al., 1989:273-4)
a. O governo quer que o relatório seja publicado.
b. O governo quer aumentar o preço dos combustíveis.
c. O António ousou criticar o trabalho do Luís.
d. *O António ousou que eles critiquem o trabalho do Luís.

Dentre as completivas que são um complemento preposicional do verbo superior encontram-se as complemento de: (1) verbos com objeto na frase matriz e oração completiva regida de preposição (*autorizar*) e (2) verbo que seleciona como argumento interno uma completiva regida por preposição (*insistir*)

No *Corpus Tycho Brahe*, consideramos as seguintes sentenças completivas verbais, cujo verbo matriz possui um argumento externo:

(54) *Complemento de Verbo de Percepção*

- a. Quem vendo **queimar** Templos de Deus, deixar ainda com mãos aos incendiários? (André de Barros, n. 1675, IV)
- b. Eu não digo tal, porque tenho visto **descuidar-se** a natureza em pasmosas monstruosidades. (A. Garrett, n. 1799, VI)

(55) *Complemento de Verbo Causativo*

- a. Neste lugar mandou êste Rei tambem **fazer** uns paços de tanta grandeza, e magestade, que se podem contar entre as maravilhas do Mundo, porque nos afirmaram os Magores, que puzeram em os fabricar trinta anos, andando de continuo dez mil trabalhadores neles. (D. Couto, n. 1542, I)
- b. Não lhe bastou isto: fêz **fortificar** a casa que habita, mandando fazer à roda dela um fôssô de trinta pés de largo, cheio de água. (Marquesa D'Alorna, n. 1750, VI)

Como se vê, foram separadas as orações infinitivas complemento de verbo de percepção e causativos, a fim de saber como se comporta a inserção de *se* nesses contextos de infinitivo.

(1b) Completivas Adjetivais

Sob o rótulo “completivas adjetivais”, encontram-se três tipos de orações infinitivas que podem se revelar com padrões diferentes com relação à inserção de *se*: *Complemento de “Necessário, Possível”*, *Construções do Tipo “Difícil de”*, *Complemento de Outros Adjetivos*.

Mateus et al. (2003) consideram como completivas adjetivais as seguintes estruturas subordinadas:

(56) (*Cf.* Mateus et al. 2003:596;635)

- a. Os miúdos são capazes de **escalar essa colina**
- b. **Guiar estes automóveis** é agradável
- c. É difícil **engolir insultos desses**

(57) *Complemento de Adjetivo*

- a. Segundo isto, fácil fica de **crer** que não haveria guarda na parede, de reposteiro, nem outro pano que honrasse o aparador. (L. de Sousa, n. 1556, II)
- b. Foi fácil de **persuadir** o valeroso cavaleiro. (L. de Sousa, n. 1556, II)
- c. Também pretendo que na nossa terra é dificultoso **aprender-se** uma boa educação regular e completa, porque, para a ensinar, é necessário aprendê-la na própria experiência, estudando à sua custa a necessidade de se conformar com as leis da sociedade com que institutivamente deve viver o homem. (J. Cunha Brochado, n. 1651, IV)

(58) *Complemento de “Necessário”, “Preciso”*

- a. E pera melhor entendimento desta matéria, será necessário **tornar** de novo a dar razão das pareas, que os Reis de Ormuz pagavam. (D. do Couto, n. 1542, I)
- b. Tanto, que rendendo d’antes bastantemente pera os gastos, e ordinarias das fortalezas, veio tudo a tanto menos, que foi necessário **mandar-se** do rendimento da India o cabedal pera aquelas despezas. (D. do Couto, n. 1542, I)

Mateus et al. (2003) destacam a *Construção Adjetival Complexa*, que aqui será considerada como *Construções “Difícil de”*. Segundo Mateus et al. (2003), a completiva infinitiva tem a relação gramatical de sujeito e o seu sujeito nulo recebe interpretação arbitrária. Como já vimos no **Capítulo Apresentação**, essa interpretação não ocorre necessariamente no Português Brasileiro: daí vem a inserção de *se* nesse tipo de oração (*Cf.* Galves 1987).

(59) “*Difícil de*”

- a. Às vezes as menores tentações, principalmente em gente escrupulosa, são mais difíceis de **vencer**, que as maiores; mas a constância do Baptista de todos os modos era invencível. (Vieira, *Sermões*, n. 1608, III)
- b. A do Brasil he muito boa, e só poderia ter de mal, se entrasse nella alguma gente, que tratasse só de seu interesse, ou nos pudesse ser suspeita: mas seriaõ inconvenientes faceis de **emendar**, e o tempo os curaria. (M. da Costa, n. 1601, III)
- c. Dos dois papéis do reverendo Padre frei Francisco pude até agora ler só o dos versos, que eram merecedores de **se imprimirem** em bronze, como as imagens que descrevem. (Vieira, *Cartas*, n. 1608, III)
- d. Cada cousa tem um limite certo, entre cuja extremidade se deve conter, e regular; porém esse tal limite não é fácil de **se achar**, e no amor é quasi impraticável, porque é uma paixão que não tem limite, e que só no excesso se mostra, e se acredita. (M. Aires, n. 1705, V)

(1c) Completivas Nominais

Foram consideradas como complementação nominal as orações infinitivas que modificam um nome, independentemente de serem tradicionalmente consideradas como “adjunto adnominal” ou “complemento nominal”.

(60) *Complementação Nominal*

- a. E, enfim, queria trocar a quietação de **governar** santos polo tormento e perigo de converter e salvar infieis. (L. de Sousa, n. 1556, II)
- b. O conselho de **aguar** o vinho é de Platão, que dizia misteriosamente que o Deus Líbero se casasse com as ninfas, ou linfas. (M. Bernardes, n. 1644, III)
- c. E sintido do mal, que o fizera com ele a infirmitade em o não enterrar, afirmava que, a poder suceder sem ofensa de Deus, tomara de boa vontade haver quem lhe levantasse um falso testemunho na mais grave matéria e de maior infâmia da vida, pera que fosse ocasião de **se remover** sua eleição. (L. de Sousa, n. 1556, II)
- d. E a razão de **se lhe não achar** razão, é porque as razões dos homens não alcançam as de Deus, e onde não sabe descobrir culpa o juízo humano, a póde achar o divino. (Vieira, *Sermões*, n. 1608, III)

(1d) Predicação com verbo *Ser*

Foram considerados dois tipos de oração infinitiva neste grupo: as *Predicativas* e as orações do tipo *É de*

(61) *Predicação com verbo SER*

- a. Que, na verdade, **escrever** história com as partes que ela requiere é mais obra da Providência divina que de forças humanas. (L. de Sousa, n. 1556, II)
- b. Já avisei a Vossa Excelência que vinha a Amsterdam saber como havíamos de remeter as letras a Itália, e aqui achei não ser estilo **remeterem-se** antes de recebidas, e na mesma conformidade vem o aviso de Manuel Rodrigues de Matos. (Vieira, *Cartas*, n. 1608, III)

(62) *É de ...*

- a. Mas que é de **espantar** haver isto em Mouros, e Gentios, se antre Christãos vemos os que governam os Reis fecharem-nos pera todos, e terem-nos abertos sempre pera si, limitando tempos, e dias pera os despachos alheios, e para os seus não haver limite, nem termo, porque todas as horas são suas. (D. do Couto, n. 1542, I)
- b. Quando alguém me perguntasse qual é o retrato mais parecido que tenho visto com estes invejosos, juraria (e é de **advertir** como Vossa Excelência sabe que não sou costumado a isso) que é o que se conserva na baixíssima pessoa da Alteza que retrato sem nomear. (Cavaleiro de Oliveira, n. 1702, V)

(2) **Adverbiais**

As adverbiais foram divididas em dois grupos: as *Comparativas*, geralmente iniciadas por “é o mesmo que...” – que têm um complementador do tipo *qu-*, e as *Adverbiais*, com complementador preposicionado. Essa diferença foi feita para controlar o papel da preposição na presença do *se* com o infinitivo.

(63) *Adverbiais*

- a. Também, para **abreviar** razões, é de muita utilidade na prática, como quando dizemos: ficou em sêco, deitou azar, troceu a orelha, deu cinco. (F. Rodrigues Lobo, n. 1579, II)
- b. E, para **se começarem** logo a fazer estes navios, não quer mais que ficar com êle André Henriques ... (Vieira, *Cartas*, n. 1608, III)

(64) *Comparativas*

- a. Não se fez mais este dia que **dar-se** por legitimamente aberto o santo e gèral Concílio. (L. de Sousa, 1556, II)
- b. Muito é necessário adivinhar mais que **ler** nele. (F. Manuel de Melo, n. 1608, III)

(3) Relativas

Segundo Mateus et al. (2003), as orações relativas são “formas de modificação de uma expressão nominal antecedente” (p.655) e podem ser finitas e infinitivas. As relativas infinitivas apresentam como complementador o -que ou uma preposição:

- (65) (*Cf.* Mateus et. al. 2003:683)
 - a. Eles não têm (nada) que comer.
 - b. Procuro alguém a quem deixar as plantas.
 - c. Eles têm uma faca com que cortar o queijo
- (66) (*Cf.* Mateus et. al. 2003:684)
 - a. Eles não têm nada para comer.
 - b. Procuro alguém para deixar as plantas.
 - c. Eles têm uma faca para cortar o queijo.

Nos dados do *Corpus Tycho Brahe* exemplificamos com as seguintes orações:

- (67) *Relativas*
 - a. Quanto à povoação destas Ilhas, são tão soberbos os Japões, que se tem pelos primeiros do Mundo, sobre o que fabulão cousas muito pera **rir**, de que brevemente diremos algumas. (D. do Couto, n. 1542, I)
 - b. Colónia, tirada a cathedral, não tem que **ver**. (R. Ortigão, n. 1836, VII)
 - c. Houve causas para **se suspenderem**. (F. Manuel de Melo, n. 1608, III)
 - d. Daqui vem que é erro pôr nas Gramáticas: Modo Optativo, Conjuntivo, Potencial, Permissivo; porque, por este estilo, podem-se acrescentar muitos outros modos, sendo certo que, ajuntando-lhe novas partículas, nascem diferentes modos de **se explicar**. (Antonio Verney, n. 1713, V)

(4) Tópico

Ainda são consideradas no *Corpus Tycho Brahe* as orações infinitivas *Topicalizadas*, que são geralmente retomadas por um elemento na oração matriz, como vemos a seguir:

(68) *Sentença Infinitiva Topicalizada*

- a. E, em verdade, que o **estar** fora do mundo lá se tem suas comodidades; porque para eu ir sabendo aquilo pouco e pouco melhor, fui sabê-lo por junto, visto também que para nada eu podia prestar, nem à doença nem à melhoria. (F. Manuel de Melo, n. 1608, III)
- b. Ver as Bernardas e **ver** as flores que elas fazem, tudo parecerá jardim onde tudo são flores. (Cavaleiro de Oliveira, n. 1702, V)

(5) 2^a. Coordenada ou Justaposta

Seguindo os critérios estabelecidos na seção 1.2, também separei as orações coordenadas e/ou justapostas das outras orações do *corpus*. Isso se deve à característica da coordenação em permitir o apagamento de algum elemento da oração anterior. Assim, os casos de sujeito nulo na 2^a. coordenada podem se dar pela característica da coordenação. No *Corpus Tycho Brahe* encontramos tanto \emptyset quanto *se* na 2^a. coordenada ou justaposta, como vemos com os exemplos a seguir:

(69) 2^a. *Coordenada ou Justaposta*

- a. (...) e, pola desconformidade que há entre uns e outros, veio a ser a regra entre os iguais que fique em branco a quarta parte do papel, que vem a ser no alto a primeira dobra, e na ilharga um espaço razoado que dá lugar à mão para ter a carta sem cobrir as letras, e para se cortar ou **passar** chancela sem as ofender. (F. Rodrigues Lobo, n. 1579, II)
- b. Ferir-se, e **matar-se** hum homem com a espada, que cingio, ou arrancou para se defender de seu inimigo; e rebentar-lhe nas mãos o mosquete, e matallo, quando fazia tiro para se livrar da morte, he fortuna muito má de sofrer... (M. da Costa, n. 1601, III)

Posição do Argumento Interno

Além de controlar o tipo de oração infinitiva, e a presença ou não de preposição (que está intimamente relacionado com o tipo de oração), também foi controlada a posição do argumento interno com relação ao verbo infinitivo nas sentenças com *se*.

O argumento interno pode se realizar de cinco maneiras: anteposto (70a), posposto (70b), topicalizado (70c), relativizado (70d) ou não realizado foneticamente (70e). Este controle se faz necessário para testar a hipótese sobre o tipo de *se* envolvido nas sentenças não finitas – *passivo* ou *indefinido*.

- (70)
- a. Já escrevi a Vossa Excelência que para o preço dos navios **se fazer** é necessário vir primeiro o dinheiro, e isto mesmo me tornou a escrever hoje Jerónimo Nunes, acrescentando que é necessário apressarmo-nos, porque há muitos compradores; e eu irei a Amsterdam esta semana para ver se o posso reduzir a que compremos. (Vieira, *Cartas*, n. 1608, III)
 - b. Finalmente o julgador sincero tem das ciências o que basta para saber julgar, e não o que basta para saber embaraçar; alguns há, que fazem do conhecimento da razão uma ciência imensa, como se fosse necessário arte para **se conhecer** o Sol. (M. Aires, n. 1705, V)
 - c. Uma arvore antes de **se cortar** não se conhece muito facil e muito naturalmente para que parte ha-de cair? (Vieira, *Sermões*, n. 1608, III)
 - d. Houve causas para **se suspenderem**. (F. Manuel de Melo, n. 1608, III)
 - e. Fala do vinho que se prepara para a missa; ao **consagrar-se**, já não deve ser puro, mas temperado com água (por preceiro da Igreja em muitos concílios), ainda que modicíssima, como diz o Florentino. (M. Bernardes, n. 1644, III)

1.3.3 Distribuição percentual de *se* com infinitivo no CTB

Como vimos na seção 1.3.2, mesmo seguindo a proposta de Mateus et al. (1989, 2003), algumas modificações foram feitas e estão sendo considerados aqui oito tipos de sentenças infinitivas: adverbiais – construções do tipo “*o mesmo que...*”, *adverbiais* –, completivas verbais – *em posição sujeito, em posição objeto, complemento de “resta”, complemento de verbos causativos e complemento de verbos de percepção* –, complementos de nome, complementos de adjetivo – *complemento de “necessário”, construções do tipo “difícil de”, complemento de outros adjetivos* –, predicados do verbo *ser* – *predicativas e orações do tipo “é de...”* –, relativas, sentenças tópico, e 2^a. coordenada ou justaposta.

Além do tipo de oração, consideramos também a *estrutura argumental do verbo* – transitivos e outros – e a *posição do argumento interno com relação ao verbo não finito*.

De 1506 sentenças infinitivas do *Corpus Tycho Brahe* consideradas, 271 (18%) apresentam o *se*. O *se* aparece junto ao infinitivo desde o primeiro período estudado, século 16, contrariamente aos dados de Nunes (1990, 1991), em que o *se* com infinitivo só aparece a partir do século 19. Devo ressaltar que a amostra de Nunes (1990, 1991) se constitui de textos “o mais próximo do vernáculo” produzidos no Brasil entre os séculos 16 e 20. Os textos do *Corpus Tycho Brahe*, por outro lado, podem ser considerados mais próximos de um Português padrão, tendo sido inclusive considerados como cânones literários (*cf.* Paixão de Sousa 2004). Desse modo, podemos dizer que o fenômeno de *se* com infinitivo é uma característica de um registro formal, culto da língua.

Das sentenças com *se*, só foi encontrada uma ocorrência (71) de verbo inergativo, todas

as outras ocorrências foram com verbos transitivos.

- (71) Novos no mundo porém não no amor, esse se manifesta em nós logo no berço; ali mostramos para alguns objectos desagrado, e inclinação para outros; a uns buscamos com riso, e de outros fugimos com medo; uns nos servem de espanto, outros de divertimento choramos por alcançar uns, e também choramos por evitar outros; como se o ódio, e o amor naquela idade não tivessem outro modo de explicar-se, nem soubessem mais idioma o das lágrimas: também não é novo o **chorar-se** de gosto, do mesmo modo com que se chora de pena. (M. Aires, n. 1705, V)

Esse resultado contraria as propostas vigentes de análise de *se* nas sentenças infinitivas nas línguas românicas. Como vimos na seção 0.1 da **Apresentação**, alguns autores associam o licenciamento de *se* ao fenômeno do Infinitivo Flexionado, como Cinque (1988) e Dobrovie-Sorin (1998). Ao pesquisarmos em um extenso *corpus*, como é o caso do *Corpus Tycho Brahe*, com cerca de 1 milhão de palavras etiquetadas morfológicamente, deveríamos esperar encontrar *se* com outros tipos de verbo no infinitivo. Isso pode indicar, portanto, que o aparecimento de *se* em sentenças infinitivas não está relacionado somente ao Infinitivo Flexionado, mas a outros fatores, como o tipo de verbo, e, por consequência, o tipo de *se*.

Primeiramente vejamos como ficou a distribuição geral de *se* com infinitivo por autor do *Corpus Tycho Brahe*, e a média a cada 50 anos, observando a Tabela 1.9 a seguir e o **Gráfico 1**, em anexo.

Século	Autor	nasc.	oco	Total	% se	Média
16	Diogo do Couto	1542	6	45	0.13	6/45 - 0.13
	Luis de Sousa	1556	22	59	0.37	37/139 - 0.27
	F. Rodrigues Lobo	1579	15	80	0.19	
17	Manoel da Costa	1601	27	107	0.25	110/444 - 0.25
	Vieira - Cartas	1608	47	114	0.41	
	Vieira - Sermões	1608	8	49	0.16	
	Francisco M. de Melo	1608	15	67	0.22	
	Antonio das Chagas	1631	6	36	0.17	
	Manuel de Bernardes	1644	7	71	0.10	
	J. Cunha Brochado	1651	10	51	0.20	36/170 - 0.21
	Maria do Ceu	1658	6	33	0.18	
	Andre de Barros	1675	20	86	0.23	
18	Cavaleiro de Oliveira	1702	4	71	0.06	61/545 - 0.11
	Matias Aires	1705	36	140	0.26	
	Antonio Verney	1713	13	247	0.05	
	Antonio da Costa	1714	5	49	0.10	
	Correia Garção	1724	3	38	0.08	
	Marquesa de Alorna	1750	12	75	0.16	17/114 - 0.15
	Almeida Garrett	1799	5	39	0.13	
19	Ramalho Ortigão	1836	4	49	0.08	4/49 - 0.08
TOTAL			271	1506	0.18	271/1506 - 0.18

Tabela 1.9: Frequência de *se* com infinitivo nos autores do *Corpus Tycho Brahe*

Podemos ver, com base na Tabela 1.9 que até o fim do século 17, a frequência de *se* com infinitivo é em média 20%, ao passo que do século 18 em diante essa média cai para em torno de 10%. Alguns autores apresentam uma variação individual, como é caso de Luis de Sousa (n.1556) e as Cartas do Vieira (n. 1608), nos séculos 16 e 17, e Matias Aires (n. 1705) no século 18. Vamos considerar, primeiramente, os contextos que favorecem a presença do *se*.

Dentre os oito tipos de oração infinitiva considerados, não houve presença de *se* em dois casos, quais sejam: as orações complemento de verbo causativo (167 ocorrências) e as orações do tipo “é de ..” (54 ocorrências).

Esses casos estão ilustrados a seguir. Em (72) temos exemplos de oração não finita complemento de verbo causativo e em (73) temos exemplos de orações infinitivas do tipo “é de...”:

(72) *Orações Complemento de Verbos Causativos*

- a. Deu licença a estrangeiros para hirem commerciar a nossas Conquistas com grande perda, assim de particulares nossos, como das rendas Reaes : e no anno de 1640 mandou *publicar* nos Estados de Flandes obedientes, que podiaõ livremente navegar a quaesquer pórtos nossos : e mandou, que as nossas bandeiras variassem de côr, para se differençarem das suas. (Antonio da Costa, n. 1714, V)
- b. As de Manuel Rodrigues de Matos, que são duas ou três, com a terça parte da quantia que Vossa Excelência mandou **remeter**, ficam à sua ordem. (Vieira, *Cartas*, n. 1608, III)

(73) *Orações do tipo “é de ...”*

- a. É de **saber** que, polos anos de Cristo de 260, imperando em Roma Valeriano, era Viana tão célebre e reputado lugar que veio a ela um Juiz ou Presidente, por nome Minérvio, fazer pesquisa contra os cristãos, por mandado do Emperador. (L. de Sousa, 1556, II)
- b. É de **pasmar** que até pessoas de algum juízo, cheguem a tanta preocupação, que confundam a piedade com a parvoíce. (Marquesa D’Alorna, n. 1750, VI)

Mais uma vez, os resultados surpreenderam as análises teóricas para o licenciamento de *se* em sentenças infinitivas. São contextos de Infinitivo Flexionado, i.e., infinitivo que contém um elemento Agr capaz de licenciar o seu sujeito. E de fato, ao observarmos as causativas, no *Corpus Tycho Brahe* encontramos ocorrências de presença de um sujeito de uma oração causativa, como mostram os exemplo em (74) a seguir, em que há um sujeito no plural e o verbo infinitivo no singular:

- (74) a. (...) Dom Francisco de Portugal, que juntou à discrição todas as boas partes e fez raramente **cabem juntas as gentilezas** de cortesia com as considerações de devoto; ... (F. Manuel de Melo, n. 1608, III)
- b. Manuel Tomás, que fez **passar as Musas** as águas do Oceano até a Ilha da Madeira, donde lhe influem; (F. Manuel de Melo, n. 1608, III)

Consideremos agora a frequência de *se* com infinitivo por tipo de oração de 50 em 50 anos, com a Tabela 1.10. Nessa Tabela apresento a distribuição da presença de *se* por tipo de oração e período considerado.

Tipo de Oração	Data de Nascimento do Autor							TOTAL
	1500-1549	1550-1599	1600-1649	1650-1699	1700-1749	1750-1799	1800-1849	
Adverbiais	1/4 0.25	21/30 0.7	47/91 0.52	16/34 0.47	30/125 0.24	7/27 0.25	3/11 0.27	125/322 0.39
C. SN Sujeito	0/0 0.00	0/0 0.00	2/10 0.20	1/4 0.25	1/14 0.07	0/1 0.00	0/1 0.00	4/30 0.13
C. SN Objeto	2/2 1.00	7/9 0.77	12/18 0.67	5/7 0.71	9/21 0.44	0/2 0.00	0/1 0.00	35/60 0.58
C. “Resta”	0/0 0.00	0/4 0.00	4/12 0.33	0/4 0.00	0/22 0.00	0/1 0.00	0/3 0.00	4/46 0.09
C. “Ver”	0/3 0.00	0/2 0.00	0/10 0.00	1/3 0.33	0/17 0.00	1/3 0.33	0/0 0.00	2/38 0.05
C. “Fazer”	0/28 0.00	0/28 0.00	0/47 0.00	0/27 0.00	0/12 0.00	0/11 0.00	0/14 0.00	0/167 0.00
C. Nome	2/2 1.00	3/14 0.21	16/25 0.64	5/16 0.31	9/43 0.21	1/14 0.07	0/1 0.00	36/115 0.31
C. Adjetival	0/1 0.00	1/5 0.20	2/23 0.09	1/3 0.33	0/18 0.00	2/5 0.40	0/0 0.00	6/55 0.11
C. “Preciso”	1/2 0.50	0/1 0.00	8/22 0.36	0/9 0.00	2/56 0.04	1/15 0.07	0/7 0.00	12/112 0.11
“difícil de”	0/0 0.00	1/4 0.25	1/8 0.13	0/0 0.00	5/16 0.31	1/5 0.20	0/0 0.00	8/33 0.24
Relativa	0/0 0.00	0/2 0.00	2/15 0.13	1/5 0.20	1/7 0.14	0/2 0.00	1/2 0.50	5/33 0.15
Tópico	0/0 0.00	0/0 0.00	1/4 0.25	2/3 0.67	0/9 0.00	0/0 0.00	0/0 0.00	3/16 0.19
Predicativa	0/1 0.00	1/13 0.08	12/81 0.15	3/37 0.08	4/115 0.03	3/13 0.23	0/2 0.00	23/262 0.09
“É de...”	0/1 0.00	0/6 0.00	0/30 0.00	0/3 0.00	0/8 0.00	0/3 0.00	0/3 0.00	0/54 0.00
“que...”	0/1 0.00	2/5 0.40	2/15 0.13	0/0 0.00	0/24 0.00	0/2 0.00	0/1 0.00	4/48 0.08
2ª. Coord.	0/0 0.00	1/16 0.06	1/33 0.03	1/15 0.07	0/38 0.00	1/10 0.10	0/3 0.00	4/115 0.03
TOTAL	6/45 0.13	37/139 0.27	110/444 0.25	36/170 0.21	61/545 0.11	17/114 0.15	4/49 0.08	271/1506 0.18

Tabela 1.10: Frequência de *se* com infinitivo por tipo de oração e período de tempo

O primeiro fator que destacamos na Tabela 1.10 é a curva descendente de presença de *se* junto ao infinitivo. Até mesmo nos contextos que mais favorecem a presença de *se*, a partir do século 18 existe uma diminuição no percentual de *se*, como vemos com as orações adverbiais, as complemento em posição de objeto, e as complemento de nome. Nos outros tipos de oração, observa-se uma variação estável para a presença de *se*, como é o caso das orações complemento de adjetivo, relativas e predicativas. Vejamos como se comportou cada um desses contextos.

A Tabela 1.10 revela uma tendência já atestada para as amostras do PB analisadas anteriormente: a presença da preposição como um fator *favorecedor* da presença de *se* junto ao infinitivo. As orações com médias superiores para a inserção de *se* foram as adverbiais (de um total de 322 orações adverbiais, 125, 39%, apresentaram o *se*), as complemento de nome (com 31% de presença de *se*), e as orações do tipo “difícil de” (com 24%).

Note-se que mesmo seguindo uma tendência geral de diminuição da frequência de *se* nas infinitivas do *Corpus Tycho Brahe*, as orações adverbiais mantêm um significativo percentual de presença de *se*, até o período mais recente.

Vejamos os exemplos a seguir em que ilustramos esses três tipos de orações.

(75) *Adverbiais*

- a. Põe-se quando a oração já faz algum sentido, mas não o que basta para **se entender** de que se fala, e ainda a primeira proposição espera pela segunda, para se poder entender, vg Ainda que eu nam tenha, todo o dinheiro necesario, para a compra; farei o posivel, polo alcansar: para concluir de uma vez, este negocio. (Antonio Verney, n. 1713, V)

(76) *Complemento de Nome*

- a. Destas foi uma a Nação dos Juruunas, que é um dilatado Reino, e se começaram logo a descer alguns, dando esperanças de **se formar** deles uma numerosa Cristandade. (André de Barros, n. 1675, IV)

(77) “*Difícil de*”

- a. Em qualquer estado, se tem a reputação por felicidade; porém esta é difícil **conservar-se** à proporção que é grande. (M. Aires, n. 1705, V)

Interessante resultado também tiveram as orações em posição objeto. De um total de 60 orações, 35 (58%) apresentaram o *se*. Deve-se destacar que a sua maioria também é regida por preposição, uma vez que são as orações complemento de verbos transitivos indiretos. Esse foi mais um fator que corroborou a influência da preposição como *favorecedora* da presença de *se* com infinitivo. Exemplifico esses casos em (78) a seguir:

(78) *Oração em Posição de Objeto*

- a. E a primeira cousa que se punha aos amigos na mesa era o sal; costume que ainda agora se usa, pôsto que se não saiba, em muitas partes, a razão dêle, nem a porque se enojam e enfadam os hóspedes de **se derramar** o sal pola mesa ... (F. Rodrigues Lobo, n. 1579, II)
- b. E sendo bastante razão esta, para eu haver sentido muito a total falta que delas tivemos neste correio, se acrescenta a êste sentimento não **se saber** a causa por que faltaram, que, se bem o senhor Embaixador me assegura de todo desastre, pela experiência que tem de tantos anos, eu me não livrarei do cuidado até o correio seguinte. (Vieira, *Cartas*, n. 1608, III)

Note-se que esses contextos foram na sua maioria contextos regidos por preposição. Tais resultados demonstram que a preposição tem favorecido a inserção de *se* junto ao infinitivo desde, pelo menos, o século 16, início da nossa amostra; e ainda favorece como vimos com os resultados das amostras diacrônicas do PB (*cf.* Cavalcante 1999; Duarte 2002; Duarte e Lopes 2002 e seção 1.1) e os das amostras do PB e do PE contemporâneos (*cf.* seção 1.2).

As orações com menor índice de inserção de *se* foram, segundo a distribuição na Tabela 1.10, as complemento de verbos do tipo “Resta, Basta” (9%), as complemento de verbo de Percepção (do tipo “Ver”) (5%), predicativas (9%), comparativas (8%) e as 2^a. coordenada

ou justaposta (3%). Esse resultado mostra um comportamento diferente das orações consideradas “completivas verbais”: as em posição de objeto favorecem a presença de *se*, como vimos nos exemplos em (78). As orações complemento de verbos com sujeito expletivo (como “resta, convém, basta”) – exes. (79) – complementos de verbos de percepção (que têm um sujeito temático) – exes. (80) – apresentam variação entre \emptyset /*se*. Finalmente nas causativas não houve presença de *se*, como vimos com os exemplos em (72), apesar de o infinitivo poder licenciar um sujeito, como aparece nos exemplos em (74).

Das orações complemento de verbos como “Resta” ou de percepção, encontramos poucos exemplos no *Corpus Tycho Brahe*. Com relação às orações complemento de “Resta”, foram encontradas 4 ocorrências de *se*, sendo três dessas nas *Cartas* de Vieira, como vemos com os exemplos em (79). Encontramos também duas ocorrências de *se* junto a verbos de percepção – uma de André de Barros e a outra de Almeida Garrett, como vemos em (80) a seguir.

(79) *Complemento de Resta, Convém, Basta*

- a. ... basta **saber-se**, que além-mar recolhem os Reys de Portugal para si todos os dizimos, como conquistadores; (M. da Costa, n. 1601, III)
- b. ... a esta companhia serão admitidos os franceses, do mesmo modo que os portugueses, não para poderem navegar de Franca à Índia, que isto não convém **permitir-se**, mas para com seus cabedais... (Vieira, *Cartas*, n. 1608, III)
- c. ... porque não sei se bastará **pedir-se** lhe de cá. (Vieira, *Cartas*, n. 1608, III)
- d. ... e baste por exemplo não **se haver ainda respondido** às cartas de Fontainebleau... (Vieira, *Cartas*, n. 1608, III)

(80) *Complemento de Verbos Perceptivos*

- a. (...) vendo-se nesta pescaria de homens **romperem-se** as redes pela multidão, como na pescaria dos peixes de São Pedro; sendo o sucesso da lagoa de Genezareth figura do rio dos Tocantins. (André de Barros, n. 1675, IV)
- b. Eu não digo tal, porque tenho visto **descuidar-se** a natureza em pasmosas monstruosidades. (A. Garrett, n. 1799, VI)

Em seguida, exemplifico a variação de \emptyset / *se* nas predicativas do verbo *ser* (81), nas comparativas (82) e nas 2^a. coordenada ou justaposta (83):

(81) *Predicado do verbo ser*

- a. O **estimarem-se** as cousas, que não têm valor, é o mesmo fazê-las estimáveis... (M. Aires, 1705, V)
- b. Pedir esmola com potencia, e **pedir** socorro nas estradas publicas com carapuça de rebuço e armas á destra, he querella levar por força, e com unhas pacificas. (M. da Costa, n. 1601, III)

(82) *Comparativas*

- a. Não ha lume de prophesia mais certo no mundo, que **consultar** as entranhas dos homens. (Vieira, *Sermões*, n. 1608, III)
- b. Por onde dizer entre os hebreus Fariseu era o mesmo (diz Santo Agostinho) que **quer** dizer entre nós o egrégio ou distinto. (M. Bernardes, n. 1644, III)
- c. Tenho para mi que Vossa Senhoria tem maior perigo em se saber que em **se ignorar** seu préstimo. (F. Manuel de Melo, n. 1608, III)

(83) 2^a. *Coordenada / Justaposta*

- a. Ferir-se, e **matar-se** hum homem com a espada, que cingio, ou arrancou para se defender de seu inimigo ... (M. da Costa, n. 1601, III)
- b. Nisto rompia o abrasado incêndio, em que ardia VIEIRA: e ainda que estas notícias se lêem nos livros impressos deste raro Varão, não pudemos omitir aqui estas luzes, para com elas se matizar sua mesma História, e **molhar-se** em resplendores nossa pena. (André de Barros, n. 1675, IV)

Os resultados referentes à presença de *se* com relação o tipo de oração infinitiva estão relacionados, de certo modo, aos resultados do PB e do PE: como se pode ver, as orações regidas por preposição favorecem a presença de *se* junto ao infinitivo. Isso pode estar relacionado ao que Raposo (1987) propõe para as sentenças infinitivas: Raposo (1987) argumenta que a posição sujeito de infinitivo deve ser licenciada por Agr não finito; Agr não-finito, entretanto, deve ser ele mesmo marcado com Caso. Isso se deve à presença de um atribuidor de Caso ao Comp da oração infinitiva. No caso aqui estudado – a presença de *se* junto ao infinitivo – podemos dizer que para o *se* aparecer numa sentença infinitiva deve ser licenciado

por Agr não-finito, consoante com as propostas de Cinque (1988), Raposo (1992) e Brito (1995). A preposição seria, portanto, um elemento que pudesse atribuir Caso à sentença infinitiva fazendo com Agr possa legitimar uma posição sujeito de infinitivo.

Esse fator, entretanto, não é suficiente para explicarmos a diferença que existe entre o PCI e o PE de um lado, e PE e PB de outro. Por isso, devemos considerar dois outros fatores relacionados ao tipo de *se* que pode aparecer nas infinitivas: a presença de um *agente da passiva* e a *realização do argumento interno* nas construções com *se*.

Contrariando a afirmação de Naro (1976), retomada por Nunes (1990) e por Martins (2003), de que o agente da passiva aparece em Português somente até o século 16, foram encontradas duas ocorrências do agente da passiva em construções infinitivas com *se*, como mostram os exemplos em (84) a seguir: uma no texto de Manuel da Costa (n. 1601) e outra no de André de Barros (n.1675):

- (84) a. E que esta ley seja justa, prova-se da ley natural; porque não ha couza mais natural, que **governarem-se** as cômunidades *por seus naturais*, que lhes sabem os costumes, e inclinaçoens. (M. da Costa, n. 1601, III)⁵
- b. Voltando depois os Padres com o seu exército de Topinambazes, trouxeram dos Guarajus um só Principal, como penhor da sua fidelidade; e como era preciso fazer primeiro mantimentos para tanta gente, ficaram estes Índios reservados para o ano seguinte; vendo-se nesta pescaria de homens **romperem-se** as redes *pela multidão*, como na pescaria dos peixes de São Pedro; sendo o sucesso da lagoa de Genezareth figura do rio dos Tocantins. (André de Barros, n. 1675, IV)

⁵Em Cavalcante (2003), em que analiso a variação próclise/ênclise de *se* nas sentenças finitas, também foram encontradas ocorrências da expressão do agente da passiva, como mostra o exemplo de Manoel da Costa a seguir; fato que pode nos levar a rever o século 16 como uma possível data para o desaparecimento do agente da passiva nas construções com *se*.

(1) Os mais guerreiros Reys do mundo se ajudaraõ *de estranhos*...

Como veremos no **Capítulo 2**, os estudos diacrônicos sobre o *se* apontam o século 16 como uma data para impossibilidade de o agente da passiva aparecer nas construções com *se* (cf. Naro 1976; Nunes 1990, 1991; Martins 2003). O fato de ter encontrado somente duas ocorrências de agente exposto nas construções infinitivas com *se* pode revelar ainda um resquício de *se-passivo* presente na gramática do PCl.

Como veremos nos **Capítulos 2 e 4**, saber se o argumento interno pode aparecer anteposto ao verbo infinitivo é uma condição necessária para avaliar se se trata de uma construção com *se-passivo* ou com *se-indefinido*. Vejamos com a Tabela 1.11 como fica a realização do argumento interno com relação ao verbo infinitivo somente nas sentenças com *se*.

	1500-1549	1550-1599	1600-1649	1650-1699	1700-1749	1750-1799	1800-1849
nulo	2 - 0.33	5 - 0.13	30 - 0.27	5 - 0.14	17 - 0.28	2 - 0.12	1 - 0.25
posposto	4 - 0.67	31 - 0.84	71 - 0.64	29 - 0.80	37 - 0.62	12 - 0.71	2 - 0.50
anteposto	–	–	1 - 0.01	1 - 0.03	–	–	–
relativizado	–	–	5 - 0.05	1 - 0.03	1 - 0.02	–	1 - 0.25
topicalizado	–	1 - 0.03	3 - 0.03	–	5 - 0.08	3 - 0.17	–
TOTAL	6 - 1.00	37 - 1.00	110 - 1.00	36 - 1.00	60 - 1.00	17 - 1.00	4 - 1.00

Tabela 1.11: Realização do argumento interno com relação ao verbo infinitivo nas construções com *se* no CTB

A distribuição dos dados com a realização do argumento interno com relação ao verbo infinitivo, que aparece na Tabela 1.11, mostra que a posição canônica para o aparecimento do DP argumento interno é posposta ao verbo. Em todos os períodos, na maioria dos dados com *se* o argumento interno aparece posposto – de 269 ocorrências, 185 (69%) apresentaram o DP posposto ao verbo, como mostram os exemplos em (85) a seguir.

- (85) a. Era chegada neste tempo ordem e mandato de Sua Santidade que no votar dos prelados iguais em dignidade se tomasse a preferência da antiguidade em promoção de cada um, sem respeito de primacias, por evitar as dúvidas que ali e em Roma se tinham

levantado por parte dos embaxadores e prelados castelhanos, sintidos do prejuízo que fazia à Cadeira toledana o favor que Sua Santidade, antes de **se abrir o Concílio**, fizera ao Bracarense, ... (L. de Sousa, n. 1556, II)

- b. Christo Senhor nosso deu hoje signaes para **se conhecer** ao longe o dia do Juiso: bem será que saibamos nós também algum signal por onde possamos conhecer o logar que n'elle havemos de ter, e que seja hoje, pois o nosso Juiso está mais perto. (Vieira, *Sermões*, n. 1608, III)

O segundo caso é do argumento interno nulo (com um total de 62 ocorrências, 23%). Isso revela que a retomada do argumento interno na sentença infinitiva com *se* não é feita por meio do clítico acusativo. De fato, na presença de um clítico acusativo, não há o *se* junto ao infinitivo – o que corrobora os resultados de Cavalcante (1999) e Duarte (2002). No exemplo (86) a seguir, um exemplo de argumento interno nulo, o DP “Cartas ânuas” não foi retomado por um clítico acusativo.

- (86) Pouco tinha sobre os 17 anos, quando os Superiores lhe ordenaram escrevesse na língua Latina as Cartas ânuas, para **se mandarem** a Roma. (André de Barros, n. 1675, IV)

Duarte (c.p.) lembra que o alto índice de argumentos nulos pode ser um indício de que esse DP tem o mesmo comportamento de um sujeito nas línguas de sujeito nulo.

Na presença de um clítico acusativo, não há presença de *se*: repare-se que no exemplo (87) a seguir, há uma ocorrência de *se* com infinitivo e DP argumento interno “uma boa educação”, que é retomado por um clítico acusativo; daí a ausência de *se*.

- (87) Também pretendo que na nossa terra é dificultoso **aprender-se** uma boa educação regular e completa, porque, para a ensinar, é necessário **aprendê-la** na própria experiência, estudando à sua custa a necessidade de se conformar com as leis da sociedade com que institutivamente deve viver o homem. (J. Cunha Brochado, n. 1651, IV)

Os casos menos freqüentes – DP anteposto, topicalizado ou relativizado – são apresentados a seguir. Só houve duas ocorrências (1%) de argumento interno anteposto ao verbo, como vemos em (88). Já os DPs topicalizado e relativizados tiveram mais ocorrências. De um total de 271 ocorrências sentenças infinitivas com *se*, 12 (4%) apresentaram o argumento interno topicalizado e 8 (3%) apresentaram o DP relativizado, como vemos com os exemplos (89) e (90), respectivamente.

- (88) a. Já escrevi a Vossa Excelência que para o preço dos navios **se fazer** é necessário vir primeiro o dinheiro, e isto mesmo me tornou a escrever hoje Jerónimo Nunes, acrescentando que é necessário apressarmo-nos, porque há muitos compradores; e eu irei a Amsterdam esta semana para ver se o posso reduzir a que compremos. (Vieira, *Cartas*, n. 1608, III)
- b. Além disto discorreu nas conveniências ainda temporais, que no papel se sugeriam, e os meios para elas se conseguirem: exposto tudo com tão alta compreensão, miudeza, distinção, e clareza, que aqueles juízos, até ali tão contrários, deram as mãos convencidos. (André de Barros, n. 1675, IV)
- (89) a. ... a esta companhia serão admitidos os franceses, do mesmo modo que os portugueses, não para poderem navegar de Franca à Índia, que isto não convém **permitir-se**, mas para com seus cabedais, e ainda alguns com as pessoas, comerciarem de Lisboa para a Índia, e da Índia para Lisboa ... (Vieira, *Cartas*, n. 1608, III)
- b. (e é cousa digna de **se ler** com muita atenção e como obra prodigiosa em um príncipe da Igreja) ... (L. de Sousa, n. 1556, II)
- (90) a. Porém, se Vossa Mercê descobrir algum meio para **se alcançar** sem esta limitação, faça-me mercê de me avisar, e para tudo o que se oferecer do seu serviço não hei-de faltar, como tão obrigado a êste favor. (J. Cunha Brochado, n. 1651, IV)
- b. Daqui vem que é erro pôr nas Gramáticas: Modo Optativo, Conjuntivo, Potencial, Permissivo; porque, por este estilo, podem-se acrescentar muitos outros modos, sendo certo que, ajuntando-lhe novas partículas, nascem diferentes modos de **se explicar**. (Antonio Verney, n. 1713, V)

Com base nos resultados apresentados nas Tabelas 1.9, 1.10 e 1.11, os dados do *Corpus Tycho Brahe* apresentam duas características: (1) presença de *se* com infinitivo já antes de 1700 e (2) os contextos que favorecem a sua presença – como a regência por preposição, a

presença de um agente da passiva e a posição do argumento interno em relação ao verbo infinitivo – que se relacionam, aos dados apresentados nas seções 1.1 e 1.2 com amostras diacrônicas do PB e sincrônicas do PE e PB.

Com relação à presença de agente da passiva e à posição do argumento interno com relação ao verbo, veremos nos **Capítulos 2 e 4**, que são fatores responsáveis para considerar o *se* como *passivo* ou *indefinido*. A este assunto, retornarei nos referidos Capítulos, onde relaciono as análises vigentes sobre o *se* com os resultados aqui apresentados.

Um outro fator que diferencia o PB do PE e do PCl está, como vimos com os dados na seção 1.2 e como veremos no **Capítulo 3**, na interpretação do sujeito de infinitivo. Vejamos alguns dados sobre o sujeito pronominal de infinitivo no *Corpus Tycho Brahe* a fim de relacionar a interpretação do sujeito de infinitivo à presença de *se* no PB.

Sujeito Pronominal de Infinitivo no *Corpus Tycho Brahe*

A título de observação controlei nos dados do *Corpus Tycho Brahe* os sujeitos pronominais de infinitivo. Não controlei exaustivamente, entretanto, a variação sujeito nulo *vs.* pleno do infinitivo no *corpus*. Os dados que agora são apresentados são para avaliar como o pronome de infinitivo aparece no *Corpus Tycho Brahe*.

Com base nos resultados do PE sincrônico (seção 1.2), levantei a hipótese de que a presença de um pronome na posição sujeito de infinitivo no *Corpus Tycho Brahe* poderia estar relacionada aos mesmos fatores. Na amostra do PE, vimos que o pronome sujeito aparece para desambigüizar a interpretação do sujeito, quando havia mais de um referente disponível para essa posição. E no *Corpus Tycho Brahe* foi exatamente isso que ocorreu.

De todas as ocorrências de infinitivo que foram obtidas com expressão regular (em torno de 20.000), houve apenas 56 ocorrências de sujeito pronominal de infinitivo. Esses casos, como vemos com os exemplos em (91) a seguir, revelam que o pronome foi usado para desambigüizar a interpretação do sujeito de infinitivo quando havia dois referentes potenciais concorrendo como sujeito de infinitivo:

- (91)
- a. A tenção do Xá Ismael mandar êste filho nesta jornada, foi de *êle* ficar na Cidade de Cahandar, e fazê-lo Rei daquela parte, porque tinha muitos filhos, e queria acomodar êste. (D. do Couto, n. 1542, I)
 - b. Tambem a Vossa Alteza Real, e Serenissima pertence a emenda desta Arte por todos os titulos, que a ElRey nosso Senhor pertence, pois não tem, assim como elle, limite em suas grandezas; porque de tal Arvore não podia nascer menor ramo, e em nascendo mostrou logo Vossa Alteza o que havia de ser; e hum Mathematico insigne mo disse olhando, por lho *eu* pedir, para os horoscopos do Ceo, que Vossa Alteza havia de ser Rey da terra, e Sua Magestade, que Deos guarde, guardou este juizo. (M. da Costa, n. 1601, III)
 - c. Peça-lhe Vossa Paternidade que no seu amor se derreta êste metal, por que na hora da morte não pague minhas altivezas vãs, em ser derrubado e fundido na fornalha do Inferno; que a fé dos ouvintes sôbre tudo a experiência o mostrava, porque estando eu em Múndi doente, e prègando o padre Ene (que já me acompanha e fica bem), todos estavam reduzidos, mas não quiseram fazer nada, sem que êste miserável animal apparecesse; e sem *eu* ter a obra, colhi os frutos de sua fé. (A. das Chagas, n. 1631, III)
 - d. Queira Deus que ainda seja viva em Lisboa alguma das que me deram razão para *eu* dizer tudo isto. (Cavaleiro de Oliveira, n. 1702, V)
 - e. Meu querido Pai e meu Senhor do meu coração : Vossa Excelência estará pasmado a estas horas da sem-cerimónia da minha última carta, mas minha Mãe é que teve a culpa de *ela* **ir** assim. (Marquesa D'Alorna, n. 1750, VI)
 - f. Não querendo omitir nada que fôsse do serviço de Vossa Alteza Real, escrevi-lhe e, em termos que êle havia de perceber muito bem, lhe comuniquei que tinha ordem de falar-lhe e que, apenas êle pudesse vestir-se, me avisasse para *eu* ir. (Marquesa D'Alorna, n. 1750, VI)

Como vimos na seção 1.2, existe no PB uma tendência a preencher o sujeito de infinitivo com uma forma pronominal com referência arbitrária, como *a gente* e *ocê*. Esta tendência é significativa nos dados de fala, como vimos com a Tabela 1.5, mas também aparece na escrita

padrão. Na amostra de jornais cariocas, *cf.* Cavalcante (1999), aparecem ocorrências de sujeito pronominal de infinitivo com referência arbitrária, tal como ocorre na fala brasileira, como mostram os exemplos em (92).

(92) (*Cf.* Cavalcante, 1999:83)

- a. É impossível **a gente** não imaginar como reagiria em situação semelhante. (056,C,V)
- b. Quantos edifícios mais precisam cair para **a gente** conhecer os outros Sérgio Nayas da Câmara? (063,C,V)
- c. E o refrão 'o povo tá com o Moreira ou o Moreira tá com o povo' faz **a gente** pensar. (302,C,V)
- d. Acho que já é tempo de **a gente** deixar de lado a tendência nacional de se sentir melhor de se imaginar poderoso porque respeitou este ou aquele código. (207,C,V)

Desse modo, vemos que no *Corpus Tycho Brahe*, semelhantemente ao *corpus* contemporâneo do PE, a inserção de um pronome na posição de sujeito de infinitivo está relacionada à necessidade de desambigüizar a interpretação do sujeito.

1.4 Em resumo ...

Neste **Capítulo**, apresentei um panorama do *se* com infinitivo no PB, PE e PCl, valendo-me de dados diacrônicos do PB de pesquisas anteriores, de dados sincrônicos do PB e do PE e de dados diacrônicos oriundos do *Corpus Tycho Brahe*, que compreendem o PCl e o PE. Resumidamente os resultados mostraram semelhanças e diferenças entre PB, PE e PCl para a presença de *se* nas sentenças infinitivas.

O fator que favorece a presença de *se* em todas as amostras consideradas é a preposição: nos dados do *Corpus Tycho Brahe*, mesmo com a diminuição do percentual de *se* ao longo do tempo, os contextos em que sua frequência é maior são as orações regidas por preposição (*cf.* Tabela 1.10). Essa tendência também é observada nas amostras diacrônicas do PB (*cf.* seção 1.1) e nas amostras sincrônicas do PB e do PE de fala e escrita (*cf.* seção 1.2). Nesta perspectiva, podemos dizer que a semelhança que existe entre PB e PCl está nas orações regidas por preposição.

Os dados do *Corpus Tycho Brahe* revelaram também diferenças significativas. Até 1700 encontramos uma média de 20% de presença de *se* junto ao infinitivo e após esta data, a média cai para 10%. Isso pode indicar que a frequência de *se* com infinitivo no *Corpus Tycho Brahe* pode estar relacionada a outra mudança que tenha ocorrido. No **Capítulo 4**, retomaremos este tópico relacionando a diminuição da frequência de *se* com a mudança na posição de sujeito do PCl para o PE (*cf.* Galves, Britto, e Paixão de Sousa (2005)).

Os dados aqui analisados também revelaram duas outras diferenças que podem ser devidas a diferentes gramáticas. No PE e nos dados do *Corpus Tycho Brahe* a presença de *se* com

infinitivo parece estar relacionada à natureza do tipo de *se* envolvido. As evidências se acham na presença do agente da passiva, na posição do argumento interno com relação ao verbo e no tipo de verbo. Ao contrário do que afirma Nunes (1990, 1991), o *se* aparece junto ao infinitivo desde o século 16, e sua frequência vai diminuindo até o século 19, na amostra de Portugal. No **Capítulo 2** veremos que isso se relaciona ao tipo de *se*: até 1700 temos o *se-passivo* nas sentenças infinitivas; após 1700 temos o *se-indefinido* e o *se-impessoal*.

No caso do PB, os dados revelaram um outro fator que condiciona a presença de *se* nas infinitivas. Devido à presença de formas pronominais na posição sujeito das infinitivas – em significativo aumento nas amostras de fala dos anos 90 (*cf.* Tabela 1.5) – o *se* aparece junto ao infinitivo como mais uma estratégia de preenchimento do sujeito. Voltaremos a esse assunto nos **Capítulos 3 e 4**

Capítulo 2

SE ou não SE: eis a questão

Como vimos na seção 0.1 da **Apresentação**, o licenciamento de *se* junto ao infinitivo relaciona-se a dois fatores: o infinitivo flexionado (e, por consequência, à natureza de Agr infinito no Português) e a estrutura argumental do verbo ao qual o *se* se liga. Apresento aqui a sintaxe do *se* nas línguas românicas e, em especial, no Português, para podermos ter uma base para explicar a diferença entre PE e PB no que se refere ao *se* com infinitivo.

Primeiramente, na seção 2.1, apresento uma breve descrição com duas abordagens: a da gramática tradicional e a abordagem corrente gerativista. Em seguida, na seção 2.2, apresento as restrições e seleções de *se* nas línguas românicas, visto haver diferenças paramétricas significativas entre as línguas românicas no que tange ao licenciamento de *se* com relação à estrutura argumental do verbo e ao infinitivo. Na seção 2.3, apresento a análise que contemplo neste trabalho, articulada com as análises de Raposo e Uriagereka (1996) e Martins (2003), para o português, e D’Alessandro (2002, 2004) e Saab (2002), para Italiano e Espanhol.

2.1 As abordagens “clássicas”

Nesta seção elegi duas gramáticas como representantes de duas abordagens “clássicas” sobre a sintaxe do *se* em português: representante da Gramática Tradicional, escolhi a *Moderna Gramática Portuguesa*, de Bechara (2000); representante da abordagem corrente gerativista, escolhi a *Gramática da Língua Portuguesa*, de Mateus et al. (2003).

As abordagens da gramática tradicional consideram, além dos casos de *se* reflexivo, pronominal, etc., que não estamos discutindo aqui, duas construções com *se*: uma construção passiva, e uma construção impessoal.

Para Bechara (2000), são consideradas construções passivas aquelas em que ocorre a concordância entre o verbo transitivo direto e seu argumento interno plural, como no clássico exemplo (93a) e também as sentenças em que o argumento interno está no singular, como no exemplo (93b):

- (93) a. Vendem-se casas
b. O banco só se abre às dez horas.

Sobre o exemplo (93b), Bechara (2000) afirma que:

No presente exemplo, *banco* é um sujeito constituído por substantivo que, por inanimado, não pode ser agente da ação verbal; por isso, a construção é interpretada como “passiva”: é o que a gramática chama voz “média” ou “passiva com *se*”. (cf. Bechara 2000:177)

O *se* que aparece nas construções com verbo transitivo sem a presença de um argumento interno – que desempenharia a função de sujeito –, como no exemplo (94), Bechara 2000

chama de *impessoal*:

(94) Abre-se às dez.

O *se* também pode exercer função de índice de indeterminação do sujeito nas construções com verbos transitivos sem o seu objeto (95a), transitivos indiretos (95b) ou não transitivos (95c) e (95d), como vemos a seguir.

(95) (Cf. Bechara 2000:178)

- a. Lê-se pouco entre nós.
- b. Precisa-se de empregados.
- c. Vive-se bem.
- d. É-se feliz.

Com relação às construções sem concordância – *Vende-se casas* –, o gramático as considera uma extensão de significado do *se* índice de indeterminação de sujeito para os verbos transitivos e diz que “interpretação passiva passa a ter uma interpretação impessoal”. Bechara acrescenta: “a passagem deste emprego da passiva à indeterminação levou o falante a não mais fazer concordância, pois o que era sujeito passou a ser entendido como objeto direto, função que não leva a exigir o acordo do verbo” (cf. Bechara 2000:178), consoante a análise do filólogo Martins de Aguiar:

Vende-se casas e *frita-se ovos* são frases de emprego ainda antiliterário, apesar da já multiplicidade de exemplos. A genuína linguagem literária requiere *vendem-se, fritam-se*. **Mas ambas as sintaxes são corretas**, e a primeira não é absolutamente, como fica demonstrado, modificação da segunda. São apenas dois estádios diferentes de evolução. (Martins de Aguiar, *apud* Bechara, 2000:178)

Apesar de citar Martins de Aguiar, Bechara (2000) ainda classifica as construções sem concordância como sendo “erro”: na seção *Vícios e Anomalias de Linguagem* de sua *Gramática*, Bechara considera a construção “Aluga-se casas” um *solecismo*, isto é:

o erro de sintaxe (que abrange concordância, a regência, a colocação e a má estruturação dos termos da oração) que a torna incompreensível ou imprecisa, ou a inadequação de se levar para uma variedade de língua a norma de outra variedade; em geral, da norma coloquial ou popular para a norma exemplar. (*Cf.* Bechara 2000:598)

Alheia aos julgamentos de “certo” e “errado”, por outro lado, a abordagem gerativista procura dar uma explicação sintática para os fenômenos envolvidos. São muitas as contribuições de sintaticistas sobre o fenômeno, e a maioria converge para a análise a que Mateus et al. (2003) fazem referência. Dentro dentro do Modelo de Regência e Ligação, podemos mencionar as análises de Manzini (1986); Cinque (1988); Mendikoetxea (1990); Nunes (1990); Otero (1999). Raposo e Uriagereka (1996) e Martins (2003) propõem análises do *se* dentro do Programa Minimalista.

Mateus et al. (2003) fazem referência a vários tipos de *se*, tais como anafóricos (reflexos e recíprocos), como em (96), ergativo/anticausativo, como em (97) e inerente, como em (98):

- (96) a. Defender-se da influência estrangeira é matar a sua própria cultura – afirma Vargas Llosa.
- b. Encontraram-se na Faculdade ao fim da manhã.
- (97) O barco virou-se
- (98) A Maria apaixonou-se por aquele homem encantador.

Para mais detalhes, *cf.* Mateus et al. 2003, especialmente páginas 835-847. Não vou me deter na explanação das características sintáticas e lexicais desses clíticos, por não ser

o assunto principal desta Tese. Relacionados a esta Tese, as autoras diferenciam dois tipos de *se*: o passivo e o nominativo. Vejamos agora a sintaxe das construções com *se*, para podermos entender a seção 2.2 a seguir.

Mateus et al. (2003), em sua *Gramática da Língua Portuguesa*, consideram a estrutura em (99) a seguir, como uma passiva de *-se*,

- (99) (Cf. Mateus et al. 2003:531)
- a. Os artigos publicaram-se propositadamente no último número da revista.
 - b. O canivete usou-se para cortar o pão.

O *se-passivo* recebe o papel temático externo do verbo e ocupa a posição de especificador do SV. Esse clítico funciona como um morfema passivo, pois:

ele absorve (ou elimina) o traço casual acusativo do verbo, forçando o argumento interno directo deslocar-se para aceder ao Caso nominativo. (cf. Mateus et al. 2003:532)

Explica-se, assim, a concordância que existe entre o verbo transitivo e seu argumento interno: as construções com *se-passivo*, se assemelham, portanto, tanto às construções passivas como às construções inacusativas, em que o argumento interno do verbo não pode receber acusativo e tem que receber nominativo.

No caso das construções com argumento interno singular, Mateus et al. 2003 as consideram enunciados ambíguos entre uma interpretação passiva com *se-passivo*, ou ativa com *se-nominativo*, como vemos com os exemplos em (100):

- (100) (cf. Mateus et al. 2003:532)

- a. Descobriu-se uma fuga no reactor nuclear.
Int1: Foi descoberta uma fuga no reactor nuclear.
Int2: Alguém descobriu uma fuga no reactor nuclear.
- b. Assaltou-se uma carrinha de transporte de valores.
Int1: Foi assaltada uma carrinha de transporte de valores.
Int2: Alguém assaltou uma carrinha de transporte de valores.

A construção passiva com *se-passivo*, ao contrário das passivas sintáticas, não permite a expressão do agente por um sintagma *por*, apesar de este agente receber uma interpretação arbitrária, como exemplifica (101):

- (101) (*cf.* Mateus et al. 2003:000)
- a. * Os artigos publicaram-se no último número da revista *pele editor*.
 - b. * O canivete usou-se *por alguém* para cortar o pão.

Sobre o *se-nominativo*, Mateus et al. 2003 o consideram um clítico argumental de referência arbitrária, e acrescentam: “o sujeito associado a esse clítico é interpretado como indefinido e não-específico, sendo parafraseável por expressões nominais como *alguém*”. Os exemplos a seguir demonstram algumas características do *se-nominativo*. Em (102), encontramos exemplos de *se* com verbos transitivos sem o seu argumento interno ou apresentando a não concordância, ou com verbos inergativos. Os exemplos em (103) mostram que o *se-nominativo* não pode ocorrer associado a uma posição de expletivo. E, finalmente, (104) mostra que o carácter referencial de *se-nominativo* possibilita o seu aparecimento em contextos de extração simultânea de clítico:

- (102) (*cf.* Mateus et al. 2003:000)
- a. A grande questão está naquilo em que *se* acredita.
 - b. Aluga-*se* casas.

- c. Trabalha-*se* demais.
- (103) a. *Há-*se* muitos livros nesta biblioteca.
b. *Parece-*se* a toda a gente que os professores comprem livros em excesso.
- (104) Informa-*se* que *se* aluga apartamentos e vende moradias.

Estamos diante, portanto, de dois pronomes distintos: um que desempenha um papel sintático – o *se-passivo* – e o outro um elemento lexical – o *se-nominativo*. O *se-passivo* “transforma” o verbo transitivo em um verbo inacusativo, quando, por absorver o papel temático externo do verbo transitivo, o impede de atribuir Caso acusativo ao seu argumento interno. Assim, o argumento interno tem que receber Caso nominativo – como o argumento interno de verbos inacusativos. O *se-nominativo*, ao contrário, é um elemento lexical que contém traço [+humano, -definido] que faz com que a interpretação do sujeito da sentença seja arbitrária. Segundo a abordagem de Mateus et al. 2003, o *se-passivo* não é um argumento, se comporta como um morfema passivo, transforma a voz verbal; ao passo que o *se-nominativo* é um elemento que possui que ocupa a posição de sujeito. Trata-se de um argumento. Como se vê, só entram na discussão sobre o tipo de *se* – passivo ou nominativo – verbos que podem ter na posição de sujeito um elemento com traço [humano], o que exclui, naturalmente, verbos como *latir*, *balir*.

Na próxima seção, 2.2 vamos ver como se comportam as construções impessoais com *se* nas línguas românicas com base em descrições e análises dentro do quadro teórico gerativista.

2.2 Restrições e seleções de *se* nas Línguas Românicas

Nesta seção, apresento o comportamento do *se* nas construções impessoais, em sentenças finitas e infinitivas nas línguas românicas, sem me comprometer ainda com a análise dessas construções no Português. Segundo D'Alessandro (2002), essas construções impessoais com *se* são assim definidas:

Impersonal *si* constructions belong to the wider group of impersonal constructions, which are used to introduce a generic, unspecified subject in an utterance and to make general statements about groups of people¹. (Cf. D'Alessandro, 2002:36)

Desse modo, não pretendo dar conta dos casos de *se* reflexivo ou pronominal. Como o licenciamento de *se* junto ao infinitivo parece estar relacionado a Infl não finito e ao verbo, a discussão sobre o fenômeno divide-se em “sentenças finitas” (cf. seção 2.2.1) e “sentenças infinitivas” (cf. seção 2.2.2).

2.2.1 Sentenças finitas

Nas línguas românicas, e também em línguas de outras famílias como as eslavas (cf. Rivero (2000a,b)), o clítico *se* pode aparecer junto a diferentes tipos de verbos atribuindo uma interpretação arbitrária ao agente da sentença. Ocorre que, devido a diferenças paramétricas entre as línguas românicas, existem diferenças nas construções impessoais com *se* com relação (a) à estrutura argumental do verbo (transitivo, inergativo, inacusativo, cópula, etc.); (b)

¹As construções impessoais com *se* pertencem ao amplo grupo de construções impessoais, que são usadas para introduzir num ato de fala um sujeito genérico, não especificado e para fazer afirmações genéricas sobre grupos de pessoas. [minha tradução]

à concordância entre o verbo transitivo e seu argumento interno plural; (c) a realização do argumento interno (DP, clítico acusativo, sintagma preposicionado).

Os ambientes morfossintáticos são importantes também para a interpretação dos enunciados, como veremos mais adiante. Vejamos, primeiramente, a distribuição de *se* em Português Brasileiro, Português Europeu, Italiano, Espanhol e Romeno, com relação à estrutura argumental do verbo². A tentativa de dar conta dessas diferenças e também da estrutura das construções com *se*, faz com que achemos na literatura diversos “rótulos” para o *se* imbuídos de um viés de análise. Na presente seção, todas as vezes que aparecer, estou seguindo a nomenclatura, e fazendo alusão à análise do autor mencionado.

O primeiro conjunto a ser comparado é o de verbos transitivos diretos. Reparemos que as línguas românicas consideradas vão variar segundo as restrições sobre as construções com *se* em sentenças finitas. A Tabela 2.1 a seguir mostra como se comportam os enunciados com *se* com relação ao verbo transitivo direto e a realização do seu argumento interno nas cinco línguas românicas mencionadas. Esse argumento interno poderá ser singular ou plural e desencadear ou não a concordância com o verbo. Ele ainda poderá vir realizado como clítico acusativo, ou como um sintagma preposicional:

²A descrição do comportamento do *se* nas línguas românicas baseia-se nos exemplos disponíveis na literatura consultada, e para o PB, em meus julgamentos ou exemplos retirados, principalmente da imprensa.

	Arg. int. sing.	Arg. int. pl[+conc]	Arg. int. pl.[-conc]	Arg. int. cl.acc.	Arg. int PP
Português Brasileiro	sim	?	sim	*	*
Português Europeu	sim	sim	sim	*	*
Italiano	sim	sim	sim	sim	*
Espanhol	sim	sim	sim	sim	sim
Romeno	sim	sim	*	*	*

Tabela 2.1: Licenciamento de *se* junto a verbos transitivos com relação ao tipo de argumento interno nas línguas românicas

Como se pode perceber, as línguas consideradas aceitam construções com *se* e verbo transitivo direto com argumento interno no singular. Há, porém algumas diferenças com relação a esses enunciados, principalmente no que tange à interpretação dos mesmos, mas isso será discutido mais adiante. Vejamos os exemplos:

- (105) a. Vende-se casa (PB/PE)³
 b. (Prima o poi) si scopere sempre il colpevole. (GC88)
 (Cedo ou tarde) se descobre sempre o culpado.
 c. Se lee lo libro (AM90)
 se lê o livro.
 d. Piese asta s-a jucat anul trecut (GC88)
 Peça esta se encenou ano passado.

Quando o argumento interno está no plural, começamos a encontrar diferenças entre as línguas. PE, Italiano e Espanhol se comportam da mesma forma com relação à aceitação dos enunciados com verbo transitivo direto e seu argumento interno plural: essas três línguas aceitam enunciados tanto com a concordância como com a não concordância entre verbo

³Os exemplos apresentam a sigla das fontes consultadas: (GC88) refere-se a Cinque (1988); (AM90), Mendikoetxea (1990); (JN90), Nunes (1990); (RU96), Raposo e Uriagereka (1996), (DS98), Dobrovie-Sorin (1998) e, (OT99), Otero (1999).

transitivo direto e o argumento interno plural. O Espanhol admite ainda a construção com o objeto preposicionado. O Romeno não admite a construção de *se* sem a concordância:

- (106) a. Vendem-se salsichas no talho Sanzot. (RU96)
b. Vende-se salsichas no talho Sanzot. (RU96)
c. Qui, si mangiano spesso gli spaghetti. (GC88)
Aqui, se comem freqüentemente os espaguetes.
d. Qui, si mangia spesso gli spaghetti. (GC88)
Aqui, se come freqüentemente os espaguetes.
e. Se observan cambios en la economía (AM90)
Se observam mudanças na economia.
f. Se observa cambios en la economía. (AM90)
Se observa mudanças na economia.
g. Se escondió (a) los prisioneros de guerra (OT99)
Se escondeu aos prisioneiros de guerra.
h. *In aceasta universitate se preda stiintele umane. (DS98)
Nesta universidade se estuda as humanidades.

É bem verdade que a aceitabilidade de enunciados com concordância em PB varia dependendo de alguns fatores estruturais, tais como o tipo de predicado (episódico ou genérico) e a posição do argumento interno com relação ao verbo (anteposto ou posposto). É ponto pacífico que a sentença *Vendem-se casas* é perfeitamente aceitável em PB, mas algumas variações nessa sentença vão levar a outros julgamentos de aceitabilidade.

Segundo Cinque (1988), o *se* passivo vai se diferenciar do *se* médio não na estrutura argumental do verbo (ambos aparecem com verbo transitivo direto), mas no tipo de predicado envolvido (genérico ou episódico). A interpretação dos enunciados com verbo transitivo direto e tempo verbal específico (como o pretérito) ou genérico (como o presente) vai mudar também. Com referência temporal específica, as estruturas implicam que um agente tenha participado da ação, ao passo que com referência temporal genérica, a sentença predica uma

propriedade inerente do sujeito. Comparemos as sentenças em (107) e (108) do Italiano:

- (107) “*se-passivo*” (Cf. Cinque, 1988:559)
- a. Questo vestito si lavò facilmente, sembra. (GC88)
Este vestido se lavou facilmente, parece.
 - b. Questo tavolino si trasportó facilmente, pare (GC88)
Esta mesa se transportou facilmente, parece.
- (108) “*se-médio*” (Cf. Cinque, 1988:559)
- a. Questo vestito si lava facilmente, sembra. (GC88)
Este vestido se lava facilmente, parece.
 - b. Questo tavolino si transporta facilmente, pare (GC88)
Esta mesa se transporta facilmente, parece.

Aparentemente, em PB não temos esse tipo de contraste. Com referência temporal genérica, as sentenças são aceitáveis; no entanto, com referência temporal específica, nossa leitura é reflexiva. Em PB, não capturamos um referente genérico nas sentenças com referência temporal específica:

- (109) a. * Este vestido se lavou fácil. (PB)
b. * Esta mesa se transportou fácil. (PB)
c. Este vestido se lava fácil. (PB)
d. Esta mesa se transporta fácil. (PB)

A diferença entre (109a)-(109b) e (109c)-(109d) está relacionada à posição de sujeito. Segundo Dobrovie-Sorin (2003), a leitura “passiva” de uma sentença ocorre quando o DP argumento interno ocupa a posição de [Spec, Top], acima da posição de sujeito. A leitura “média” ocorre quando o DP ocupa a posição de [Spec, TP]. As sentenças no tempo presente favorecem uma leitura “média”. Como se observa este contraste no PB, Dobrovie-Sorin (c.p.) sugere que o sujeito pré-verbal no PB está em [Spec,TP] e não em [Spec,Top].

Com relação à interpretação genérica dos enunciados, em PB temos uma estrutura que não aparece nas outras línguas românicas: o sujeito nulo arbitrário de 3^a. pessoa singular, como vemos em (110a). Em PE, o sujeito nulo de 3^a. pessoa singular recebe uma interpretação referencial, como no Italiano. Repare-se que (110b) em Italiano requer necessariamente um referente específico, ao passo que em PB não temos essa necessidade:

- (110) a. Este vestido lava fácil. (PB)
b. Questo vestito lava facilmente, sembra. (Italiano)
Este vestido *pro* lava facilmente, parece.

Ocorre, portanto, à primeira vista, uma variação de aceitabilidade das sentenças com *se* e concordância em PB que podem ser atribuídas à coexistência de duas gramáticas distintas (*cf.* Kroch 1989). Além disso, Nunes (1990) atribui a aceitabilidade da concordância à escolarização. Consideremos os enunciados a seguir, todos retirados de jornais brasileiros (*cf.* Cavalcante 1999):

- (111) (*Cf.* Cavalcante, 1999)
- a. Se **se pudessem anullar** as eleições da Bahia! (016,O,I)
 - b. O comércio tonteia diante da ofensiva alarmante de impostos e taxas em que **se o envolve** de ano para ano. (093,E,III)
 - c. Não duvide, **assassinam-se** plurais neste país. (217,C,V)
 - d. E como já **se presumia** tendências à medida insólita, não foi difícil encontrar a porta de salvação ao estender a reeleição, que não podia ser um privilégio exclusivo do atual ocupante do palácio presidencial. (071,O,V)
 - e. Em situações como estas, **pode-se aplicar** metodologias de antecipação do cenário eleitoral. (125,O,V)
 - f. Estamos aí diante de uma oração adjetiva explicativa, marcada pela simples presença da vírgula. Entretanto, se **se a omitisse**, passaríamos a ter uma oração adjetiva restritiva (...) (*Jornal do Comércio*, 18, dez, 1998)
 - g. **Diz** que vão inaugurar um restaurante em frente ao R9 do Ronaldinho. Vai se chamar Amarelô. (304,C,V)

- h. O que fez a diferença foi harmonia e evolução, os princípios básicos de um desfile de escolas de samba. Não **pode deixar** buraco, não **pode sair correndo** para cumprir o tempo, não **pode parar** para deixar o relógio correr. **Tem** que evoluir. Todo mundo tem que cantar o samba, uma ala não pode se misturar à outra, não pode atravessar o samba. Tem que ter harmonia. (Coluna do Artur Xexéo, *Jornal do Brasil*, 19, fev, 1999)

Os exemplos em (111) poderiam evidenciar um sistema do PB que compartilha características com o Italiano (concordância entre o verbo transitivo e seu argumento interno plural, argumento interno como clítico acusativo), mas também padrões que são características de línguas como o Chinês e o Japonês (sujeito nulo de 3^a. pessoa singular com referência indeterminada). No **Capítulo 4**, argumento que tais exemplos podem ser atribuídos a gramáticas distintas, presentes na competência lingüística (*cf.* Galves 2001) dos brasileiros escolarizados.

Uma outra grande diferença entre as línguas está na possibilidade de o argumento interno aparecer como clítico acusativo. Segundo a literatura, Italiano e Espanhol permitem essa construção; no PB ela é atestada, apesar de não ser atribuída à gramática. O Romeno, que não permite a construção sem concordância, também não permite a construção com o clítico acusativo:

- (112) a. * Aluga-se-as. (PE/PB)
 b. Qui, li si mangia spesso.
 Aqui, se os come sempre.
 c. Los demonios no son tan negros como se los pinta. (OT99)
 os demônios não são tão negros como se os pinta
 d. *(Stiintele umane) le se preda in aceasta universitate.
 (as humanidades) as se estuda nesta universidade.

Como vimos nos exemplos (111b) e (111f), em PB aparecem casos de argumento interno

como clítico acusativo. E, segundo Martins (2003), esse uso é atestado em textos literários brasileiros desde o início do século 20, como mostram os exemplos em (113).

(113) (Cf. Martins, 2003:37)

- a. Parece um rio quando **se o** vê escorrer mansamente. (PB, 1^a. metade do século 20)
- b. quando se entra pela primeira vez no Instituto dos Cegos, à hora do recreio, e se ouvem violinos e flautas de todas as partes e **se os** vêem falando alto e rindo... (PB, 1^a. metade do século 20)

Martins (2003) faz alusão às sentenças com clítico acusativo reportando o debate entre Mello Carvalho, brasileiro, e Mário Barreto, português, colaboradores da *Revista de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, que se deu nos anos 1920 e acrescenta:

O facto de a generalidade dos gramáticos, quer portugueses quer brasileiros, se ter empenhado na condenação das frases em que *se* coocorria com o pronome átono acusativo parece mostrar que as mesmas teriam sido bastante comuns. Das observações de gramáticos e filólogos pode, por outro lado, deduzir-se que seriam próprias do português brasileiro. (Cf. Martins 2003:37)

A explicação encontrada para não aparecer a seqüência *se o* em Português refere-se a uma restrição fonológica, como apontam as análises de Naro (1976), Nunes (1990) e de Martins (2003). Mas essa restrição fonológica não ocorre em enunciados com auxiliar:

(114) Pode-*se* alugá-las.

As diferenças entre as línguas românicas estudadas aumentam quando consideramos estruturas verbais monoargumentais, como os verbos inergativos (que atribuem um papel temático ao seu argumento externo), os inacusativos (que possuem um argumento interno,

mas não podem atribuir acusativo a ele), as construções com verbos copulativo e as passivas (que são parecidas com as inacusativas). Vejamos a Tabela 2.2 com a distribuição da aceitabilidade de *se* nessas construções:

	V. Inerg.	V. Inacus.	Cópula	Passiva
Português Brasileiro	sim	sim	sim	sim
Português Europeu	sim	sim	sim	sim
Italiano	sim	sim	sim	sim
Espanhol	sim	sim	sim	sim
Romeno	sim	?	*	*

Tabela 2.2: Licenciamento de *se* com estruturas monoargumentais nas línguas românicas

Agora, vemos uma diferença que separa o Romeno das outras línguas românicas. Vamos considerar primeiramente os exemplos e depois duas análises, a de Cinque (1988) e a de Dobrovie-Sorin (1998) para essa diferença.

Vejamos os exemplos com verbos inergativos:

- (115) a. Trabalha-se bastante aqui. (JN90)
 b. Si lavora sempre troppo. (GC88)
 se trabalha sempre muito
 c. Se bebe mucho las fiestas (AM90)
 se bebe muito nas festas
 d. Se cinta/doarme/munceste/maninca (DS98)
 Se canta/dorme/trabalha/come
 e. Nu se poate dormi cu atita zgomot. (DS98)
 Não se pode dormir com tanto barulho

Em Romeno, segundo Cinque (1988), os enunciados com verbos inacusativos que são aceitáveis são considerados como uma reanálise como inergativos. Isso só ocorre com os verbos inacusativos que podem ter um sujeito com traço [humano]. Estão excluídos, portanto, os casos de verbos inacusativos que indicam fenômenos naturais (*ocorrer, surgir*).

- (116) a. Chegou-se tarde à reunião. (JN90)
 b. Si va volentieri. (GC88)
 se vai alegremente.
 c. Com estes atascos se llega siempre tarde. (AM90)
 com estes atascos se chega sempre tarde
 d. Ieri s-a ajuns tirzu acasa. (DS98)
 Ontem se chegou tarde a casa.

Comparando os exemplos dos verbos inergativos com os inacusativos, aparentemente teríamos o mesmo tipo de estrutura nas cinco línguas comparadas. Ocorre que em Romeno não podemos ter construções com *se* com todos os verbos inacusativos, as restrições são maiores.

Vejamos as próximas construções, as com verbo copulativo:

- (117) a. É-se feliz quando se é jovem. (JN90)
 b. Si é facilmente nervosi. (GC88)
 Está-se facilmente nervosos
 c. No se es feliz en una sociedad como la nuestra. (AM90)
 d. *Nu se este niciodata multumit. (DS98)
 Não se está nunca contentes.

E as com estrutura passiva:

- (118) a. Daqui se é visto por todos. (JN90)
 b. Si é invitati volentieri (GC88)
 É-se convidados alegremente.
 c. Se ha sido invitado a la fiesta. (AM90)
 se foi convidado para a festa
 d. *Adesea se este tradat de prieteni falsi. (DS98)
 Sempre se é traído por amigos falsos

Para explicar a diferença de agramaticalidade de sentenças com *se* e verbos inacusativos, cópula e voz passiva em Romeno, Dobrovie-Sorin (1998) sugere que em Romeno exista somente o *se-médio-passivo-acusativo* ao contrário das outras línguas românicas, que possuem

também o *se-nominativo*. Para argumentar a favor dessa análise, ela se vale da proposta de Hale e Keyser (1993) para os inergativos, que seriam, de fato, transitivos com objeto nulo cognato.

Para Dobrovie-Sorin (1998), não há necessidade de distinguir entre dois tipos de *se*, argumental e não argumental, como propõe Cinque (1988). Sua proposta é a de que o *se* ligado a verbos inergativos é na verdade o *se médio passivo acusativo*, ao invés do *se nominativo*, como é tradicionalmente assumido na literatura. A sua argumentação baseia-se no simples fato de que não há *se nominativo* em Romeno tampouco nas sentenças não finitas do Italiano.

Advogando a favor da classificação de *se* como *médio passivo acusativo*, Dobrovie-Sorin propõe que a passivização de verbos inergativos depende de sua análise como um verbo transitivo com um objeto nulo cognato. Para ela, o *se-nominativo* é o encontrado nos exemplos em (119) do Italiano:

(119) (Cf. Dobrovie-Sorin, 1998:403)

- a. Non si è mai contenti.
Não se é / está nunca contente(s?).
- b. Spesso si è traditi dai falsi amici.
Frequentemente se é traídos por falsos amigos.
- c. In questa università si studia le materie letterarie.
Em esta universidade se estuda as humanidades
- d. Le materie letterarie le si studia in questa università.
as humanidades as se estuda em esta univerdidade.

Vemos que os exemplos arrolados demonstram que o *se-nominativo* pode ocorrer com verbos independentemente de atribuírem um papel θ externo, com construções passivas ou com verbos transitivos sem a concordância com o argumento interno no plural. Em Romeno

tal não se aplica: as contrapartes romenas dos exemplos italianos não são gramaticais, como vemos em (120):

- (120) (Cf. Dobrovie-Sorin, 1998:405)
- a. *Nu se este niciodata multumit.
Não se está nunca satisfeito.
 - b. *Aedesa se este tradat de prieteni falsi.
Frequentemente se é traído por amigos falsos.
 - c. *In aceasta universitate se preda stiintele umane.
Em esta universidade se ensina as humanidades.
 - d. *Stiintele umane le se preda in aceasta universitate.
As humanidades as se ensina em esta universidade.

Vemos que esse contraste existe também entre Espanhol e Romeno (121):

- (121) (Cf. Dobrovie-Sorin, 1998:405)
- a. En esta escuela se castiga a los alumnos.
Em esta escola se castiga a os alunos
 - b. *In scoala asta se pedepseste pe elevi.
Em escola esta se castiga os alunos.

Se com essas construções o Romeno não permite o uso do clítico *se*, por outro lado ele pode aparecer com verbos inergativos (122), como ocorre em Italiano (123):

- (122) (Cf. Dobrovie-Sorin, 1998:405)
- a. Se cînta / doarme / munceste / manîncă.
Se canta / dorme / trabalha / come.
 - b. Nun se poate dormi cu atîta zgomot.
Não se pode dormir com tanto barulho.
- (123) (Cf. Dobrovie-Sorin, 1998:406)
- a. Si canta / dorme / lavora / mangia.
Se canta / dorme / trabalha / come.

Dobrovie-Sorin (1998) argumenta que o clítico que aparece aí na verdade é o *se médio passivo acusativo*, baseando-se em dois pontos: o primeiro, cotejando o Alemão, que permite passiva (124a) e o uso médio-passivo dos pronomes reflexivos (124b) com verbos inergativos:

- (124) (Cf. Dobrovie-Sorin, 1998:406)
- a. Es wurde gut gearbeitet.
Expl. foi bem trabalhado.
 - b. Es lebt sich angenehm.
Expl. vive se confortavelmente.

O segundo ponto é a existência de objetos nulos cognatos associados a verbos inergativos. Desse modo, considerando que a propriedade do morfema passivo é detematizar a posição de sujeito e absorver acusativo, o *se médio passivo acusativo*, como tal, também estaria desempenhando essa função. Segundo Dobrovie-Sorin, sentenças com verbos transitivos e com verbos inergativos e o *se* teriam a mesma estrutura subjacente, como vemos em (125):

- (125) (Cf. Dobrovie-Sorin, 1998:407)
- a. S_i -au mincat $pro_i e_i$ ieri.
Se comeram ontem.
 - b. S_i -a mincat $pro_i e_i$ bine ieri.
Se comeu bem ontem.
 - c. Se_i doarme $pro_i e_i$ bine aici.
Se dorme bem aqui.

Na verdade, o *se* estaria ligando uma categoria vazia na posição de objeto direto e como ele é uma anáfora, seu traço está ligado também à posição de sujeito. Para dar conta da gramaticalidade do exemplo (125c), com verbo inergativo, Dobrovie-Sorin defende que os inergativos projetam um objeto nulo cognato, como analisam Hale e Keyser (1993).

Essa ambigüidade não é incomum se se comparar a interpretação de enunciados em Alemão com expletivo das passivas e o *sich* médio passivo:

- (126) (Cf. Dobrovie-Sorin, 1998:408)
- a. Es das Buch liest sich gut.
expl. o livro lê SICH bem.

- b. Hier ist es sich gut.
aqui come o SICH bem.
- c. Es lebt sich angenehm
expl. vive SICH confortavelmente.

A proposta de analisar os inergativos como tendo um objeto nulo cognato vai de encontro à hipótese de Hale e Keyser (1993) de que inergativos são transitivos universalmente na sua estrutura relacional. Eles são interpretados como sendo derivados pela incorporação de objetos cognatos nulos ao verbo leve. Esses objetos podem aparecer, modificados por adjetivo: *viver*, **viver uma vida*, *viver uma vida tranqüila*, *rir meu riso*.

O que Dobrovie-Sorin propõe, então, é que as estruturas com inergativos sejam analisadas de modos distintos nas línguas românicas. Em Italiano, exemplos como *si dorme* são na verdade de *se nominativo*, recebendo interpretação igual ao *man* do Alemão (“Alguém dorme”). Em Romeno, uma vez que não possui *se nominativo*, as construções com *se* e verbo inergativo são na verdade *se médio passivo acusativo*, tal como as construções médias impessoais do alemão, recebendo uma interpretação do tipo “acontece a dormida”.

2.2.2 Sentenças infinitivas

Passemos agora para as construções de *se* com infinitivo. Como vimos na seção 0.1 do **Capítulo Apresentação**, Cinque (1988), ao associar a estrutura argumental do verbo e a necessidade de Infl para legitimar o *se* junto ao infinitivo em Italiano, propõe dois tipos de *se*: o argumental e o não argumental.

Ele argumenta também, só para recapitular, que uma língua que possua o Infinitivo Flexionado, como o Português, deve permitir o *se* junto a qualquer tipo de verbo no infinitivo, como vimos com os exemplos em (12) da seção 0.1 do **Capítulo Apresentação**. Vimos também, no **Capítulo 1** que existe uma diferença significativa no uso de *se* junto ao infinitivo em PCI, PE e PB, o que faz acreditar na existência de gramáticas distintas.

Dado esse breve resumo do que já vimos em seções anteriores, procuro aqui mostrar mais exemplos e trazer mais dados empíricos da distribuição de *se* com infinitivo nas línguas românicas até então contempladas, seguindo as descrições disponíveis na literatura gerativa. Mais uma vez, essa descrição se faz necessária para podermos compreender as diferenças paramétricas existentes entre essas línguas.

O que se argumenta, e, principalmente Cinque (1988), é que as diferenças entre o Português de um lado e as outras línguas românicas de outro, vão se dar da seguinte maneira:

- o Português, por ser uma língua que possui Infinitivo Flexionado, permitiria o *se* junto a qualquer verbo, independentemente de sua estrutura argumental;
- Italiano e Espanhol, por não serem línguas que possuam o Infinitivo Flexionado, só permitiriam o *se* junto a verbos transitivos e inergativos (os que têm um papel θ externo

para atribuir) cuja posição sujeito está numa relação de CADEIA com a posição sujeito da sentença matriz. É o caso das construções de alçamento e de subida de auxiliar para Comp.

Vejamos como se dá essa distribuição com relação aos verbos transitivos e inergativos de um lado e as outras construções que não têm papel θ externo, de outro, com a Tabela 2.3:

	V. trans. inerg.	V. inac.	V. cop.	Passiva
Português Brasileiro	sim	sim	?	?
Português Europeu	sim	sim	?	?
Italiano	sim	*	*	*
Espanhol	sim	*	*	*
Romeno	sim	*	*	*

Tabela 2.3: Licenciamento de *se* com infinitivo com relação à estrutura argumental do verbo nas línguas românicas

Retomemos as análises de Cinque (1988) e Dobrovie-Sorin (1998). A análise de Cinque (1988) prioriza as relações casuais e temáticas do clítico na sentença e propõe uma análise não unificada do *se*. Ele propõe basicamente dois tipos de *se*, o argumental e o não argumental com base na assimetria existente no Italiano que permite o clítico *se* em sentenças finitas e não o permite em sentenças infinitivas (com algumas poucas exceções).

A análise de Dobrovie-Sorin (1998) prioriza as relações de ligação do clítico com a categoria vazia na posição de sujeito ou de objeto. Com base nos dados do Romeno, que permite o clítico *se* somente com verbos transitivos e inergativos em sentenças finitas, ela propõe que na verdade o *se* seja um clítico *médio passivo acusativo*, ao contrário do *se nominativo* das outras línguas.

Cinque (1988) desenvolve sua análise para o *se* nas línguas romanas baseado, principalmente, na assimetria existente entre as sentenças finitas e não finitas do Italiano (e de algumas outras línguas românicas) com relação à possibilidade ou não do uso do clítico *se*. Em sentenças infinitivas controladas, o clítico *se* é excluído independentemente do tipo de verbo ao qual ele se liga. Tal fato é explicado por uma violação do filtro de Caso: uma vez que o clítico está em CADEIA com a posição de sujeito, ele é excluído de contextos em que não há atribuição de Caso para essa posição, como nas infinitivas controladas:

(127) (*Cf.* Cinque, 1988:522)

- a. (Trans) * Sarebbe meglio scopirsi il colpevole.
Seria melhor descobrir-se um culpado
- b. (Inerg) * Sarebbe meglio lavorarsi un po di più.
Seria melhor trabalhar-se um pouco mais
- c. (Erg) * Sarebbe meglio arrivarsi puntuali.
Seria melhor chegar-se pontualmente
- d. (Psic) * Sarebbe meglio non essersi preoccupato nessuno.
Seria melhor nao ter-se preocupado ninguém
- e. (Cop) * Sarebbe meglio essersi ricchi.
Seria melhor ser-se ricos
- f. (Pass) * Sarebbe meglio essersi aiutati da qualcuno.
Seria melhor ser-se ajudados por alguém
- g. (Alçam) * Sarebbe meglio risultarsi essere in regola.
Seria melhor parecer-se estar em ordem

O clítico *se* é permitido em sentenças infinitivas de alçamento e de subida de auxiliar para Comp, mas ainda com alguma restrição. Mesmo em situação em que pode estar em uma CADEIA casual, ele é excluído junto a verbos que não atribuem um papel θ externo à posição de sujeito:

(128) (*Cf.* Cinque, 1988:524)

- a. (Trans) Sembra non essersi ancora scoperto il vero colpevole.
Parece não ter-se ainda descoberto o verdadeiro culpado
- b. (Inerg) Sembra non essersi lavorato a sufficienza.
Parece não ter-se trabalhado o suficiente
- c. (Erg) *Sembra non essersi arrivati troppo tardi.
Parece não ter-se chegado muito tarde
- d. (Psic) *Sembra essersi preoccupato solo un genitore
Parece ter-se preocupado somente um pai
- e. (Cop) *Sembra non essersi benvenuti qui.
Parece não ser-se benvindo aqui
- f. (Pass) *Sembra non essersi stati invitati da nessuno.
Parece não ter-se sido convidados por ninguém
- g. (Alça) *Sembra non risultarsi ignorare il problema.
Parece não parecer-se ignorar o problema

Como já vimos, Cinque propõe a existência de dois tipos de *se*: um argumental e um não argumental. Nos exemplos, (128a) e (128b) aparece o *se* [+arg]. O *se* [-arg] ocorre associado à flexão. Uma vez que o infinitivo em Italiano não está associado à flexão, não pode ter associado a ele o *se* [-arg]. Nas sentenças finitas temos o *se* [-arg].

O fato que mais me chamou atenção na comparação entre o Italiano e o Romeno são as construções de verbos transitivos que envolvem, de alguma forma, concordância com o argumento interno. Vejamos como fica a análise do Italiano que vai ser retomada por Dobrovie-Sorin para o Romeno.

Em sentenças com verbos transitivos em Italiano temos duas opções: uma construção sem concordância que pode ter o objeto como um NP (129a) ou como um clítico acusativo (129b):

(129) (Cf. Cinque, 1988:554)

- a. Qui, si mangia spesso gli spaghetti.
Aqui, se come sempre os espaguetes

- b. Qui, li si mangia spesso.
Aqui, os se come sempre

Nessas construções, a falta de concordância e a possibilidade de o clítico acusativo aparecer são conseqüências diretas do fato de o *se* ter absorvido Caso Nominativo, o verbo pode assim atribuir acusativo normalmente.

Na segunda opção, temos a concordância entre o verbo e seu argumento interno, que vai estar anteposto (130a) ou posposto (130b) ao verbo:

(130) (Cf. Cinque, 1988:554)

- a. Qui, gli spaghetti si mangiano spesso.
Aqui, os espaguetes se comem sempre
- b. Qui, si mangiano spesso gli spaghetti.
Aqui, se comem sempre os espaguetes

Nesse caso, o clítico *se* absorve acusativo e por isso o DP deve ser o sujeito e estar numa relação de concordância com o verbo. Segundo Cinque (1988), o fato de o clítico poder absorver o nominativo ou o acusativo indiferentemente é estranho em Italiano se forem consideradas as passivas impessoais do Alemão. Nessa língua, em contextos que permitem Caso acusativo ou nominativo, a morfologia passiva só pode absorver o acusativo. Comparando (131a) e (131b) a seguir, vemos que a construção passiva não permite que o NP argumento interno receba acusativo, numa construção com o expletivo, uma vez que o morfema passivo já está neste Caso:

(131) (Cf. Cinque, 1988:555)

- a. Der Brief wurde von ihnen geschrieben.
A carta_{nom} foi por eles escrita.
- b. *Es wurde den Brief von ihnen geschrieben.
expl. foi a carta_{acc} por eles escrita.

Outro fato também importante é o de que em contextos transitivos o clítico pode reter as propriedades que ele tem em contextos inergativos, o que vai contra a generalização de Burzio: somente verbos que atribuem um papel θ ao seu argumento externo podem atribuir acusativo. Assim, para Cinque (1988), as sentenças sem concordância não podem ser instâncias de *si* [+arg], que retém o papel- θ externo (e absorve nominativo) permitindo que o verbo atribua acusativo, uma vez que contradizem a generalização de Burzio. Cinque (1988) resolve o problema propondo que esse clítico seja o não argumental ([-arg]): nos contextos transitivos em que não ocorre concordância com o objeto, o *si* [-arg] ocorre, não absorvendo papel- θ externo de modo que o verbo possa atribuir acusativo normalmente. Desse modo, como o *si* [-arg] é impedido em contextos não finitos, os verbos transitivos que não concordam com o objeto são excluídos desses contextos, como de fato ocorre. Vejamos os exemplos em (132): nas construções com verbos não finitos o verbo e o particípio passado não aparecem no singular quando o DP argumento interno está no plural:

(132) (Cf. Cinque, 1988:556)

- a. *Sembra / Deve essersi venduto poche automobili.
Parece / Deve ter-se venduto poucos automóveis.
- b. *Ritengo essersi venduto poche automobili.
Estimo ter-se venduto poucos automóveis.
- c. *?Essendosi venduto poche automobili, ...
Tendo-se venduto poucos automóveis, ...

Os exemplos em (133) a seguir, por outro lado, demonstram a possibilidade de aparecimento do clítico *se* quando há a concordância com o argumento interno plural, seja do verbo seja do particípio passado:

- (133) (Cf. Cinque, 1988:556-7)
- a. Sembrano / Devono essersi vendute poche automobili.
Parecem / Devem ter-se vendidos poucos automóveis.
 - b. Ritengo essersi vendute poche automobili.
Estimo ter-se vendidos poucos automóveis.
 - c. Essendosi vendute poche automobili.
Tendo-se vendidos poucos automóveis.

Uma outra comprovação empírica para termos nesses contextos o *si* [-arg] é a impossibilidade de o argumento interno (objeto) ser realizado como clítico acusativo, mesmo estando o particípio passado em concordância de plural, como vemos em (134):

- (134) (Cf. Cinque, 1988:557)
- a. *Sembra / Deve esserlesi vendute a un prezzo eccessivo.
Parece / Deve ter-se-os vendidos a um preço alto.
 - b. *Ritengo esserlesi vendute ad un prezzo eccessivo.
Estimo ter-se-os vendidos a um preço alto.
 - c. *Essendolesi vendute ad un prezzo eccessivo, ...
Tendo-se-os vendidos a um preço alto.

Cinque (1988) afirma que o *se* associado à concordância é o [-arg] enquanto o que não está associado à concordância é o [+arg]. Tendo em vista o paradigma do Italiano, e das outras línguas românicas, poderíamos esperar que essa tipologia se aplicasse a todas elas. Na verdade, Cinque argumenta que as escolhas entre um tipo de *se* e outro são na verdade paramétricas. Como exemplo, ele dá o Português: segundo Cinque, e não somente ele mas também Raposo (1992), Brito (1995), o clítico *se* é permitido em qualquer tipo de sentença infinitiva, menos as controladas por razões de atribuição Casual, devido ao fato de essa língua possuir o Infinitivo Flexionado.

Como o Infinitivo Flexionado possui traços de concordância, esses legitimariam a presença do clítico *se* [-arg] com verbos que não atribuem um papel- θ externo. Observando os dados

do Português, tanto Brasileiro quanto Europeu, entretanto, vemos que considerar somente o Infinitivo Flexionado como responsável pela legitimação do *se* não é suficiente. Como vimos no **Capítulo 1**, a distribuição de *se* com infinitivo nas amostras sincrônicas de fala e escrita do PB e do PE e na amostra do *Corpus Tycho Brahe* mostra que a presença de *se* vai além da sua legitimação por Agr não finito. Todos os contextos analisados são contextos potenciais de infinitivo flexionado, ou seja, não controlado. Apesar de a distribuição de *se* com infinitivo nos contextos sintáticos (sentenças preposicionadas) ser semelhante nas três amostras PB, PE e PCl, o seu uso não é uniforme: verificamos diferenças percentuais na presença de *se* com infinitivo e também diferenças no tipo de verbo que aparece nas construções de *se* com infinitivo.

Outra evidência que Cinque toma a seu favor é o Romeno: para ele o Romeno só teria o *se* [+arg], uma vez que ele é excluído, nas sentenças finitas, dos mesmos contextos infinitivos do Italiano. A previsão que é feita é a de que em sentenças com verbos inacusativos, de movimento psicológico, cópula, passiva e alçamento o clítico seria excluído. Entretanto, essa análise não é suficiente, vejamos os dados a seguir, com estruturas com verbos transitivos (135a), inergativo (135b), inacusativo (135c), psicológico (135d), cópula (135d), passivas (135e) e de alçamento (135f):

(135) (Cf. Cinque, 1988:571)

- a. Piesa asta s-a jucat anul trecut.
peça esta se encenou ano passado.
- b. S-a cintat bine.
Se cantou bem.
- c. Ieri s-a ajuns tirzu acasa.
Ontem se chegou tarde a casa.

- d. *S-au speriat multi copii.
Se amedrontou muitas crianças.
- e. *In tara asta nu se e bucurosi.
Em país este não se é feliz.
- f. *Aedesa se e tratat de prieteni falsi.
Frequentemente se é traído por amigos falsos.
- g. *Se pare a fi bucurosi.
Se parece estar/ser feliz.

Nos exemplos de Cinque, vemos que o clítico *se* também é possível com alguns verbos inacusativos, contrariando a previsão estipulada. Uma explicação desse autor é a de que na verdade esse verbo seria reanalisado como inergativo, uma vez que não são todos os verbos inacusativos que permitem o uso com o clítico *se*.

Uma previsão que se concretiza é a de que:

if Rumanian has no [-arg] *se*, then *se* should also be impossible in transitive contexts where the verb does not agree with the object (this is due to the fact that there [+arg] *se* is also excluded as an effect of Burzio's Generalization) a correct result⁴. (*cf.* Cinque, 1988:572)

Assim, Romeno não permite o uso do *se* [-arg], como mostra o exemplo a seguir:

(136) (*cf.* Cinque, 1988:572) [*]

In scoala asta se pedepseste prea des pe elevi.
Em escola esta se castiga sempre os alunos.

Dobrovie-Sorin (1998), por outro lado, vai estender sua análise das sentenças finitas do Romeno, para as infinitivas do Italiano e propõe que em Italiano o *se* que aparece junto ao infinitivo é o *se médio-passivo-acusativo*. Dobrovie-Sorin (1998) propõe que o *se médio*

⁴se o Romeno não tem o *se* [-arg], então o *se* deveria ser impossível em contextos transitivos em que o verbo não concorda com o objeto (isso se deve ao fato de que [+arg] *se* também é excluído como um efeito da Generalização de Burzio) um resultado correto. [minha tradução]

passivo acusativo vai ser impedido junto a verbos que não possam ser apassivizados. É o caso das sentenças em (137a), (137b) e (138): todas as estruturas não podem ser apassivizadas, e, portanto excluem o *se médio passivo acusativo*.

- (137) (Cf. Dobrovie-Sorin, 1988:411)
- a. *Ritengo non essersi arrivati in sufficiente anticipo.
Acredito não ter-se chegados suficientemente cedo.
 - b. *Non essendosi morti in giovane età, ...
Não sendo-se mortos em jovem idade
- (138)
- a. *Sembra essersi arrivati troppo tardi.
Parece ter-se chegados muito tarde
 - b. *Sembra essersi preoccupato solo un genitore.
Parece ter-se preocupado somente um pai
 - c. *Sembra non essersi benvenuti qui.
Parece não ser-se benvindos aqui
 - d. *Sembra non essersi stati invitati da nessuno.
Parece não ter-se sido convidados por ninguém
 - e. *Sembra non risultarsi ignorare il problema.
Parece não parecer-se ignorar o problema
 - f. *Sembra essersi venduto poche automobili.
Parece ter-se vendido poucos automóveis

Os casos em que vimos concordância com o verbo da oração principal e/ ou o particípio passado plural também podem ser explicados se considerados como instâncias do *se médio passivo acusativo*: sentenças não finitas não impedem o *se médio passivo acusativo*. Vejamos os exemplos em (139) e em (140):

- (139) (Cf. Dobrovie-Sorin, 1988:416)
- a. *Ritengo essersi venduto poche automobili.
Estimo ter-se vendido poucos automóveis.
 - b. *? Essendosi venduto poche automobili, ...
Tendo-se vendido poucos automóveis, ...
- (140)
- a. Ritengo essersi vendute poche automobili.
Estimo ter-se vendidos poucos automóveis.

- b. Essendosi vendute poche automobili.
Tendo-se vendidos poucos automóveis.

Para Dobrovie-Sorin (1998), uma vez que o *se médio passivo acusativo* é permitido em sentenças não finitas do Italiano, enquanto o *se nominativo* não é, o verbo deverá concordar com o DP pós-verbal, no caso, o verbo principal ou o particípio passado.

Os exemplos em (141), cujo objeto direto se encontra como clítico acusativo, são excluídos, segundo Dobrovie-Sorin (1998), não por se tratar de um *se* [+arg], mas porque o acusativo já está atribuído ao *se*, não podendo portanto aparecer de novo:

(141) (Cf. Dobrovie-Sorin, 1988:417)

- a. *Ritengo esserlesi vendute ad un prezzo eccessivo.
Estimo ter-se-os vendidos a um preço alto.
- b. *Essendolesi vendute ad un prezzo eccessivo, ...
Tendo-se-os vendidos a um preço alto.

Como vimos com essas duas análises, e como é de se esperar na pesquisa dentro do Modelo de Princípios e Parâmetros, existe uma preocupação em apresentar uma abordagem o mais generalizante possível: a análise Cinque (1988) procura resolver, não só a questão do Italiano, mas também a do Romeno e a do Português: o *se* [+arg] aparece nas infinitivas com verbos transitivos e inergativos do Italiano e do Espanhol e nas sentenças finitas do Romeno; e o *se* [-arg] aparece nas sentenças finitas do Italiano, Espanhol e Português e nas infinitivas do Português.

Dobrovie-Sorin (1998) também segue no mesmo caminho, e uma vez que resolve o problema do Romeno, reanalisa os dados de Cinque e propõe haver *se médio passivo acusativo*, não só nas sentenças finitas do Romeno, como nas infinitivas do Italiano.

O problema que se coloca aqui é que essas duas abordagens não explicam os dados que

foram apresentados no **Capítulo 1**: observamos diferenças de uso de *se* no PCI, no PE e no PB que não podem ser resolvidas por dicotomias como *se-médio-passivo-acusativo vs. se-nominativo* ou *se [-arg] vs. se [+arg]*, relacionado com a flexão. Vimos também que o fato de haver Agr no infinitivo numa língua não resolve o licenciamento de *se* nas infinitivas. Por isso, faz-se necessário recorrer a uma análise diferente sobre o *se*, que possa ser utilizada para dar conta dos dados apresentados no **Capítulo 1**. E é isso que veremos na seção 2.3 a seguir.

2.3 O *se-passivo* é passivo?

Como vimos na análise de Mateus et al. (2003), na seção 2.1, tradicionalmente nos estudos gerativistas uma construção como (142) a seguir, com concordância entre o verbo transitivo e o argumento interno plural é classificada como uma passiva.

- (142) a. Sempre se alugam ótimas casas durante o verão.
b. Ótimas casas sempre se alugam durante o verão.

O *se* é considerado passivo, pois se comporta como um morfema passivo: absorve Caso acusativo, detematiza a posição de sujeito e o DP argumento interno recebe Nominativo ou porque está ligado à posição de sujeito, como em (142a) ou porque ocupa a posição de sujeito como em (142b).

A construção sem concordância entre o verbo transitivo e o DP argumento interno plural (143a) e as construções com verbos não transitivos (143b) e (143c) são geralmente analisadas

como instâncias de *se-nominativo*. O *se* recebe Caso nominativo, e ocupa a posição de [Spec, Infl] e, no caso da construção transitiva, o DP recebe Caso acusativo, como vemos em (143).

- (143) a. E como já se presumia tendências ...
b. Precisa-se de empregados.
c. Vive-se bem no Rio de Janeiro.

Diferentemente dessas abordagens, Raposo e Uriagereka (1996) propõem que as construções de *se* com verbos transitivos que apresentam concordância com seu argumento interno plural, como vemos em (144), são na verdade estruturas ativas e não se trata, neste caso, de *se-passivo*.

- (144) (Cf. Raposo e Uriagereka 1996:750)
a. Ontem compraram-se demasiadas salsichas.
b. Essas salsichas compraram-se ontem.
c. Compra-se sempre salsichas no talho Sanzot.

Martins (2003) também se vale dessa análise e ainda apresenta dados do PE não padrão, do dialeto da Madeira, para corroborar sua análise.

Raposo e Uriagereka (1996) chamam as construções com concordância de *se-indefinido* e as sem concordância de *se-genérico*. O ponto-chave da sua argumentação de que a estrutura não é passiva, é que o DP argumento interno NÃO está na posição sujeito ([Spec, Infl]), tampouco ligado a uma categoria vazia nessa posição, como é postulado na literatura gerativista sobre o tema. O problema, então, que eles vão ter que resolver é como explicar a concordância. Sua análise divide-se, pois, em duas partes: a primeira em que eles levantam os dados empíricos para provar que o DP não se comporta como um sujeito e a segunda em

que, se valendo da Teoria de Checagem de traços (*Cf.* Chomsky 1995), demonstram como se dá a concordância.

Raposo e Uriagereka (1996) postulam que o DP, quando movido da posição de objeto, ocupa, na realidade, uma posição na periferia esquerda da sentença, uma posição de tópico. E os argumentos são os seguintes:

Em sentenças infinitivas complemento de predicados adjetivos, podemos ter um sujeito lexical na posição pré-verbal, tanto numa sentença ativa, quando passiva (145). Nas construções com *se-indefinido*, só podemos ter o DP pós-verbal, e não pré-verbal (146), o que pode indicar que esse DP não está na posição de sujeito:

- (145) a. Vai ser difícil os tribunais aceitarem os documentos.
b. Vai ser difícil os documentos serem aceitos.
- (146) a. Vai ser difícil aceitarem-se os documentos⁵.
b. *Vai ser difícil os documentos aceitarem-se.

A assimetria que existe na construção com *se-indefinido* nas sentenças infinitivas desaparece nas encaixadas finitas: (147) mostra que é possível o DP aparecer numa posição pré-verbal tanto na passiva quanto na construção com *se*. No entanto, Raposo e Uriagereka (1996) mostram que em sentenças encaixadas é possível a presença de um tópico, somente em sentenças finitas e não em encaixadas infinitivas, como mostra (148):

⁵Dobrovie-Sorin (2003) lembra que as construções com *se-médio* em português permitem que o DP ocupe a posição de [Spec,Infl], como ela mostra com os exemplos a seguir:

- i. vai ser difícil esta luz ver-se de longe
ii. vai ser difícil este vestido lavar-se facilmente

- (147) a. Vai ser difícil que os documentos sejam aceitos.
 b. Vai ser difícil que se aceitem os documentos.
- (148) a. Vai ser difícil que esses documentos, o tribunal (os) possa aceitar.
 b. *Vai ser difícil esses documentos, os tribunais aceitarem(-nos).

Um outro conjunto de dados que mostra que o DP anteposto nas construções com *se-indefinido* não ocupa a posição de sujeito, mas uma posição de tópico, refere-se às infinitivas complemento de verbos epistêmicos. Vejamos os dados a seguir:

- (149) a. Eu penso terem os soldados fuzilado os presos.
- (150) a. *Eu penso terem-se os presos fuzilado.
 b. Eu penso terem os presos sido fuzilados
- (151) a. Eu penso terem sido fuzilados os presos.
 b. Eu penso terem-se fuzilado os presos.

O exemplo (149) mostra que um DP sujeito pode ocorrer à direita do verbo auxiliar, que no caso em questão, sobe para um núcleo acima de Infl. Já o DP na construção *se-indefinido* não pode ocorrer nessa posição, ao passo que o DP sujeito de uma passiva pode, como mostra o contraste em (150). Enfim, o DP argumento interno pode ocorrer na posição de objeto tanto nas construções passivas, quanto na de *se-indefinido*, como mostra (151).

Um outro argumento está relacionado à questão dos “nomes nus”. Em PE, os “nomes nus” só podem ocorrer na posição objeto e não na posição sujeito, como mostra o contraste em (152). Mas, “nomes nus” podem ocorrer numa posição de tópico, quando ligam uma categoria vazia na posição de objeto, mas não na posição sujeito, como mostra o contraste em (153). Enfim, como seria de esperar, nas construções com *se-indefinido*, os “nomes nus” podem ocorrer tanto na posição de objeto, quanto antepostos ao verbo, o que pode provar que esse sintagma esteja na posição periférica, como mostra (154):

- (152) a. O Nestor compra salsichas no talho Sanzot.
 b. *Salsichas são compradas no talho Sanzot.
 c. *Salsichas custam caro no talho Sanzot.
- (153) a. Salsichas, o Nestor compra *cv* no talho Sanzot.
 b. *Salsichas, *cv* são compradas no talho Sanzot.
 c. *Salsichas, *cv* custam caro no talho Sanzot.
- (154) a. Vendem-se salsichas no talho Sanzot.
 b. Salsichas, vendem-se no talho Sanzot.

Ainda para ilustrar que o DP pré-verbal nas construções com *se-indefinido* não ocupa a posição de [Spec,Infl], mas sim uma posição de tópico e se comporta como um tópico, Raposo e Uriagereka (1996) se valem do seguinte par de sentenças:

- (155) (*Cf.* Raposo e Uriagereka, 1996:765-6)
 a. Os especialistas consultaram-se durante a operação.
 b. Em que momento da operação os especialistas se consultaram?

A sentença (155a) é ambígua entre uma leitura indefinida ou reflexiva/recíproca. Já para a sentença (155b), em que ocorre extração do adjunto, só é possível a leitura reflexiva ou recíproca. Isso indica que uma leitura recíproca/reflexiva está associada à posição de [Spec,Infl], como já mencionei na seção 2.2 sobre os dados do PB.

Raposo e Uriagereka (1996) também vão mostrar outros argumentos para provar que o DP anteposto numa construção com *se-indefinido* não ocupa a posição sujeito, tais como lacunas parasíticas, extração por sobre tópicos. No entanto, não vou me alongar nesses exemplos, visto que os até aqui mostrados são suficientes para demonstrar que o DP está numa posição de tópico.

Temos então que mencionar como Raposo e Uriagereka (1996) resolvem a questão da

concordância entre verbo e seu argumento interno plural, uma vez que não existe uma ligação entre esse DP e a posição de [Spec, Infl], onde são checados os traços de Caso Nominativo.

Tomando como base a Teoria de Checagem de Traços do *Programa Minimalista* (cf. Chomsky 1995, cap. 4), com algumas modificações, Raposo e Uriagereka (1996) argumentam que:

- SE é um “DP mínimo”, no sentido de possuir traços semânticos reduzidos {[humano], [indefinido]}, como PRO. SE checa o traço D de T, e recebe, como PRO, Caso nulo.
- em PE existem duas posições disponíveis para checar o nominativo, [Spec, T] e uma outra F. Essa posição F encontra-se à esquerda de T. É nessa posição que o DP argumento interno vai checar o Caso Nominativo.

Essa análise dá conta, portanto, da concordância entre o verbo e seu argumento interno plural, sem postular que o DP esteja na posição sujeito ou ligado a ela. Na verdade, o elemento que ocupa a posição [Spec, T] é o *se*, como o *se-nominativo* (das construções sem concordância).

Em seu artigo sobre a mudança e variação das construções com *se* no PE, Martins (2003) argumenta que em PE não existe o *se-passivo*, mas sim que a construção com concordância possui uma estrutura ativa, consoante a análise de Raposo e Uriagereka (1996), e que as construções com *se-passivo* são fósseis no PE moderno. Ela ainda estende a análise de Raposo e Uriagereka (1996), com alguma modificação, para os casos de duplo sujeito encontrados no dialeto da Madeira e de Porto Santo, de Portugal. Vejamos os argumentos relevantes para considerar que (1) o *se-passivo* é um fóssil em PE e (2) que em PE as construções de *se* com concordância são ativas.

Em primeiro lugar, do ponto de vista diacrônico, Martins (2003) argumenta que a natureza passiva do *se* possui as seguintes características: sua limitação aos verbos transitivos, concordância obrigatória entre o verbo e o seu argumento interno e expressão opcional do agente da passiva. Essas características estavam ativas até o século 16, como mostra o trabalho de Naro (1976), inclusive no que tange à expressão do agente da passiva nas sentenças finitas:

(156) (cf. Martins 2003)

- a. Como Josep se conheceu pelos irmãaos. (séc. 14, Naro, 1976:789)
- b. o mar remoto navegamos, que só dos feos focas se navega (séc. 16, Naro, 1976:781)

No PE moderno, além de o *se* ser licenciado junto a outros verbos – como os inergativos, inacusativos, cópula, voz passiva –, a concordância não é obrigatória, na construção transitiva e o agente da passiva nunca pode ser expresso. Não são somente essas características, no entanto, que fazem Martins (2003) argumentar a favor da estrutura ativa para as construções de *se-indefinido*. No dialeto da Madeira e do Porto Santo, aparecem construções com *se*, um elemento na posição sujeito e o argumento interno do verbo, como vemos com os exemplos em (157) a seguir, retirados do *corpus* CORDIAL-SIN (*Corpus Dialectal com Anotação Sintáctica*, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa):

(157) (Cf. Martins, 2003:30-31)

- a. E depois, chegando ao tempo da poda, **a gente** sega-se esses olhos todos e deixa-se este só (Camacha, Porto Santo)
- b. Oh, era um pano que **a gente se** punha [na caixa do moinho] (Tanque, Porto Santo)
- c. **A gente** não **se** come, mas os de Lisboa diz que comem daquele peixe. (Câmara de Lobos, Madeira)

- d. Não sabem o que **a gente se** passámos aí. (Câmara de Lobos, Madeira)
- e. O que a senhora chama de dourada é as choupas. O que **a senhora se** chama douradas é esse choupa. Mas em França há desse que **a gente** chama-se dourado. Mas isso aqui chama-se choupas. (Câmara de Lobos, Madeira)

A análise de Martins (2003) para as construções de duplo sujeito com *se* seguem na seguinte linha:

A construção de duplo sujeito com *-se* poderia analisar-se nos termos em que Raposo e Uriagereka (1996) analisam a construção de *se* indefinido no português padrão, no que diz respeito à marcação casual dos dois constituintes que partilham entre si propriedades de sujeito frásico. Assim, seguindo Raposo e Uriagereka (1996), a *se* seria atribuído por T Caso Nulo e ao constituinte que o duplica (i.e., o Sujeito-tópico) seria atribuído por F Caso Nominativo. (*cf.* Martins 2003:34)

Como vimos, ambas as construções – com concordância e sem concordância – constituem-se numa estrutura ativa. Na verdade, a distinção que se faz entre *se-passivo* e *se-nominativo* não se aplica mais, pois em ambas as construções o *se* ocupa a posição de [Spec, Infl], ou [Spec, T], como se quiser. A diferença é que na construção com *se-indefinido*, com concordância, o *SE* vai receber Caso Nulo e o DP argumento interno recebe Nominativo na posição de tópico. Na construção com *se-impessoal*, a construção sem concordância, o *se* recebe Nominativo e o DP argumento interno, quando houver, recebe acusativo. Martins (2003) ainda acrescenta que o diagnóstico de que o argumento interno deverá aparecer como um clítico acusativo para provar que ele recebe acusativo não se aplica, por causa de uma restrição morfofonológica. Martins (2003) vai argumentar que o clítico acusativo não pode ocorrer nas construções com *se-impessoal* (exe. 158b); na construção com *se-indefinido*, o argumento interno do verbo se manifesta como um pronome na forma nominativa quando

ocorre em posição pré-verbal (exe. 158a); por fim, o pronome forte *ele* ocorre em posição pós-verbal quando o objeto pronominal se encontra focalizado (exe. 158d):

(158) (Cf. Martins 2003:36-38)

- a. * Convidaram-*se-os* para a festa. (Raposo e Uriagereka 1996:777)
- b. * Deu-*se-o* à Maria.
- c. *Eles* convidaram-se para a festa. (Raposo e Uriagereka 1996:777)
- d. Convidou-se até mesmo *eles*.

Diante disso, o fato de o DP argumento interno freqüentemente não aparecer como clítico acusativo não prova que ele não esteja checando Caso acusativo. E como vimos na seção 2.2, as construções de *se* com clítico acusativo não são novidade em Português.

Desse modo, segundo Martins (2003), as construções de *se* com concordância no PE padrão seriam parecidas com as construções de duplo sujeito com *se* nos dialetos da Madeira e de Porto Santo.

A análise que Raposo e Uriagereka (1996) propõem para o Português, de que as construções com *se* que exibem concordância entre o verbo transitivo e seu argumento interno plural não sejam casos de estruturas passivas não é uma novidade nos estudos mais recentes sobre o fenômeno.

D'Alessandro (2002, 2004) considera que construções como (159a) a seguir não seja um caso de construção passiva no Italiano. Segundo sua análise, a diferença existente entre (159a) e (159b) não está relacionada a um *se-passivo* e *se-nominativo*, como costumeiramente se vê analisado na literatura:

(159) (Cf. D'Alessandro, 2002:37)

- a. In Italia si mangiano gli spaghetti.
Em Itália se comem os espaguetes.
- b. In Italia si mangia gli spaghetti.
Em Itália se come os espaguetes.

Para D’Alessandro (2002), as construções como (159a) – que exibem concordância entre o verbo transitivo e seu argumento interno plural – são analisadas como casos de “quirky-subject” e as construções como (159b) – que não exibem a concordância – como sendo casos de objeto duplo:

Italian impersonal *si* constructions show exactly the same agreement patterns as Icelandic quirky subject constructions. In particular, they exhibit Nominative object-verb agreement. In addition to that, *si* constructions present a person restriction on the Nominative object, which can only be 3rd person⁶. (Cf. D’Alessandro, 2002:54)

Desse modo, valendo-se de associações das construções com *se* com o “quirky-subject” do Islandês, D’Alessandro (2002) apresenta argumentos a favor de uma análise que desconsidera o caráter passivo das construções com *se*. Esse tipo de análise parece ser mais coerente com as restrições que se aplicam às construções com *se*, mas que não se aplicam às estruturas passivas: (a) a restrição à 3^a. pessoa para o traço de pessoa do objeto/argumento interno, (b) a impossibilidade de aparecer agente da passiva e (c) o fato de o argumento interno, quando anteposto, não ocupar a posição de sujeito. Essas restrições não se aplicam às estruturas passivas. Analisar, portanto, o *se* no PB como sendo uma forma de preencher a posição de sujeito de infinitivo parece estar consonante com as características do sistema flexional do PB.

⁶As construções impessoais com *si* do Italiano apresentam exatamente os mesmos padrões de concordância das construções de quirky subject do Islandês. Em particular, elas exibem concordância objeto Nominativo-verbo. Em adição a isso, as construções com *si* apresentam uma restrição de pessoa para o objeto Nominativo, que só pode ser de 3^a. pessoa. [minha tradução]

Com relação ao *se* que aparece nas sentenças infinitivas de línguas como o Italiano e o Espanhol, que não possuem Infinitivo Flexionado, cabe também uma reflexão. Segundo Dobrovie-Sorin (1998), no Italiano aparece nas sentenças infinitivas o *se-médio-passivo-acusativo*. São levantados dois argumentos a favor desta análise: (a) uma diferença paramétrica entre as línguas que possuem infinitivo flexionado e as que não possuem e (b) uma diferença paramétrica entre o Romeno – que só permite o *se-médio-passivo-acusativo* –, e as outras línguas de sujeito nulo – que possuem também o *se-nominativo* (cf. Dobrovie-Sorin 1998).

Recordando: (a) línguas com infinitivo flexionado permitem o *se* junto ao infinitivo pois ele é licenciado por Agr não-finito e (b) nas sentenças infinitivas do Italiano, aparece o *se-médio-passivo-acusativo*, como ocorre nas sentenças finitas do Romeno.

Vimos, por um lado, que o comportamento do *se* nas sentenças infinitivas na história do português (cf. **Capítulo 1**) revela um quadro que não se explica somente pelo Infinitivo Flexionado. Isso será retomado no próximo **Capítulo**, em que associa a presença do *se* junto ao infinitivo no PB com o preenchimento do sujeito.

Veremos, agora, que a análise de Dobrovie-Sorin (1998) para a diferença paramétrica entre o Romeno e as outras línguas românicas de um lado, e para o *se-médio-passivo-acusativo* que aparece nas sentenças infinitivas das línguas que não possuem Infinitivo Flexionado não pode ser estendida ao Espanhol. Saab (2002), propõe que o *se* que aparece junto ao infinitivo no Espanhol não pode ser analisado como um *se-passivo*, mas sim como um *se-impessoal*, na classificação de Saab (2002). Ele propõe que o *se* ocupa uma posição argumental específica

e recebe Caso nominativo, do mesmo modo que outros argumentos léxicos nessa posição.

Segundo Saab (2002), o *se-impessoal* pode aparecer nas sentenças infinitivas do Espanhol nos mesmos contextos onde pode aparecer um sujeito lexical. Seguindo Kato (1999, 2000), contra Dobrovie-Sorin (1998), Saab (2002) propõe que os clíticos impessoais, do mesmo modo que os afixos pronominais, ocupam uma posição argumental no VP, eliminando assim *pro*:

- (160) a. Se castigó a los culpables.
se castigou aos culpados
b. [_{VP} se [_{V'} ∅ [_{VP} castigar a los culpables]]]

Nas sentenças infinitivas do Espanhol, aparece o *se-impessoal* nos mesmos contextos em que pode aparecer um sujeito léxico. São as sentenças iniciadas por uma preposição. Para explicar como o *se* recebe Nominativo nas sentenças infinitivas Saab (2002) afirma que:

Caso Nominativo

T es un asignador/ cotejador apropiado de caso nominativo para α , sólo si la proyección máxima que T nuclea está en el dominio mínimo de complemento (dominio interno) de algún núcleo funcional (SC o S Σ)⁷. (Cf. Saab 2002:8)

Assim, nas sentenças infinitivas, para o T poder checar Nominativo, a preposição está em Comp:

- (161) (Cf. Saab, 2002:7;9)
a. Al salir el sol, los hombres marcharon a sus puestos.
b. [_{CP}[_{C'} de [_{TP}[_{T'} salir [_{VP} el sol ...

⁷T é um atribuidor/ cotejador apropriado de Caso nominativo para α , se somente se a projeção máxima de que T é núcleo está no domínio mínimo de complemento (domínio interno) de algum núcleo funcional (CP ou S Σ). [minha tradução]

Essa estrutura dá conta da distribuição de *se* nas sentenças infinitivas, como vemos nos exemplos a seguir:

- (162) (Cf. Saab 2002:12)
- a. De castigarse a los corruptos/los, todo irá mejor.
A castigar-se aos corruptos/os, tudo irá melhor.
 - b. De castigar *el gobierno* a los corruptos, todo irá mejor.
A castigar o governo aos corruptos, tudo irá melhor.
- (163)
- a. Al convencerse a Juan/lo, la operación se destrabó.
Ao convencer-se a Juan/o, a operação se destravou.
 - b. Al convencer *la comisión ejecutiva* a Juan/lo, la operación se destrabó.
Ao convencer a comissão executiva a Juan/o, a operação se destravou.
- (164)
- a. Por no enjuiciarse a los corruptos/los a tiempo, el pueblo se rebeló.
Por não julgar-se aos corruptos/os a tempo, o povo se rebelou.
 - b. Por no enjuiciár *el gobierno* a los corruptos/los a tiempo, el pueblo se rebeló.
Por não julgar o governo aos corruptos/os a tempo, o povo se rebelou.
- (165)
- a. Al dárseme la palabra/la, comencé a hablar.
Ao dar-se-me a palavra/a, comecei a falar.
 - b. Al darme *el locutor* la palabra/la, comencé a hablar.
Ao dar-me o locutor a palavra/a, comecei a falar.

Nos casos em que não pode aparecer o *se* com infinitivo, Saab argumenta que o T não finito não está num domínio interno de um núcleo funcional, como vemos nos exemplos a seguir:

- (166) (Cf. Saab, 2002:12)⁸
- a. * Juan piensa que es necesario enjuiciarse a los corruptos/los.
Juan pensa que é necessário julgar-se aos corruptos/os.
 - b. Juan piensa que es necesario que se enjuicie a los corruptos.
Juan pensa que é necessário que se julgue aos corruptos.
 - c. * Juan piensa que es necesario enjuiciar el gobierno a los corruptos.
Juan pensa que é necessário julgar o governo aos corruptos.

⁸Só apresento aqui os exemplos de controle não obrigatório. Além desses, há os casos de adverbiais finais, de sentenças sujeito de infinitivo e de controle obrigatório. Para a descrição completa, veja-se Saab (2002).

- d. Juan piensa que es necesario enjuiciar a los corruptos/los.
Juan pensa que é necessário julgar aos corruptos/os.

Essas propostas, e também a proposta que se faz a partir da análise dos dados empíricos, seguem na direção contrária aos estudos que propõem uma estrutura passiva para essas construções com *se*. Além disso, os dados que Saab (2002) analisa são mais um argumento para mostrar que o licenciamento de *se* em sentenças finitas não pode ser diretamente relacionado ao infinitivo flexionado, tampouco ao *se-médio-passivo-acusativo*. Na verdade, os dados do Espanhol são muito parecidos com os dados do PB, principalmente no que tange aos contextos em que ele pode aparecer: sentenças com um complementador preposicionado e sentenças que permitem um sujeito lexical. Como vimos na seção 1.2 do **Capítulo 1** anterior, as sentenças preposicionadas favorecem o aparecimento do *se* com infinitivo, e no PB na posição de sujeito de infinitivo aparecem formas pronominais com referência arbitrária como *a gente* e *você*.

2.4 Em suma ...

Este Capítulo tratou de mostrar um panorama do *se* nas línguas românicas, tendo como base as análises de Cinque 1988, Dobrovie-Sorin 1998, Raposo e Uriagereka 1996 e Martins 2003, além de mostrar as diferenças paramétricas existentes nas línguas românicas com muitos dados empíricos.

O debate que ocorre em como tratar o *se* divide-se em duas partes: as análises de Cinque (1988) e de Dobrovie-Sorin (1998) de um lado e as de Raposo e Uriagereka (1996) e de Martins (2003) de outro. Além disso, consideramos como apoio as análises de D'Alessandro

(2002) para as construções com *se* no Italiano e de Saab (2002) para o Espanhol. Vejamos o quadro a seguir em que apresento um resumo dos tipos de *se* envolvidos:

Cinque	<i>se</i> -arg	licenciado por Infl
	<i>se</i> +arg	papel θ externo DP argumento interno recebe Nom [Spec,Infl]
Dobrovie Sorin	<i>se nominativo</i>	Associado a Infl
	<i>se passivo</i>	absorve papel θ externo Caso acusativo DP argumento interno recebe Nom [Spec,Infl]
Raposo e Uriagereka (1996)	<i>se impessoal genérico</i>	Caso Nominativo Se ocupa [Spec,Infl] arg. interno checa Acusativo
	<i>se indefinido</i>	ocupa [Spec, Infl] checa Caso Nulo DP argumento interno ocupa pos. de tópico
Martins (2003)	<i>se passivo</i>	Caso acusativo concordância entre DP e verbo transitivo presença de agente da passiva

Tabela 2.4: Tipos de *se* segundo a Literatura

Cinque (1988) propõe dois *se*'s: [+arg] e [-arg]. O primeiro está associado a um papel temático externo e o segundo a Infl. Dobrovie-Sorin (1998) também propõe dois *se*'s: o passivo e o nominativo. O primeiro absorve papel temático externo e Caso acusativo e o segundo está associado à flexão. Resumida assim, a diferença entre as duas abordagens é somente teórica e não empírica: as construções com *se* [+arg] ou com *se-passivo* aparecem junto a verbos transitivos e compartilham de uma mesma propriedade, qual seja, a de que o DP argumento interno recebe Caso nominativo e está ligado à posição [Spec,Infl], ou, quando anteposto ao verbo, está na posição de sujeito.

Na contra-mão de análises das construções como sendo construções *passivas*, vimos as análises de Raposo e Uriagereka (1996) e de Martins (2003), para o Português; a de D'Alessandro (2002) para o Italiano e a de Saab (2002) para o Espanhol. Raposo e Uriage-

reka (1996) propõem que as construções de *se* com verbos transitivos em concordância com o DP argumento interno plural não são passivas, i.e., não são casos de *se-passivo*, mas sim de *se-indefinido* e apresentam uma estrutura ativa. Nas construções com *se-indefinido*, o DP argumento interno plural não está associado à posição de sujeito, tampouco ocupa essa posição quando anteposto. De fato, o *se* ocupa a posição de [Spec, Infl] e o DP, quando anteposto, está numa posição de tópico, à esquerda do sujeito.

Essa análise apresenta uma vantagem em relação às outras por não postular uma estrutura passiva. Martins (2003), que adota a análise de Raposo e Uriagereka (1996), lembra que as estruturas passivas, além de apresentar concordância entre argumento interno e verbo, podem apresentar o agente opcionalmente. Nas construções com *se* no Português contemporâneo, o agente não pode ser expresso.

As propostas a partir de Raposo e Uriagereka (1996) – como as de D’Alessandro (2002), de Saab (2002) e a desta Tese – apresentam um fator em comum: o *se*, independentemente da nomenclatura que se utilize, é um argumento, e ocupa uma posição argumental. A diferença que existe, portanto, entre uma análise que prioriza o caráter passivo das construções com *se* com as análises alternativas é a de que, como passivo, o *se* é um morfema, capaz de mudar a diátese verbal e portanto a atribuição de Caso acusativo e nominativo. Como argumento, o *se* entra na derivação como um elemento lexical, seja numa construção de quirky-subject, ou de duplo objeto (*cf.* D’Alessandro 2002), seja numa construção com sujeito no infinitivo (*cf.* Saab 2002).

Vemos com essas análises que agora surge uma diferença empírica: as construções de *se* e

verbo transitivo direto com concordância são estruturas ativas e não passivas, e compartilham com as estruturas sem concordância – *se-impessoal* – o fato de o *se* ocupar a posição de sujeito. No quadro 2.5 a seguir, vemos como fica a representação dos três tipos de *se* de que trato nesta Tese:

<i>Passivo</i>	<i>Indefinido</i>	<i>Impessoal</i>
Concordância com DP na posição sujeito <i>se</i> é um clítico a Infl agente expreso como PP só Verbos transitivos	Concordância sem DP na posição sujeito <i>se</i> ocupa posição sujeito não tem agente Verbos transitivos	Não-concordância sem DP na posição sujeito <i>se</i> ocupa posição sujeito – Todos os verbos

Tabela 2.5: Tipos de *se* na história do Português

As propriedades de cada um dos tipos de *se* envolvidos estão relacionadas a propriedades de uma determinada gramática. Vejamos: uma gramática que não tem uma posição pré-verbal específica para o sujeito não permite nem o *se-indefinido* nem o *se-impessoal*. Isso ocorre, pois, segundo esta análise, o *se-indefinido* e o *se-impessoal* ocupam a posição de sujeito; o DP argumento interno ocupa, portanto, uma posição de tópico. Nas sentenças infinitivas o DP não aparece na posição pré-verbal, pois tanto o *se-indefinido* como o *impessoal* ocupa essa posição. No caso do *se-passivo*, podemos dizer que ele é possível tanto numa gramática que não possui uma posição pré-verbal específica para o sujeito, como numa gramática que possui essa posição. Numa gramática que não tem uma posição pré-verbal específica para o sujeito, o DP argumento interno, quando anteposto, ocupa a posição que os elementos topicalizados ou fronteados ocupam, inclusive um sujeito (*cf.* Paixão de Sousa 2004; Galves e Paixão de Sousa 2004; Galves et al. 2005). Como veremos no **Capítulo 4**, associo a questão da posição de sujeito ao tipo de *se* envolvido: no PCI aparece o *se-passivo*, no PE aparecem o *se-indefinido* e o *impessoal* e no PB aparece o *se-impessoal*. No caso do

PB, dadas as mudanças que ocorreram no seu sistema flexional, o aparecimento de *se* com infinitivo vai ser explicado também pela natureza de Agr não finito. Isso é o que veremos no **Capítulo 3** a seguir.

Capítulo 3

O Sujeito Nulo do Português: Estado da Arte

O Português Brasileiro sofreu uma mudança no seu sistema pronominal intimamente relacionada ao Parâmetro do Sujeito Nulo (PSN). Por um lado, na posição de sujeito pronominal há preferência pelo preenchimento do sujeito tanto de referência definida quanto arbitrária, como revelam os dados de pesquisas quantitativas, como os de Duarte (1995, 2000). Por outro lado, há diminuição no uso dos clíticos em geral, inclusive o *se* com referência indeterminada nas sentenças finitas. Em contramão ao apagamento dos clíticos nas sentenças finitas, ocorre a inserção do *se* junto ao infinitivo com referência indeterminada, objeto de estudo deste trabalho. Veremos como se dá a relação entre o estatuto do sujeito nulo no PB com o aparecimento do *se* junto ao infinitivo.

3.1 O Estatuto do Sujeito Nulo no PB e no PE: as sentenças finitas

Dentre os estudos consultados desde o modelo de Regência e Ligação até o Programa Minimalista, notamos duas tendências de abordar o estatuto do sujeito nulo no PB: de um lado, se encontram os estudos /as descrições que chegam a conclusões sobre a mudança na marcação do PSN no PB, que estaria se tornando uma língua de sujeitos não nulos, ou seja, se tornando uma língua *não-pro-drop* (cf. Duarte 1993, 1995, 2000). De outro lado, mesmo assumindo que os sujeitos nulos do PE e do PB são de natureza distinta, há os estudos/ as descrições que não chegam a concluir que o PB esteja se tornando uma língua *não-pro-drop*, mas sim uma língua *pro-drop* com características particulares, diferente de outras línguas analisadas como *pro-drop*, como o Italiano, o Espanhol e o PE (cf. Figueiredo Silva 1996, 2000, Modesto 2000, Nicolau 1995, Rodrigues 2002).

Existe um acordo entre as pesquisas consultadas sobre a característica da concordância no PB. Se havia um sistema de concordância rica, com seis formas verbais distintas, com a mudança no sistema flexional verbal, houve um enfraquecimento da concordância no PB. Agora, não há mais distinção entre seis formas verbais, mas em alguns dialetos do PB há distinção de três formas para as seis pessoas do discurso. A Tabela 3.1 a seguir, de Duarte (2000), ilustra a redução do paradigma flexional verbal do PB:

Um dos grandes debates dos anos 80 relacionado ao PSN e à concordância recai na caracterização de concordância rica: línguas de sujeito nulo teriam necessariamente uma concordância rica e esta estaria intimamente relacionada a um paradigma flexional verbal

Pes./Num.	Pronomes	Paradigma 1	Paradigma 2	Paradigma 3
1PS	Eu	am o	am o	am o
2PS	Tu	am a s	-	-
	Você	am a	am a	am a
3PS	Ele/Ela	am a	am a	am a
1PP	Nós	am a mos	am a mos	-
	A gente	-	am a	am a
2PP	Vós	am a is	-	-
	Vocês	am a m	am a m	am a m
3PP	Eles/Elas	am a m	am a m	am a m

Tabela 3.1: Paradigma flexional e pronominal do PB (adaptado de Duarte, 2000:19)

rico. Isso aponta para a associação entre morfologia rica e Agr rico; Agr enquanto uma entidade abstrata, funcional com determinadas propriedades relacionadas a atribuição de Caso, etc. Não vou entrar em detalhes sobre essa discussão, mas aponto o leitor para Nicolau (1995), que apresenta uma extensa revisão sobre o assunto. O fato é que, mesmo sem se definir se a concordância rica está intimamente relacionada a um sistema de morfologia rica, podemos ver, pelos dados do PB, que essa língua perdeu morfologia verbal, e perdeu também a capacidade de identificar um sujeito nulo de terceira pessoa singular. Para Galves (1994), artigo publicado também em Galves (2001), a questão do sujeito nulo no PB não seria um problema de legitimação formal, mas sim de identificação:

AGR, pelo menos na terceira pessoa do singular, parece ser referencialmente pobre demais para identificar um sujeito nulo como um pronome nulo específico. Na verdade, esse sujeito nulo é como PRO: na ausência de um antecedente potencial, é interpretado como indeterminado. (*Cf.* Galves, 2001:110)

O problema da identificação parece estar intimamente relacionado ao traço de [pessoa] em Agr. Como PB perdeu essa capacidade de identificação, decorrente do traço [pessoa]

defectivo em Agr (*cf.* Galves 1993), o sujeito nulo que aparece no PB é de natureza distinta dos sujeitos nulos de línguas com concordância “rica”.

Para Galves 1993, o enfraquecimento do elemento de concordância em INFL está relacionado à perda da distinção entre as desinências de segunda e terceira pessoas. Essa perda de distinção entre segunda e terceira pessoa gera um sistema em que a pessoa passa a ser caracterizada como um traço sintático que comporta apenas dois valores: positivo e negativo.

Em PB, a terceira pessoa do singular corresponde à não pessoa, não apenas em relação ao discurso, nos termos de Benveniste, mas também em relação à própria especificação de pessoa. Trata-se de uma ausência total de especificação de pessoa.

O PB permite sujeito nulo quando ele é um expletivo nulo (167a); um quasi-argumento nulo (167b); ou um sujeito nulo arbitrário (168). Os casos de sujeito nulo em (168) no PE são interpretados como sendo sujeitos nulo referenciais, mas no PB a interpretação é arbitrária. Para Moreira da Silva (1983), o PB apresenta uma categoria vazia de referência livre, por isso há a interpretação indeterminada ou arbitrária. Além disso, segundo ele, os sujeitos expletivos e arbitrários podem ser nulos pois eles não precisam ser identificados. Um sujeito nulo referencial, por outro lado, precisa de uma identificação e para tanto, no PB há a necessidade de uso do pronome lexical, como se vê em (168c). Segundo Figueiredo Silva (1996), o PB não permite o sujeito nulo referencial, a não ser que seja de 1^a. pessoa singular (*cf.* 169a). O sujeito nulo de (169b) não recebe uma interpretação referencial definida, a não ser em contextos específicos.

(167) (*Cf.* Figueiredo Silva, 2000:130)

- a. *ec* Parece que o João passou por aqui.
 - b. *ec* Choveu a noite inteira.
- (168) (*Cf.* Figueiredo Silva, 2000:131)
- a. Onde *ec* compra cartão postal por aqui?
 - b. *ec* Não usa mais saia.
 - c. *Ela* não usa mais saia.
- (169) (Figueiredo Silva, 2000:134)
- a. *ec* encontrei a Maria ontem.
 - b. * *ec* encontrou a Maria ontem.

Para o caso de sujeito nulo referencial em sentenças matrizes, Modesto (2000) e Rodrigues (2002) propõem que esse seja um caso de apagamento de tópico, como sugerido por Huang (1984), que ocorreria tanto no caso de sujeito nulo de 1^a. pessoa singular, como em (169a), quanto para o de 3^a. pessoa singular. O exemplo (169b) pode ser resposta para pares pergunta/resposta e em contextos dêiticos, como se pode ver em (170):

- (170) (*Cf.* Figueiredo Silva, 2000:134)
- a. - Cadê o João?
- *ec* saiu mais cedo hoje.
 - b. (O João está trabalhando e está muito irritado. Maria e Pedro estão na sala.)
- O que aconteceu?
- Não sei, *ec* 'tá assim desde que *ec* chegou.

Um outro fato que ocorre no PB, observado por Figueiredo Silva (2000), é o de que no PB o licenciamento e a identificação do sujeito nulo referencial devem estar relacionados ao sistema CP da frase, pois, segundo ela, o sujeito nulo referencial do PB está associado a uma posição A'. Comparemos os exemplos em (171): podemos ter um sujeito nulo em uma sentença matriz mas não em uma interrogativa e isso não parece estar associado diretamente à morfologia verbal, uma vez que a pessoa é a mesma:

- (171) (Cf. Figueiredo Silva, 2000:127-128)
- a. *ec* comprei um carro ontem.
 - b. *o que (que) *ec* comprei ontem?

Figueiredo Silva propõe então que os sujeitos nulos referenciais envolvem o sistema CP, tanto em interrogativas quanto em construções focalizadas, e sua análise vai seguir nessa direção:

- (172) (Cf. Figueiredo Silva, 2000:129)
- O João vai trazer a salada?
 - Não, o VINHO *(ele) vai trazer

Não é claro, entretanto, que o sujeito nulo no PB está necessariamente associado ao sistema CP da frase, como argumenta Figueiredo Silva (2000). Sérgio Menuzzi (c.p.) argumenta que a (171b) é pragmaticamente estranha. Ele, então, sugere os exemplos a seguir em (173) em que ocorre sujeito nulo referencial em uma interrogativa:

- (173) a. Sabe o que *ec* fiz ontem?
b. Quando *ec* preciso voltar aqui?

Segundo Ferreira (2000) e Rodrigues (2002), o sujeito nulo das sentenças encaixadas possui caráter anafórico:

- (174) O João_I disse que *e_I* vem amanhã de manhã. (Rodrigues, 2002:ex. 5)

Rodrigues (2002) aponta como evidências para o comportamento anafórico do sujeito nulo das encaixadas o seguinte: (1) não podemos ter um sujeito nulo da encaixada sem um

antecedente na principal: o exemplo (175a) mostra que o sujeito da sentença encaixada não recebe interpretação referencial, ou seja, não tem referência livre, visto que seu antecedente é um expletivo nulo. (2) o sujeito nulo sofre efeitos de condição do elo mínimo (minimal link condition), ou seja, o sujeito nulo deve ser c-comandado por seu antecedente (175b) e o antecedente deve ser o elemento mais próximo do sujeito nulo: em (175c) o DP “João” intervém entre “Paulo” e o sujeito nulo. (3) o sujeito nulo não deve ter antecedente cindido, como em (175d)

(175) (Cf. Rodrigues, 2002)

- a. * *pro_{expl}* parece que *e* tinha telefonado.
- b. [o pai do Paulo₁]₂ disse que *e*_{*1/2} vai ser promovido.
- c. O Paulo₁ me contou que o João₂ disse que *e*_{*1/2} vai mudar para São Paulo.
- d. * João₁ disse que Maria₂ acha que *e*₁₊₂ vão viajar.

Moreira da Silva (1983) e Figueiredo Silva (2000) ainda lembram que o sujeito nulo numa sentença encaixada pode ser interpretado como correferencial ao sujeito de uma sentença imediatamente mais alta ou a um tópico (lexicalizado ou que pertence ao discurso precedente):

(176) (Cf. Figueiredo Silva, 2000:129)

- a. O João_{*i*} disse que *ec*_{*i*} comprou um carro novo.
- b. A Maria_{*i*} o João disse que *ec*_{*i*} comprou um carro novo.

Essas características mostram como o sujeito nulo no PB é diferente do sujeito nulo de outras línguas românicas. Em Italiano, por exemplo, o sujeito nulo tem referência livre. Veja-se a referência para os sujeitos nulos das encaixadas em (177) a seguir que pode ser tanto o elemento mais próximo quanto o mais distante:

(177) (Cf. Rodrigues, 2002)

- a. Gianni₁ ha detto a Paolo₂ che *e*_{1/??2} non aveva passato l'esame.
Gianni disse a Paolo que não tinha passado no exame.
- b. Gianni₁ mi ha raccontato che Paolo₂ ha detto che *e*_{1/2} aveva venduto la
Gianni me contou que Paolo tinha dito que tinha vendido o
macchina.
carro.

Nas outras línguas românicas de sujeito nulo, existe a possibilidade de inserção de um resumptivo nulo que salva a extração do sujeito das sentenças relativas. Entretanto, no PB isso não acontece, pois o pronome resumptivo deve ser pleno, o que evidencia que a categoria vazia não se comporta como um pronome nulo no PB:

(178) (Cf. Rodrigues, 2002)

- a. Ese es el tipo que₁ María conoce a la mujer con quien *pro*₁ se casó
Esse é o sujeito que Maria conhece a mulher com quem se casou
- b. Ecco la ragazza che₁ me domando chi crede che *pro*₁ possa VP
Essa é a moça que me pergunto quem pensa que possa VP
- c. Esse é o rapaz que ₁ a Maria conhece a garota₂ que₂ ele₁/^{*}*e*₁ beijou *t*₂.

Desse modo, Ferreira e Rodrigues propõem que o sujeito nulo das encaixadas no PB seja gerado via movimento. Se o sujeito nulo do PB é gerado via movimento, então pode-se esperar que ele não seja permitido como sujeito de orações relativas, ao contrário do que ocorre em Espanhol, em que há a inserção de um *pro* resumptivo nulo; compare-se (179a) e (179b):

(179) (Cf. Rodrigues, 2002)

- a. Juan₁ viu a la chica que el/*pro* bese anoche
Juan viu a moça que ele/*pro* beijou noite passada
- b. O João encontrou a carteira que ele/^{*}*e* perdeu.

Uma outra característica do sujeito nulo no PB é que ele não pode estar separado de seu antecedente por fronteiras de ilhas fortes como uma oração relativa (180a), mas pode ocorrer no interior de adjuntos finitos (180b), que também são uma ilha forte:

- (180) (Cf. Ferreira, 2000:102-103)
- a. ?? João disse que as meninas que encontrou na rua eram estrangeiras.
 - b. João comeu um pastel quando foi na feira.

Além disso, os sujeitos nulos no PB são possíveis em uma oração interrogativa encaixada somente se o sintagma-QU que ocupa a periferia esquerda desta oração for um adjunto:

- (181) (Cf. Ferreira, 2000:103)
- a. João não sabe quando leu esse livro.
 - b. ?? João não sabe que livro leu na semana passada.

Devido a essas diferenças entre o PB e as outras línguas românicas, no que tange ao sujeito nulo, pode-se prever que o sujeito nulo no PB não tenha comportamento de um pronome nulo. É fato, portanto, que a natureza do sujeito nulo de terceira pessoa é diferente no PE e em PB. Vejamos com os exemplos de Modesto (2000):

- (182) (Modesto, 2000:149)
- a. O Pedro₁ disse que *pro*_{1/*2} ganhou na loto. (PB)
 - b. O Pedro₁ disse que *pro*_{1/2} ganhou na loto. (PE)

Ocorre que no PE os sujeitos nulos são identificados pela concordância rica. Desse modo, o exemplo (182b) pode significar “Pedro disse que Paulo ganhou na loto”, se “Paulo” é saliente no contexto situacional. Isso ocorre, segundo Modesto, porque no PE os traços

gramaticais da categoria vazia, i.e., 3^a. pessoa singular, são dados pela flexão verbal e a categoria vazia pode receber qualquer referência que se encaixe nessa descrição (ou o sujeito mais alto, *Pedro*, ou alguém do contexto situacional com traço de 3^a. pessoa singular). Em PB, por outro lado, a flexão verbal é inerte e a categoria vazia não pode ter referência como no PE; ela necessariamente tem sua interpretação de um sujeito antecedente, o que torna agramaticais os sujeitos nulos de 3^a. pessoa em sentenças matrizes, como vimos em (169b).

Modesto (2000) conclui então que uma vez que o sujeito nulo do PB é de natureza distinta do do PE, se espera que o pronome lexical do PB apresente comportamento igual ao do sujeito nulo *pro* do PE. Vejamos os exemplos em (183), (184) e (185):

pro no PB precisa ser c-comandado por um DP correferente (183a), mas o pronome lexical no PB (183b), ou *pro* no PE (183c) não precisam:

(183) (Cf. Modesto, 2000:151)

- a. [O amigo do Pedro₂]₁ disse que *pro*_{1/*2/*3} ganhou na loto. (PB)
- b. [O amigo do Pedro₂]₁ disse que ele_{1/2/3} ganhou na loto. (PB)
- c. [O amigo do Pedro₂]₁ disse que *pro*_{1/2/3} ganhou na loto. (PE)

pro no PB toma como antecedente um sujeito mais alto mais próximo, como em (184a) e não toma como antecedente um objeto mais alto, como em (185a). Já o pronome lexical no PB se comporta como *pro* no PE: eles podem ter como antecedente tanto um sujeito mais alto, não necessariamente mais próximo, como em (184b) e (184c), quanto um objeto, como em (185b) e (185c):

(184) (Cf. Modesto, 2000:152)

- a. O Paulo₁ disse que o Pedro₂ acredita que *pro*_{*1/2/*3} ganhou. (PB)

- b. O Paulo₁ disse que o Pedro₂ acredita que ele_{1/2/3} ganhou. (PB)
- c. O Paulo₁ disse que o Pedro₂ acredita que *pro*_{1/2/3} ganhou. (PE)

(185) (Cf. Modesto, 2000:152)

- a. O Paulo₁ convenceu o Pedro₂ que *pro*_{1/*2/*3} tinha que ir embora. (PB)
- b. O Paulo₁ convenceu o Pedro₂ que ele_{1/2/3} tinha que ir embora. (PB)
- c. O Paulo₁ convenceu o Pedro₂ que *pro*_{1/2/3} tinha que ir embora. (PE)

Se por um lado o sujeito nulo no PB está restrito a determinados contextos, por outro ele se torna obrigatório quando o antecedente é um quantificador, como se vê em (186):

- (186) a. O Pedro₁ disse que *pro*₁ / ele₁ ganhou na loto. (Modesto, 2000:149)
 b. Ninguém₁ disse que *pro*₁ / ele_{*1} ganhou na loto. (Modesto, 2000:149)

O sujeito pleno pronominal da encaixada pode ter como antecedente na sentença um DP-referencial, como em (186a), porém não pode ter como antecedente um DP-quantificado, como em (186b). Isso pode indicar que apesar de haver uma forte tendência ao preenchimento do sujeito, não se pode ainda afirmar que PB tenha se tornado uma língua de sujeitos plenos.

Feita essa breve descrição de como se comporta o sujeito nulo referencial no PB, podemos ver a análise que cada autor consultado apresenta para o fenômeno.

Para Moreira da Silva (1983), o sujeito nulo é um *pro* referencial que satisfaz o critério temático e tem seu valor determinado ou controlado pelo antecedente. Esse controle pode ser de duas formas: controle anafórico ou controle variável. Para o sujeito controlado anaforicamente, trata-se da atribuição do traço de pessoa a um *pro* de 3^a. pessoa singular que AGR não pode recuperar completamente proveniente de um antecedente numa posição-A. Quando o antecedente se encontra numa posição não-A (ou seja, numa posição de COMP ou

TOP, uma estrutura coordenada ou ainda um antecedente no mundo do discurso), trata-se de controle variável.

Para Modesto (2000) o sujeito nulo referencial nas sentenças matrizes é na verdade um apagamento de tópico. O sujeito nulo das sentenças encaixadas é *pro* que no PB é interpretado como uma variável ligada. Para *pro* ser uma variável ligada no PB, Modesto propõe que o sujeito no PB ocupe sempre uma posição A-barra, mesmo numa sentença matriz. Assim, o sujeito nulo da encaixada vai ter sempre seu antecedente numa posição A-barra.

Para Figueiredo Silva (2000), o sujeito nulo no PB tem diferentes explicações: pode ser uma constante nula restrita à 1^a. pessoa singular; um *pro* ligado A' na 3^a. pessoa singular; um sujeito nulo variável (que é uma relação entre um tópico e o sujeito nulo); e um sujeito nulo anafórico. Assim, para Figueiredo Silva há a necessidade de muitas projeções funcionais dentro da sentença para dar conta das posições do sujeito nulo: AgrC em CP e AgrPerson e AgrNumber em IP.

Ferreira (2000), baseado na Teoria de Movimento por cópias e a de movimento lateral (Nunes 1995b, 2000) abraça a análise de Hornstein (1999, 2001) e a estende para o PB no caso do sujeito nulo de referência definida: ele assume que essa posição também seja gerada por movimento por cópia sofrendo, desse modo, restrições de movimento.

Para o sujeito nulo de 1^a. pessoa singular e 3^a. pessoa singular nas sentenças matrizes, Rodrigues (2002) propõe que ele seja apagamento de tópico, tal qual Huang e Modesto. Para o sujeito nulo referencial das encaixadas, Rodrigues propõe que seja derivado via movimento e apresenta as propriedades de controle obrigatório:

My claim is that, due to the loss of verbal agreement morphology, BP lost its ability of licensing Referential Null Subjects. Thus, the referential empty subjects that show up in certain finite tense configurations are residues of movement rather than null pronouns. This conclusion is supported by the fact that the gap in the subject position of finite clauses patterns like a trace in (a) requiring an antecedent, which must be the closest c-commanding DP, (b) being disallowed inside relative clauses, and (c) exhibiting all the properties of obligatory control¹. (Cf. Rodrigues 2002)

Desse modo, uma consequência direta do preenchimento do sujeito no PB é que o sujeito nulo sofrerá mais restrições no PB do que no PE, como vimos com os dados até aqui. Segundo Duarte (1993, 1995, 2000), a preferência pelo pronome pleno no PB se deve principalmente a uma mudança na morfologia flexional verbal e inserção de novas formas pronominais de primeira e segunda pessoa com morfologia de terceira, como *a gente* e *você*. Em sua análise, Duarte apresenta exemplos em que há o preenchimento do sujeito de referência definida mesmo quando seu antecedente é um elemento com traços [-animado], como vemos em (187):

(187) (Cf. Duarte, 2000:22)

- a. **A casa** virou filme quando **ela** teve de ir abaixo.
- b. **Nova Trento** é do tamanho da rua São Clemente de Botafogo. **Ela** é desse tamanho. **Ela** não tem paralelas.

Junto com o aumento do preenchimento dos sujeito de referência definida, ocorre também no PB o aumento do preenchimento dos sujeitos de referência arbitrária ou indeterminada, com todas as formas pronominais, como mostraram Kato e Tarallo (1986) com entrevistas

¹Meu argumento é o de que, devido à perda de morfologia verbal de concordância, o PB perdeu sua capacidade de licenciar Sujeitos Nulos Referenciais. Assim, os sujeitos vazios referenciais que aparecem em certas configurações de tempo finito são resíduos de movimento ao invés de pronomes nulos. Esta conclusão é sustentada pelo fato de que o elemento vazio na posição de sujeito de sentenças finitas se comporta como um vestígio em (a) requerer um antecedente, que deve ser o DP c-comandante mais próximo, (b) não ser permitido dentro de orações relativas, e (c) exibir todas as propriedades de controle obrigatório. [minha tradução]

com informantes paulistanos. Além disso, Duarte (1995) mostra que no PB há preferência pelas formas *você* e *a gente* em detrimento da terceira pessoa do plural e do uso do *se* para indeterminação do sujeito:

(188) (Cf. Kato e Tarallo 1986:347)

- a. Depois que *você* termina o comércio, *você* vai na área residencial. (Kato e Tarallo 1986:347)
- b. Em primeiro lugar *nós* temos identificado claramente uma nova consciência crítica da classe média. (Kato e Tarallo 1986:347)
- c. E se *a gente* falar que não tem? (Kato e Tarallo 1986:347)
- d. E se *eu* pego aquela rua ali, então *eu* chego mais rápido. (Kato e Tarallo 1986:347)

(189) (Cf. Duarte, 2000:23)

- a. **Você** quando **você** viaja, **você** passa a ser turista. Então **você** passa a fazer coisas que **você** nunca faria no Brasil.
- b. Quando **eles** querem **eles** fazem. Quando **eles** querem **eles** acham dinheiro.
- c. Hoje em dia, quando **a gente** levanta as coisas, é que **a gente** vê tudo o que aconteceu. Mas na época **a gente** não podia acreditar. **A gente** não acreditava nisso, primeiro porque **a gente** era novo.

Essa tendência ao preenchimento do sujeito de referência arbitrária não se restringe, entretanto, somente aos dados de fala do PB. Cavalcante (1999) analisando as formas de indeterminação do sujeito na escrita, observa uma implementação de formas pronominais como *a gente* e *você* , típicas da fala, em textos de jornais do século 20:

(190) (Cf. Cavalcante, 1999:69)

- a. **Você** não fala de igual para igual com um político europeu se não souber encher um sobretudo. (001,C,V)
- b. **A gente** sempre encontra velhas e novas assombrações que assustam nosso cotidiano. (027,C,V)
- c. Quando **você** pensa que já pode escolher, com certeza, o seu favorito, **eles** lançam, só para confundi-lo, uma tolice nova. (284-5,C,V)
- d. Este governo tem se esforçado para nos convencer de que o Brasil que **a gente** vê não é o Brasil de verdade, é outro país. (308,C,V)

A explicação que achamos sobre sujeito nulo arbitrário no PB é dada pelo enfraquecimento da concordância no PB: a perda do traço [pessoa] em Agr vai fazer com que o sujeito nulo de 3^a. pessoa não possa ter seu conteúdo referencial identificado, que recebe uma interpretação arbitrária, na ausência de um antecedente. Galves (1994) (publicado também em Galves (2001)) ainda acrescenta que somente no PB, o sujeito nulo de uma sentença finita pode ser interpretado como tendo referência indeterminada, ao contrário do que ocorre nas outras línguas românicas em que o *se* é obrigatório para uma interpretação indeterminada, como no PE:

- (191) (Cf. Galves, 2001:110)
- a. Aqui e_i conserta sapatos.
 - b. Aqui conserta(m)-se sapatos.

Desse modo, vimos que o sujeito nulo arbitrário de 3^a. pessoa singular com referência arbitrária é possível pois não precisa de identificação, apenas de licenciamento formal. A falta do traço [pessoa] não vai afetar a identificação de um sujeito arbitrário. Ocorre, entretanto, que essa interpretação arbitrária está restrita a predicados genéricos ou habituais, e não a predicados episódicos. Os autores consultados, entretanto, não mencionam essa restrição sobre a interpretação genérica ou arbitrária dos sujeitos nulos de 3^a. pessoa singular. Comparemos os exemplos em (192) a seguir:

- (192)
- a. Hoje em dia, e pode pagar qualquer conta sem sair de casa.
 - b. Antigamente, e não podia pagar as contas sem ter que ir ao banco.
 - c. ? Ontem, e pagou as contas no banco.

Vemos que uma sentença genérica como (192a) ou uma sentença habitual como (192b) permite leitura arbitrária para o sujeito nulo de 3^a. pessoa singular; ao passo que uma sentença episódica como (192c) não permite. Isso nos leva a crer que além da falta do traço [pessoa] em Agr, existem outros fatores que contribuem para a interpretação arbitrária do sujeito nulo de 3^a. pessoa singular. Com base nessa restrição, analiso em Cavalcante (2005) que além do enfraquecimento de Agr, existe um Operador Genérico, ligado à categoria vazia na posição de sujeito, que domina Tempo para garantir a interpretação arbitrária do sujeito nulo no PB .

3.2 Estatuto do Sujeito de Infinitivo no PE e no PB

Nesta seção, primeiramente, apresento um resumo de alguns trabalhos sobre o infinitivo em português, em seguida apresento uma discussão sobre o estatuto do sujeito de infinitivo no PE e no PB, principalmente no que tange à referência do sujeito nulo de infinitivo².

Quando discutimos sobre infinitivo em Português, uma das primeiras coisas que se destacam é a diferença entre infinitivo flexionado e não flexionado, infinitivo pessoal e não pessoal e infinitivo controlado e não controlado.

O termo “infinitivo flexionado” dá margem à ambigüidades na literatura sobre o tema. Por um lado, infinitivo flexionado é aquele que apresenta marcas de flexão; e as marcas de flexão de pessoa e número aparecem na primeira e terceira pessoas do plural e, no caso do PE, também na segunda pessoa do singular e do plural. Vejamos os paradigmas a seguir com a Tabela 3.2:

	PE		PB	
	Singular	Plural	Singular	Plural
1	eu comer + \emptyset	nós comer + mos	eu comer + \emptyset	nós comer + mos
2	tu comer + es	vós comer + des	you comer + \emptyset	you comer + em
3	ele comer + \emptyset	eles comer + em	ele comer + \emptyset	eles comer + em

Tabela 3.2: Paradigmas do Infinitivo Flexionado no PE e PB

Se formos levar em consideração as marcas morfológicas, PE apresenta mais flexão do

²Não é minha intenção aqui apresentar uma extensa revisão sobre o infinitivo em português, mas somente os pontos que se fazem necessários para compreender o licenciamento da posição sujeito de infinitivo. Para tanto, veja-se Perini (1977), em que o autor apresenta proposta de análise para vários tipos de orações infinitivas, controladas e não controladas, em Português.

que PB, visto que no PB houve perda da segunda pessoa morfológica, tal qual aconteceu nas sentenças finitas.

Por outro lado, como define Raposo (1987), o fenômeno do “Infinitivo Flexionado” está relacionado a AGR, independentemente da manifestação morfológica dos morfemas de concordância. Raposo propõe que o Infinitivo Flexionado no PE é dependente de dois parâmetros distintos: um morfológico (o Infl parameter) e um sintático (Parâmetro do Sujeito Nulo). A expansão padrão de Infl é dada em (193):

(193) $\text{Infl} \rightarrow [[\pm\text{Tense}], (\text{Agr})]$

O Infl finito é especificado [+Tense] e um Infl infinitivo, [-Tense] (independentemente da especificação de Agr). Estruturalmente, o Infinitivo Flexionado no PE segue da possibilidade de haver um Infl infinitivo especificado com traços de Agr abertos, ou seja, da possibilidade de realizar a opção $[-\text{Tense}], \text{Agr}$. Assim, em muitas línguas a escolha de $[\pm\text{Tense}]$ é livre, dada a escolha positiva de Agr, enquanto (presumivelmente) na maioria das línguas, uma vez que Agr é positivamente especificado, esta escolha não é livre (sendo obrigatoriamente [+Tense]). Essas realizações potenciais são chamadas *Infl Parameter*. PE é marcado positivamente para o *Infl Parameter*.

Agr carrega propriedades nominais como número, pessoa, e gênero (em algumas línguas) (os traços- ϕ). Nas línguas de sujeito nulo Agr também pode ser especificado para Caso. Um Infl só com Agr ([-Tense]) é considerado a realização pronominal da categoria N:

(194) Na ausência de [+Tense], Infl (ou Agr em Infl) é capaz de atribuir Caso Nominativo a um sujeito lexical somente se ele próprio for especificado para Caso.

Em línguas de sujeito nulo o Agr verbal é um conjunto de especificações para número, pessoa e opcionalmente Caso. Em línguas de sujeito não nulo, Agr não é especificado para Caso. Daí segue-se que uma língua com Infinitivo Flexionado que tem sujeito lexical nominativo só pode ser uma língua de sujeito nulo.

Raposo associa o fenômeno do Infinitivo Flexionado a dois parâmetros: Parâmetro Infl e o PSN. Desse modo, só quando uma combinação específica de escolhas é feita com respeito a esses dois parâmetros é que uma língua vai ter flexão infinitiva com Agr capaz de ter sujeitos lexicais no Caso nominativo, como no PE. Isso leva a se concluir que línguas de sujeito não nulo não possuem Infinitivo Flexionado.

Vemos, portanto, que “infinitivo flexionado” pode estar associado tanto à presença de marcas de flexão, quanto à presença de AGR capaz de atribuir Caso nominativo ao sujeito de infinitivo. Desse modo, para não haver interpretações errôneas, neste trabalho optei por grafar como “infinitivo flexionado” o primeiro caso e, como “Infinitivo Flexionado” ao segundo caso.

Também no caso do infinitivo flexionado, questiona-se a relação entre a riqueza de AGR e a manifestação do morfema de concordância. Como no infinitivo flexionado há morfema \emptyset de flexão, como na primeira e na terceira pessoas do singular do PE, e nas primeira, segunda e terceira pessoas do PB, pode haver sincretismo de formas entre infinitivo flexionado e não flexionado. Muitos casos, portanto, mesmo sem a manifestação do morfema de flexão, poderão ser analisados como Infinitivo Flexionado. Além da presença da flexão, o infinitivo flexionado possui outras características, relacionadas à questão do controle, da referência do

sujeito, do tipo de complementação infinitiva.

Um outro ponto a ser discutido recai no infinitivo pessoal e não pessoal. Para Luz (1994), infinitivo pessoal é aquele que permite / licencia um sujeito lexical. Desse modo, podemos ter infinitivo pessoal flexionado, como se vê em (195a) e infinitivo pessoal não flexionado, como em (195b):

- (195) a. Maria saiu sem os meninos saberem.
b. Maria saiu sem os meninos saber.

Línguas de sujeito não nulo, como o Inglês, também possuem infinitivo pessoal, como em (196) a seguir. Nesse caso, o sujeito de infinitivo vai ser licenciado pela preposição, ao contrário do que ocorre nas línguas que possuem Infinitivo Flexionado:

- (196) For John to come early would be good.

Finalmente, a noção de controle e de infinitivo controlado pode ser empregada de duas maneiras. Nos termos de Chomsky (1981), temos controle obrigatório e não obrigatório. O sujeito de infinitivo controlado deve ser correferente com o sujeito da matriz. Além disso, segundo Chomsky (1981), é uma categoria vazia [+anafórica] e [+pronominal], não regida, que recebe Caso Nulo: o PRO (197a). Nessa posição não cabe infinitivo pessoal (197b) ou flexionado (197c):

- (197) a. João tentou PRO beijar Maria.
b. * João tentou Pedro beijar Maria.
c. * João tentou beijarmos Maria.

O infinitivo flexionado poderá aparecer em contextos de controle não obrigatório. Vejamos os exemplos (198a) e (198b): essas duas sentenças apresentam o infinitivo de controle não obrigatório, pois o sujeito de infinitivo pode ser tanto correferente ao sujeito da matriz, como em (198a), quanto não correferente, como em (198b).

- (198) a. $Maria_i$ saiu sem e_i trancar a porta.
b. Maria saiu sem os filhos saberem.

Nos avanços da teoria gerativa, com o Programa Minimalista, novas propostas apareceram para dar conta do controle obrigatório. Hornstein (1999) propõe que o sujeito nulo do infinitivo controlado seja gerado via movimento e é, portanto, uma cópia (ou vestígio) de um elemento movido. Assim, as estruturas de alçamento (199a) e de controle (199b) seriam geradas da mesma forma:

- (199) a. $John_i$ seems t_i to like Mary.
b. $John_i$ tried t_i to kiss Mary.

O movimento deve ser motivado para checar algum traço. Para dar conta desse movimento de uma posição temática para outra, Hornstein propõe que papel temático seja traço a ser checado. Desse modo, no caso das estruturas de controle, como o infinitivo não pode checar traços de Caso, o elemento se move de uma posição sem Caso mas com papel temático para outra posição de Caso e de papel temático para checar ambos os traços. No caso das estruturas de alçamento, o elemento sai de uma posição sem Caso e com papel temático para checar apenas traços de Caso em uma posição sem papel temático.

No que tange à inserção de *se* com infinitivo, somente estruturas de infinitivo não controlado permitem a inserção de *se*. Vejamos os exemplos em (200) a seguir:

- (200)
- a. João quer resolver a questão.
 - b. * João quer resolver-se a questão.
 - c. Seria melhor resolver-se a questão.
 - d. Seria melhor o João resolver a questão.
 - e. Seria melhor resolvermos a questão.

Comparando (200a) com (200b), vemos que não é permitida a inserção de *se* junto ao infinitivo da oração encaixada, visto se tratar de um infinitivo controlado. Já em (200c), podemos ter inserção de *se*, visto ser um caso de sujeito nulo de infinitivo que recebe Nominativo. De fato, podemos ter inclusive um sujeito referencial para o verbo no infinitivo, como vemos em (200d). O exemplo (200e) ainda demonstra ser este um contexto de infinitivo flexionado. Figueiredo Silva (1996) ainda lembra que as construções de controle não permitem preposição:

- (201) (Cf. Figueiredo Silva, 1996:161)
- a. Eu prefiro (*de) os filmes do Almodóvar.
 - b. Eu prefiro (*de) ver os filmes do Almodóvar.

Epistêmicos aceitam a inserção de **de** na frente da infinitiva:

- (202) (Cf. Figueiredo Silva, 1996:161)
- a. Ele supôs (*de) isso
 - b. ? Ele supôs (de) fazer a coisa certa
 - c. Eles rezaram pra isso
 - d. Eles rezaram pra ganhar na loto
 - e. Ele encanou com isso

- f. Ele encanou de (?*com) vender o carro

Isso ocorre, segundo Figueiredo Silva (1996), pois

nenhum verbo tem a capacidade de sozinho atribuir Caso ao seu complemento infinitivo, o que explica imediatamente por que certos verbos do Italiano, mesmo dispondo de Caso Acusativo para o sintagma nominal, escolhem de qualquer modo uma preposição fonologicamente realizada para introduzir seus complementos infinitivos.

Veja-se no caso da impossibilidade de inserção de preposição, há controle obrigatório. Por exemplo, em todos os casos apresentados por Figueiredo Silva, em que há necessidade da preposição, ou sua opcionalidade, o sujeito da infinitiva não precisa necessariamente ser correferente com o sujeito da matriz, ao passo que no exemplo (203a), o sujeito da infinitiva deve ser correferente com o da matriz:

- (203) a. *Eu prefiro do João ver os filmes do Almodóvar.
b. (?) Ele supôs do João fazer a coisa certa.
c. Eles rezaram pra João ganhar na loto.
d. Ele encanou de (?*com) o João vender o carro.

Interessante notar também que são os contextos de (203b) a (203d) que permitem uma infinitiva com infinitivo pessoal, flexionado e também a inserção de *se*, ao passo que (204a) não permite isso:

- (204) a. *Eu prefiro de se ver os filmes do Almodóvar.
b. (?) Ele supôs de se fazer a coisa certa.
c. Eles rezaram pra se ganhar na loto.
d. Ele encanou de (?*com) se vender o carro.

Figueiredo Silva vai assumir um complementador preposicional nulo mesmo nos contextos onde não há preposição. Um outro ponto que Figueiredo Silva levanta com relação à análise de Raposo é o da associação entre infinitivo flexionado e parâmetro do sujeito nulo.

Concordando com Raposo, o PB, por possuir infinitivo flexionado, seria uma língua de sujeitos nulos. Assumindo que PB não seja uma língua de sujeitos nulos, podemos concluir que o fenômeno do infinitivo flexionado não está necessariamente ligado ao parâmetro do sujeito nulo. De fato, segundo Figueiredo Silva (1996),

no PB os sujeitos nulos com interpretação definida são excluídos nas frases infinitivas, o que quer dizer que o vínculo estabelecido por Raposo entre a possibilidade do infinitivo flexionado e o caráter *pro-drop* da língua em questão é forte demais. (*Cf.* Figueiredo Silva, 1996:175)

Moreira da Silva (1983) apresenta ainda uma outra noção de controle. Para ele, um sujeito controlado pode ser controlado semanticamente, ou melhor, referencialmente. Voltemos ao exemplo (198a), repetido aqui como (205) em que o sujeito da sentença encaixada está coindexado ao sujeito da sentença matriz. Segundo Moreira da Silva, o sujeito da encaixada é controlado pelo da matriz (e isso se aplica também a sujeitos nulo de orações encaixadas finitas, como vemos na seção 3.1). Trata-se, portanto, de controle não obrigatório:

(205) Maria_i saiu sem e_i trancar a porta.

É com base nessas definições que procuro revisar as abordagens para o estatuto do sujeito de infinitivo no PE e PB.

3.2.1 O descontrolado sujeito de infinitivo no PB

Nesta seção, discutiremos sobre a legitimação e interpretação do sujeito das sentença infinitivas, principalmente no que tange à referência do sujeito nulo de infinitivo. Tanto o licenciamento como a interpretação dos sujeitos infinitivos no PE e PB estão intimamente relacionados a Agr. Assumimos aqui, seguindo Moreira da Silva (1983), Galves (2001), Luz (1994), que Agr não finito no PB é defectivo no traço pessoa, tal qual Agr das sentenças finitas. Isso, como se verá, será crucial na interpretação do sujeito nulo de infinitivo no PB.

Vejamus primeiramente as análises para licenciamento do sujeito de infinitivo no PB. Para Luz (1994), o licenciamento de sujeito de infinitivo no PB está relacionado a Agr, Tempo e Preposição. Agr realiza-se lexicalmente sob forma de morfema e pode atribuir Caso ao sujeito. Tempo está na estrutura sob forma de um operador temporal associado a Comp e a Preposição pode atribuir Caso. Para ele, seguindo Moreira da Silva (1983), as orações de infinitivo no PB são auto-suficientes, na medida em que o sujeito de infinitivo pode receber Caso no interior da sentença infinitiva, ao contrário do que ocorre em Francês ou em Inglês em que há a necessidade de uma preposição (complementador preposicional) para atribuição de Caso:

- (206) (*Cf.* Moreira da Silva, 1983:309)
- a. Alguma coisa lhe acontecer seria uma pena.
 - b. For something to happen to him would be a pity.
 - c. * (De) quelque chose lui arriver serait dommage.

Apesar disso, entretanto, há casos de sentenças infinitivas regidas por Preposição que atribui Caso ao sujeito da infinitiva:

- (207) (Cf. Moreira da Silva, 1983:295-6)
- a. Estávamos falando sobre ele ter ido à China.
 - b. Maria reclamou do João ter sido muito rigoroso.
 - c. Maria pensa nos meninos terem corrido.
 - d. João voltou sem ela o receber.

Para Luz (1994), Agr não finito é capaz de licenciar o sujeito de infinitivo se for marcado com Tempo. Assim, nas sentenças finitas, Agr é licenciado por TP, nas sentenças infinitivas, Agr é marcado pelo Tempo em Comp.

Relacionando o licenciamento do sujeito e o PSN no PB, Luz afirma que o caráter *pro-drop* do PB torna-se menos evidente uma vez que há preenchimento da posição de sujeito pronominal, também nos casos de infinitivo flexionado, quando, para ele, não haveria necessidade de preenchimento do sujeito haja vista a flexão verbal que recupera a referência do sujeito. Compare-se (208a) com (208b):

- (208) (Cf. Luz, 1994:93)
- a. é difícil nós estabelecermos uma distinção entre museus.
 - b. é difícil *e* estabelecermos uma distinção entre museus.

Luz ainda afirma que

Ao que parece, o infinitivo do PB está refletindo o quadro geral do sistema verbal da língua com perda do parâmetro *Pro-drop*. Há uma substituição da categoria vazia por sua realização lexical, e o licenciamento da mesma por AGR “Fraco”.

A meu ver, entretanto, Luz confunde AGR com realização morfológica de marca de concordância. Vejamos o que ele afirma:

Um resultado no sentido do exposto acima surge com relação à atribuição de Caso em estruturas com sujeito fonológico no PB. De acordo com os resultados, as ocorrências de materialização de morfemas de flexão foram, em sua maioria, acompanhadas de realização de sujeito de infinitivo (209) [ex. 10 no original]. AGR nesse caso estaria licenciando o sujeito lexical, atribuindo-lhe o devido Caso nominativo.

- (209) a. é difícil nós estabelecermos uma distinção entre os museus (PB160)
b. eu fiquei com vontade tremenda de mandar meus filhos estudarem em Londres (PB160)
c. apesar de também os filmes passarem tanto na televisão (PB281)

A realização do sujeito em a, b e c, de acordo com a colocação acima, parece sugerir que AGR está presente como o licenciador dessa categoria na oração. Por outro lado, é indício de que o preenchimento da categoria está se fazendo por uma tendência para esse preenchimento, por alguma estratégia que favorece essa realização. Se a Concordância é que licencia o sujeito (e por isso sua realização), em contra partida sua não realização como categoria vazia ou pronome nulo indica que essa possibilidade foi preterida quando poderia ter sido ativada. É um indício de que há recursos que favorecem a realização do sujeito, o que, principalmente, desencadeia a perda do parâmetro *Pro-drop*. Ao que parece, a perda desse parâmetro está associada à propriedade de licenciamento do sujeito nulo pela Concordância.

A respeito há de se observar que em certos dialetos do PB, vê-se claramente que **AGR “Fraco”** licencia um sujeito, mesmo sem morfema materializado. É o caso das estruturas (210a) e (210b) em que não há nenhuma marca de Concordância, mas há infinitivo pessoal:

- (210) a. Manuel deixou as cartas pr’eles entregar no correio
b. é difícil nós dar essa informação
c. Eu quis mandar as meninas sair cedo, mas não deu

Com relação ao enfraquecimento da concordância no PB, Galves (1993) afirma que uma concordância fraca é aquela “que não contém pessoa, ou contém pessoa como um traço puramente sintático”. Como já foi dito na seção 3.1, esse enfraquecimento da concordância se manifesta como a possibilidade de a 3^a. pessoa singular ter interpretação indeterminada:

- (211) (*Cf.* Luz, 1994:86)
a. Vive bem aqui.
b. Precisa de vendedores.
c. Aceita entulhos.

O fato de AGR fraco ser aquele que perdeu o traço de pessoa, ou ter o traço [pessoa] como traço puramente sintático, não está necessariamente relacionado à presença de morfologia. Por exemplo, nas sentenças finitas, a morfologia de 3^a. pessoa singular no PB e no PE é a mesma, no entanto, no PE, por AGR conter o traço [pessoa], existe a possibilidade de haver sujeito nulo de 3^a. pessoa referencial, mas no PB não existe essa possibilidade. O mesmo deveria se esperar para as sentenças de infinitivo. A perda de morfologia para os casos de plural não deveria indicar que há um AGR nulo, mas sim que há AGR mas não há concordância entre sujeito e verbo.

A discussão que se levanta da análise de Luz é sobre a categoria funcional AGR e a marca de concordância no verbo. AGR deverá ser entendido como uma categoria funcional com determinadas propriedades, tais como traços ϕ (de pessoa, número e gênero) e capacidade de atribuir Caso. A manifestação dos traços de Agr no verbo, i.e., a morfologia visível não pode ser indício de licenciamento do sujeito.

De fato, se Agr está tão diretamente relacionada assim com manifestação morfológica da concordância, como explicaríamos o licenciamento do sujeito nos dialetos do PB em que não há concordância morfológica entre sujeito e verbo, como em “os meninos saiu”? A meu ver, a capacidade de licenciamento do sujeito no PB permanece, mesmo com o enfraquecimento de AGR. A mudança que ocorre é na capacidade de interpretação do sujeito, tanto de sentenças finitas, quanto infinitivas.

Ao compararmos a análise de Vitral (1987) com a de Luz (1994), veremos que eles chegam à mesma conclusão acerca da capacidade de Agr não finito no PB atribuir Nominativo ao seu

sujeito, mas de duas formas distintas. Para Vitral, é a presença do sujeito lexical que deflagra a concordância. Como vimos, Luz associa a manifestação do morfema de concordância à atribuição de Nominativo. Vejamos como é a análise de Vitral (1987) para voltarmos a essa questão.

Vitral (1987) analisa as completivas não finitas (as tradicionalmente classificadas como “orações subordinadas objetivas reduzidas de infinitivo”) buscando as “condições a que a gramática do português obedece quando ora permite ora não permite um sujeito lexical junto à forma infinitiva – o que, em última instância, incita ou não o flexionamento” (Cf. Vitral, 1987:1). Desse modo, o aparecimento das marcas de flexão no infinitivo não está diretamente ligado à sua propriedade de atribuir Nominativo ao seu sujeito.

Ele divide as completivas de infinitivo em quatro grupos, dependendo do tipo de complemento oracional que o verbo matriz admite. Vemos que nos quatro grupos há possibilidade de complementação infinitiva, mas há diferença com relação à complementação finita: (1) Verbos que selecionam um complemento oracional no subjuntivo (V.SUB) - como se vê em (212); (2) verbos que selecionam complementos no indicativo (V.IND) - como se vê em (213); (3) verbos que selecionam complementos tanto no subjuntivo quanto no indicativo, são os verbos mistos (V.MIS) - ilustrados com os exemplos em (214) e (4) verbos que só selecionam complementos infinitivos (V.INF) - como vemos em (215).

(212) (Cf. Vitral, 1987:94-97)

- a. João adora que Maria vá à festa.
- b. * João adora que Maria vai à festa.
- c. João adorou que Maria fosse à festa.
- d. João adorou que Maria vá à festa.

- (213) a. João afirma que Maria vai à festa.
 b. * João afirma que Maria vá à festa.
 c. João afirmou que Maria vai à festa.
 d. João afirma que Maria foi à festa.
- (214) a. João acredita que Maria vá à festa.
 b. João acredita que Maria vai à festa.
 c. João acreditou que Maria fosse à festa.
 d. * João acreditou que Maria vá à festa.
 e. João acreditou que Maria vai à festa.
 f. João acreditou que Maria foi à festa.
- (215) a. João pode ir à festa.
 b. * João pode que Maria vá à festa.
 c. * João pode que Maria vai à festa.

Comparando os exemplos de complementação de V.SUB com os de V.IND, vemos que existe uma dependência temporal nas subordinadas de subjuntivo, o que não ocorre nas de indicativo: “o tempo da subordinada de subjuntivo é sempre o mesmo tempo da oração principal” (*Cf.* Vitral, 1987:96). Compare-se (212) com (213).

Desse modo, Vitral propõe que os verbos do tipo V.SUB selecionam uma completiva com tempo não especificado - o tempo do complemento será determinado pelo tempo da principal. Nesse caso, estabelece-se uma relação anáfora-antecedente entre o tempo da subordinada e o da principal. Com relação às completivas de verbos V.IND, Vitral propõe que elas sejam subcategorizadas com um complemento especificado quanto ao traço [+tempo], e o tempo da oração subordinada será sempre independente do tempo da matriz. As completivas de V.MIS podem vir ou não com especificação de tempo, dependendo se for complementação de subjuntivo ou de indicativo. Os V.INF selecionam um complemento marcado com [-tempo]. Vejamos o quadro abaixo, de Vitral:

- (216) (*Cf.* Vitral, 1987:98)
- a. V.SUB — COMP ([+tempo α])
 - b. V.IND — COMP ([+tempo])
 - c. V.MIS — COMP [+tempo α] / [+tempo]
 - d. V.INF — COMP ([-tempo])

Vitral relaciona essa caracterização verbal à possibilidade de a completiva apresentar-se com sujeito lexical: as completivas infinitivas de V.SUB permitem sujeito lexical. No caso dos complementos infinitivos de V.IND, só pode haver sujeito lexical na presença de um auxiliar temporal. Para as completivas infinitivas de V.MIS, quando há complementação no subjuntivo, pode haver sujeito lexical, quando no indicativo, não. Isso faz com que haja oscilação de julgamentos com relação às sentenças infinitivas com ou sem sujeito lexical. As completivas infinitivas de V.INF não permitem sujeito lexical. Vejamos os exemplos de Vitral:

- (217) (*Cf.* Vitral, 1987:98-99)
- a. Pedro adorou a Ana conseguir aquele emprego na CEMIG.
 - b. O político propôs eles entregarem todos os cargos.
- (218)
- a. *Pedro esqueceu a Maria comer tanto doce.
 - b. *José disse o seu pai visitar aqueles parentes distantes.
 - c. João diz a Maria estar fazendo isso só por obrigação.
 - d. João afirmou a Maria ter-se comprometido com a causa.
- (219)
- a. João acreditou Maria sair cedo.
 - b. João pensou Maria fugir com o vizinho.
 - c. Pedro avisou João caminhar cedo todas as manhãs.

Relacionando essa análise às completivas infinitivas com a presença de *se*, podemos notar que a presença de Tempo também é importante para o licenciamento de *se*. Vejamos o

raciocínio: no caso das completivas de V.SUB, o sujeito nulo da encaixada tem o mesmo referente do da matriz:

- (220) a. Pedro adorou resolver o problema.
b. Pedro adorou resolver-se o problema.
c. O político propôs entregar os cargos.
d. O político propôs entregar-se os cargos.

Quando o infinitivo é flexionado, podemos ter sujeito com referente diferente do da matriz:

- (221) a. Pedro adorou resolverem / resolvermos o problema.
b. O político propôs entregarem / entregarmos os cargos.

Figueiredo Silva (1996) ressalta, entretanto, que não pode haver inserção de *se* com infinitivo em alguns destes contextos, devido ao traço do sujeito da matriz, que é referencial definido. Nas suas palavras:

Observemos entretanto que de qualquer modo a inserção de **se** não é obrigatória e que ela só é perfeita em contextos não referenciais quando a frase principal também contém um sujeito com o mesmo tipo de interpretação. As frases tornam-se nitidamente menos aceitáveis quando a inserção de **se** tem lugar em um contexto que comporta um sujeito referencial, como em (222a); nesses contextos a única maneira de obter uma interpretação não definida é utilizar a morfologia plural sobre o infinitivo (222b):

- (222) a. ?? Eu adorei se vender pipoca no circo
b. Eu adorei venderem pipoca no circo

De fato, com verbos do tipo V.SUB, que têm um sujeito expletivo o *se* é licenciado e não há oscilação de julgamento. Comparemos os exemplos em (223) a seguir:

- (223) a. Urge que a CPI analise /*analisa as provas com cuidado.
 b. Urge a CPI analisar as provas com cuidado.
 c. Urge analisar-se as provas com cuidado.
- (224) a. Cumpre que analisemos a questão com sabedoria.
 b. Cumpre analisarmos a questão com sabedoria.
 c. Cumpre analisar-se a questão com sabedoria.

Vemos que são contextos que selecionam um complemento no subjuntivo. O sujeito é permitido na completiva infinitiva e também a inserção de *se* para indeterminação é perfeita. Assim, parece que, no caso dos exemplos em (220) acima, ocorre conflito de traços semânticos entre o sujeito da matriz e o da encaixada (determinado *vs.* indeterminado), enquanto a terceira pessoa do plural não dá esse efeito. Mesmo no caso de complementos de verbos com sujeito expletivo na matriz, como nos exemplos em (223), a variação \emptyset/se no infinitivo aponta diferenças semânticas. Comparemos (225a) e (225b) a seguir:

- (225) a. Convém analisar melhor a questão.
 b. Convém analisar-se melhor a questão.

Uma diferença deve ser notada entre (225a) e (225b) com relação à interpretação do sujeito nulo. Em (225a) o sujeito nulo pode ter uma interpretação que inclui o ouvinte, podendo ser “nós”, ou “a gente”, ao passo que com o *se*, como no exemplo (225b), o falante é excluído. Vê-se que mesmo no caso de verbo com sujeito expletivo, a categoria vazia pode receber uma interpretação ligada a um tópico discursivo, diferente da interpretação com o *se*.

Vitral propõe que o licenciamento do sujeito, ou seja, a atribuição de Nominativo ao sujeito da encaixada não finita se dê por Agr (que ele chama de Concord) na presença de

[+tempo]:

a presença de tempo deve ser reconhecida em certas orações completivas infinitivas, e que a caracterização de tempo dessas completivas favorece a marcação do Caso nominativo (Cf. Vitral, 1987:101).

Passemos à interpretação das categorias vazias. Moreira da Silva (1983) associa sua análise para o sujeito nulo das sentenças finitas ao sujeito nulo de infinitivo: como a terceira pessoa é defectiva, a Agr não pode determinar o conteúdo de um sujeito *pro*, tanto em sentenças finitas quanto infinitivas. Desse modo, Moreira da Silva (1983) prevê que para o sujeito de infinitivo, ou o pronome deverá se realizar ou deverá ter um “controlador”. Vejamos os dados que ele utiliza como ilustração:

- (226) (Cf. Moreira da Silva, 1983:254)
- a. * (cv)₁ afirma-se (cv)₂ ser pobre
 - b. (cv)₁ afirma-se (cv)₃ ter chovido ontem

Em (226a), o sujeito nulo, representado como (cv)₂, não pode ser compreendido nem como 1^a. pessoa nem como 3^a. pessoa pois não existe um controlador que possa lhe dar uma referência. Já em (226b), a (cv)₃ é um *pro* expletivo, e não precisa, portanto, de um referente. Nos dados em (227) a seguir, os sujeitos nulos representados por (cv)₁ e (cv)₂ têm seu conteúdo referencial num antecedente. Já a (cv)₃, por ser um *pro* expletivo, não precisa de um antecedente.

- (227) (Cf. Moreira da Silva, 1983:254-255)
- a. O homem que (cv)₁ afirma (cv)₂ ser pobre não sai de casa.

- b. O homem que (cv)₁ afirma (cv)₃ ter chovido não sai...
- c. O homem que (cv)₁ afirma eu ser pobre não sai de casa
- d. Eu afirmo (cv)₃ ter chovido ontem
- e. O homem afirma (cv)₃ ter chovido ontem

Figueiredo Silva (1996) afirma que

O PB, ainda que perdendo radicalmente sua morfologia de concordância, possui ainda o morfema crucial de plural sobre o infinitivo, o que nos permite ainda chamá-lo “infinitivo flexionado”. As estruturas infinitivas com sujeito lexical são bastante utilizadas na linguagem falada.

A hipótese de Figueiredo Silva é a de que se sua análise para as sentenças finitas estiver correta, ela espera encontrar as mesmas possibilidades interpretativas para a posição sujeito das infinitivas. Para ela, o sujeito nulo das sentenças finitas encaixadas pode ser co-referencial, com o sujeito da matriz ou com um tópico lexicalmente realizado, mas não pode ser livre. Galves (1991), por outro lado, propõe que a posição sujeito das sentenças infinitivas do PB pode ter um pro referencial, o que é contra o que postula Figueiredo Silva, que argumenta que pro definido desapareceu da gramática do PB.

Os argumentos que Galves (1991) utiliza para a existência de *pro* referencial nas sentenças infinitivas é a possibilidade de sujeito nulo com referência diferente do sujeito da matriz, como vemos em (228) e a possibilidade de inserção de *se* impessoal nas infinitivas, como vemos em (229):

- (228) a. Se você_i tiver o problema de **cv**_j voltar...
- b. Eu_i quero acabar a tese antes de **cv**_j nascer
- (229) a. Era preciso estender esse processo para se transmitir...

- b. A necessidade de se chamar a atenção ...
- c. Seria melhor se descobrir o culpado

Para Figueiredo Silva (1996), entretanto, esses não são argumentos válidos para ter sujeito *pro* nas sentenças infinitivas. Em primeiro lugar, os exemplos em (228) são de verbos que aceitam sujeitos pós-verbais, talvez em posição de objeto, como se vê em (230):

- (230) a. Voltou o meu cheque
 b. Nasceu o filho do João

E contra a inserção de *se* junto ao infinitivo, Figueiredo Silva (1996) dá como argumento o exemplo (222a), repetido aqui como (231):

- (231) ?? Eu adorei se vender pipoca no circo

Para Figueiredo Silva (1996), os sujeitos infinitivais parecem respeitar as mesmas restrições que os sujeitos das frases finitas, podendo ser sujeitos nulos variáveis ou anafóricos. O sujeito nulo variável é possível em ilhas fracas (exs. 232a e 232b) e agramatical em ilhas fortes (exs. 232c e 232d):

- (232) (Cf. Figueiredo Silva, 1996:183)
- a. O João_i, a Maria acha que já é hora de **cv**_i trabalhar.
 - b. O João_i, a Maria acha uma pena **cv**_i não ir na festa.
 - c. * O João_i, a Maria_j achou um livro pra **cv**_i ler.
 - d. * O João_i, a Maria_j saiu antes de **cv**_i ver ela.

Para Luz (1994), a interpretação do sujeito nulo de infinitivo envolve a referencialidade da categoria vazia sujeito, o tipo de categoria vazia sujeito e as propriedades da estrutura

da oração de infinitivo. Na sua análise quantitativa, Luz encontrou mais referencialidade “controlada”, ou seja, co-indexação do sujeito nulo de infinitivo com um sujeito ou objeto da sentença matriz, do que referencialidade “arbitrária” (233a). O PB permite também sujeito nulo de infinitivo correferente com o tópico (233b):

(233) (Cf. Luz, 1994:106)

- a. o que eu gosto muito no Rio Grande do Sul é o povo ... e o modo de de viver ... (PB160)
- b. os restaurantes típicos é muito melhor de serem freqüentados do que aqueles restaurantes célebres do centro de Paris ... (PB178)

Ao contrário de Figueiredo Silva (1996), Luz (1994) sugere que o sujeito nulo de infinitivo não controlado não é PRO, mas sim *pro*, e dá como evidência exemplos como (234), em que o sujeito de infinitivo não tem como antecedente o sujeito da matriz:

(234) (Cf. Luz, 1994:106)

- a. eu sou meio leiga para cv_i falarmos nisso.
- b. cv_i comprei o livro com o João_j para cv_{ij} lermos
- c. o algodão que ele mandou cv_i plantarem não foi plantado

Sujeito vazio de infinitivo pode também estar coindexado com um tópico:

(235) (Cf. Luz, 1994:107)

- a. os restaurantes típicos é muito melhor de serem freqüentados do que aqueles restaurantes célebres do centro de Paris (PB178)
- b. elas pra serem aprovadas tem que ser naturalmente assinadas por um engenheiro (PB288)

Como vimos com as sentenças finitas, Luz mostra a possibilidade de coindexação do sujeito nulo de infinitivo com um elemento do contexto extra-lingüístico (236a) ou com um sujeito ou objeto (236b) da oração matriz. Luz também fala que um pronome lexical é cabível

em (236c) como um pronome lembrete. Para mim, entretanto, o sujeito nulo de infinitivo em (236b) só pode ter como referente o sujeito da oração matriz e não o objeto.

(236) (Cf. Luz, 1994:107)

- a. ele_i ia todos os dias ao enfermeiro para cv_i tomar comprimido (PB288)
- b. $Maria_i$ foi ao médico $_j$ para $cv_{i/j}$ fazer exames
- c. $Maria_i$ foi ao médico $_j$ para ele fazer exames (nela)

Sujeito nulo de infinitivo não flexionado é geralmente tratado como PRO (Chomsky, 1981): anáfora pronominal coindexada a um DP referencial da oração matriz:

(237) (Cf. Luz, 1994:109)

- a. $Maria_i$ tenciona PRO_i ir ao cinema pela manhã
- b. Maria autorizou João $_i$ a PRO_i ir ao cinema

O exemplo (237b), entretanto, não parece um caso de infinitivo não flexionado. Veja-se que se o sujeito fosse um DP plural, como se vê em (238), poderia haver concordância explícita. Isso nos faz levantar a questão sobre o que é um infinitivo não flexionado e um infinitivo flexionado. A 3^a. pessoa singular do infinitivo flexionado não tem marca de concordância, então haveria no PB um sincretismo: uma mesma forma que poderia ser infinitivo flexionado ou não.

(238) Maria autorizou as crianças $_i$ a cv_i irem ao cinema

Nesse caso, poderia ser um caso de *pro*, mesmo quando o sujeito é 3^a. pessoa singular. Vê-se que nesse caso, Luz confunde mais uma vez a manifestação morfológica da concordância com AGR, ou com o Infinitivo Flexionado. Se é AGR no Infinitivo Flexionado que pode

licenciar o sujeito, uma sentença de infinitivo com sujeito 3^a. pessoa singular, como em (237b) poderia ter a mesma estrutura que uma sentença de infinitivo com sujeito 3^a. pessoa plural, como em (238). A diferença é que a marca de concordância aparece na 3^a. pessoa plural, mas não no singular.

No caso de PRO arbitrário: “(...) mesmo que Comp esteja preenchido a falta de um antecedente pode imprimir a PRO uma referencialidade arbitrária. Nesse caso tem-se a referenciação genérica, indeterminada, a mais imediata em (239)”:

(239) Não é evidente como PRO resolver a questão (*Cf.* Luz, 1994:110)

Com relação ao PRO arbitrário, a anáfora pronominal (a) não é regida, (b) pode não ter antecedente, (c) o antecedente (quando tem) tem papel- θ independente. Segundo Luz, isso é válido para o PE para o Controle e para o preenchimento da categoria vazia sujeito de infinitivo não flexionado por PRO. Para o PB isso não vale. Teoricamente, se Comp está preenchido e o verbo da oração matriz não tem associado um antecedente para correferir com PRO, então a referência de PRO é arbitrária, como se vê em (240a). Em PE isso ocorre. Em PB, o sujeito de infinitivo pode ter como referente um elemento fora do contexto da oração matriz, como se vê em (240b). Em PB ainda existe a possibilidade de a interpretação genérica vir da inserção de *se* junto ao infinitivo, como se vê em (240c).

- (240) a. Não é evidente como PRO resolver a questão
b. Não é evidente como ele resolver a questão
c. Não é evidente como se resolver a questão

A explicação de Luz:

(...) uma vez que o PB não “garante” uma interpretação genérica num contexto próprio (típico) de PRO esse dialeto possui alguma particularidade estrutural, ou com relação à identidade de sua categoria vazia sujeito de infinitivo, que gera tal efeito. Essa particularidade parece ser a “assimilação” estrutural do “se” como “marcador de indeterminação”. O “se”, ao que parece, passa a integrar o conjunto de recursos na estrutura da oração porque essa já não recepiona a anáfora pronominal (PRO). Isso tem como efeito a “definição” da não impessoalidade do verbo no PB, ou que sua impessoalidade, de outra forma, é marcada pelo “se”. Espera-se, pois, uso mais generalizado do “se” como forma de produzir a interpretação genérica e de se indeterminar o sujeito no dialeto, fenômeno que, efetivamente, se pode observar. Nas estruturas de infinitivo, o efeito dessa tendência estaria se aproximando do que acontece no restante da língua. (Cf. Luz, 1994:114)

Para Luz, a categoria vazia sujeito de infinitivo no PB seja *pro* e não PRO: é regida, recebe Caso, pode não ter antecedente (é livre), tem papel- θ independente.

3.3 Para resumir ...

Este Capítulo tratou de apresentar uma discussão sobre o sujeito nulo em sentenças finitas e infinitivas no PB e no PE. Vimos que os trabalhos tendem a analisar diferentemente o sujeito nulo que ocorre no PB: um pronome ligado a uma posição A' (como a proposta de Figueiredo Silva (1996, 2000)), um vestígio de movimento (como as propostas de Ferreira (2000) e de Rodrigues (2002)). Independentemente das propostas, no entanto, as análises consultadas na literatura convergem num ponto: o sujeito nulo do PB apresenta características distintas do sujeito nulo do PE. Essas características estão ligadas à caracterização de AGR no PB: desde Moreira da Silva (1983) as pesquisas convergem em afirmar que AGR no PB é defectivo no traço [pessoa]. Isso tem resultados na interpretação do sujeito nulo referencial do PB: em sentenças finitas, há necessidade de um antecedente no discurso ou na sentença mais alta para haver a interpretação do referente do sujeito nulo.

O problema que se coloca neste trabalho, portanto, é mais da interpretação do sujeito nulo do que do seu licenciamento. Isso nos remete a questão do licenciamento das categorias vazias numa língua de tópico: o sujeito nulo de línguas de tópico é licenciado formalmente, mas deve estar ligado a um tópico, como é o caso do sujeito do PB.

Os dados que foram apresentados na seção 1.2 do **Capítulo 1** também confirmam as análises aqui apresentadas: vimos que ocorre preenchimento do sujeito de infinitivo com formas pronominais como *a gente* e *ocê*, em variação com o *se* e o sujeito nulo de referência arbitrária nos dados de fala do PB. Isso pode ser explicado pela natureza de AGR do PB. No PE, ao contrário, há predominância do sujeito nulo de referência arbitrária nas sentenças infinitivas – como vimos com os dados das Tabelas 1.3 e 1.6, do **Capítulo 1**.

Como se relaciona, portanto, a presença de *se* com infinitivo nos dados do PB? O que assumirei no próximo Capítulo é que a explicação para a diferença no uso de *se* nas infinitivas no PE e PB está relacionada à interpretação da categoria vazia de infinitivo: no PB, devido a Agr fraco, o sujeito de infinitivo tem necessariamente um antecedente ou na sentença matriz, ou no discurso. Podemos considerar que o sujeito nulo de infinitivo no PB seja um *pro*. Assim, as formas pronominais *a gente*, *ocê* e o *se* concorrem para preencherem a posição de sujeito de infinitivo. O sujeito nulo de infinitivo no PE, ao contrário, pode ser tanto PRO, no caso do Infinitivo não Flexionado, como *pro*, em casos de Infinitivo Flexionado.

Capítulo 4

“O Português são três”

Já esqueci a língua em que comia
em que pedia para ir lá fora,
em que levava e dava pontapé
A língua, breve língua entrecortada
do namoro com a prima.
O português são dois; o outro, mistério

Carlos Drummond de Andrade

O verso de Carlos Drummond de Andrade retrata uma realidade no Brasil, em que a língua que se fala em casa é diferente daquela aprendida na escola. Essa constatação, entretanto, pode também ser aplicada ao objeto de estudo desta Tese, em que procuro, ao analisar a sintaxe das construções com *se* no infinitivo, descobrir as diferenças gramaticais existentes entre o Português Brasileiro e o Português Europeu, observando se elas tiveram origem no Português Clássico. Neste **Capítulo**, procuro apresentar uma abordagem teórica para as diferenças de uso de *se* no PE e no PB de um lado, e no PCI e no PE, de outro. Para tanto, argumento que as diferenças encontradas se devem (a) à natureza do *se*: *passivo*,

indefinido e *impessoal* e (b) à natureza de Agr não finito. A associação desses dois fatores nos leva a postular a existência de três gramáticas distintas: a do PCl, a do PE e a do PB, que, por suas características, produzem diferentes tipos de *se*:

G1: Português Clássico: *se-passivo*

G2: Português Europeu: *se-indefinido* e *se-impessoal*

G3: Português Brasileiro: *se-impessoal*

Este **Capítulo** organiza-se da seguinte forma. Na seção 4.1, apresento o *se* nas três variedades do português: um panorama dos dados apresentados no **Capítulo 1**, bem como os tipos de *se* envolvidos, relacionando-os às análises do *se* (**Capítulo 2**) e às análises de Agr (**Capítulo 3**). Na seção 4.2, discuto a relação entre a mudança de *se* e a mudança sintática, principalmente no que tange à mudança que ocorreu do PCl ao PE e no PB. Finalmente, na seção 4.3, abordo a questão do tipo de variação envolvida nas construções com *se*: (a) a variação *se/ x* e (b) a variação entre gramáticas distintas. No que se refere à variação *se/ x*, argumento que no PCl, as sentenças de *se* com infinitivo variam com as sentenças passivas, pois se trata de um *se-passivo*; no PE, há variação entre *se* e PRO na posição sujeito de infinitivo, e, no PB, há variação entre *se*, *a gente*, *você* e *pro* na posição sujeito de infinitivo. Com relação à variação gramatical, argumento que no PE a variação entre *se-indefinido* e *se-impessoal* é produzida por uma mesma gramática, ao passo que no PB se trata de gramáticas distintas.

4.1 O *se* nas três gramáticas do Português

Nesta seção, vamos retomar os resultados e os dados apresentados no **Capítulo 1** relacionando-os às questões discutidas nos **Capítulos 2 e 3**. Como se vê, as diferenças existentes entre PCl, PE e PB no que tange às construções com *se* no infinitivo se devem à natureza do *se* e à natureza de Agr não finito.

Vimos no **Capítulo 1** que PB, PE e Português Clássico apresentam diferenças significantes com relação ao uso de *se* com infinitivo, principalmente no que tange a dois fatores: (1) a frequência de uso e (2) os contextos onde ele aparece.

Com relação à frequência de *se* com infinitivo, as Tabelas 1.3, 1.4, 1.5 e 1.6 – com a distribuição de *se* nas amostras de fala e escrita do PE e PB – e as Tabelas 1.9 e 1.10 – com a distribuição de *se* com infinitivo no *Corpus Tycho Brahe* –, do **Capítulo 1**, mostram que existe uma diferença percentual de uso de *se* com infinitivo significativa entre PB e PE de um lado, e entre os autores nascidos em Portugal antes 1700 e os nascidos depois, de outro lado.

- Nos autores nascidos até o fim do século 17 a frequência de uso de *se* com infinitivo é em torno de 20%, a partir do século 18 essa frequência cai para em torno de 10%.
- O PE apresenta uma frequência de uso de *se* com infinitivo em torno de 10% para fala e para a escrita.
- O PB apresenta em torno de 50% de presença de *se* com infinitivo para a escrita e 20% para a fala, distribuídos em diferentes tipos de verbo, além do aparecimento de formas

pronominais como *a gente* e *ocê* com referência indeterminada na posição sujeito das infinitivas.

- Os dados diacrônicos do PB mostram uma certa variação da frequência de *se* nas infinitivas em *corpora* de textos de jornais dos séculos 19 e 20: Cavalcante (1999), em editoriais, artigos de opinião e crônicas observa uma média de 24% de presença de *se* nos jornais do século 19 e 13% de presença de *se* nos jornais do século 20; Duarte (2002), em anúncios de jornais do século 19, observa uma média de 32% para presença de *se*; e, Duarte e Lopes (2002), em cartas de leitores e redatores, observam uma frequência de 27% em média para a presença de *se*.

Uma outra diferença existente entre essas três amostras é com relação aos contextos sintáticos em que pode aparecer o *se* junto ao infinitivo.

Em relação ao *tipo de verbo* infinitivo que permite o *se*, foi constatada uma diferença entre PE e PCI de um lado e PB de outro: nos dados do *Corpus Tycho Brahe*, e nos dados do PE contemporâneo, tanto falado quanto escrito, só encontramos casos de *se* junto a verbos transitivos no infinitivo. Nos dados do PB, por outro lado, encontramos *se* junto a outros tipos de verbos além dos transitivos, como vemos com os exemplos em (241). Desses, destaco o exemplo (241c), encontrado na amostra de Duarte e Lopes (2002), em que há presença de *se* com verbo *ser*.

- (241) a. Não devemos perder a esperança de transformar o nosso país num lugar digno de **se viver**.
b. Nova Iorque é uma cidade fácil de **se andar**.

- c. É preciso **ser-se** muito injusto para **dizer-se** o que acabo de ler ... (*Gazeta Medica do Rio de Janeiro*, 01/01/1864)

No que tange ao *tipo de oração infinitiva* que favorece o aparecimento de *se*, as regidas por preposição *se* destacam. Em todas as amostras contempladas aqui as orações infinitivas preposicionadas apresentam percentual maior de presença de *se*, inclusive nos casos em que ocorre diminuição da frequência de *se*.

Como vimos no **Capítulo 2**, associado ao tipo de verbo nas construções com *se*, está o *tipo de se* envolvido: *passivo*, *indefinido* ou *impessoal*. Geralmente, na literatura gerativa, *se* associa a construção de *se* com verbo transitivo que exhibe concordância com seu argumento interno (“*vendem-se casas*”) a um *se-passivo*. A construção sem concordância (“*vende-se casas*”) é considerada como um caso de *se-nominativo*, *indeterminador* ou *impessoal*. Naro (1976), analisando as construções com *se* em sentenças finitas, mostra que nas construções de passiva com *se*, a expressão do agente da passiva como um sintagma preposicionado era possível até o século 16; após esta data, segundo ele, nas construções passivas com *se* a expressão do agente da passiva não é mais possível.

Martins (2003) associa este fato – a impossibilidade de aparecer um agente da passiva como um PP – a uma mudança que tenha ocorrido com o *se* no Português. Seguindo a proposta de Raposo e Uriagereka (1996), Martins (2003) afirma que nas sentenças finitas no PE ocorreu uma mudança de *se-passivo* para *se-indefinido*, justamente por não ser mais possível a expressão do argumento externo do verbo como um PP agente da passiva. Assim, o diagnóstico do *se-passivo* vai além da concordância entre o DP argumento interno e o verbo: esse DP pode ocupar a posição de sujeito (é uma construção passiva) e o argumento

externo pode aparecer como um sintagma preposicionado. Neste trabalho, associo as análises de Raposo e Uriagereka (1996) e de Martins (2003) do *se* nas sentenças finitas ao *se* que aparece junto ao infinitivo.

Nos dados do *Corpus Tycho Brahe*, encontramos duas ocorrências, em autores nascidos no século 17, de presença do argumento externo como um sintagma preposicionado numa construção de *se* com infinitivo:

- (242) a. E que esta ley seja justa, prova-se da ley natural; porque não ha couza mais natural, que **governarem-se** as cõmunidades *por seus naturais*, que lhes sabem os costumes, e inclinaçoens. (Manuel da Costa, n. 1601)
- b. Voltando depois os Padres com o seu exército de Topinambazes, trouxeram dos Guarajus um só Principal, como penhor da sua fidelidade; e como era preciso fazer primeiro mantimentos para tanta gente, ficaram estes Índios reservados para o ano seguinte; vendo-se nesta pescaria de homens **romperem-se** as redes *pela multidão*, como na pescaria dos peixes de São Pedro; sendo o sucesso da lagoa de Genezareth figura do rio dos Tocantins. (André de Barros, n. 1675)

Um outro diagnóstico para o *se-passivo* é a possibilidade de o DP argumento interno aparecer numa posição pré-verbal nas sentenças infinitivas. Raposo e Uriagereka (1996), como vimos no **Capítulo 2**, argumentam que em PE nas sentenças finitas não existe o *se-passivo*, mas sim o *se-indefinido*. Eles argumentam que, mesmo existindo concordância entre o verbo transitivo e o argumento interno plural, este DP argumento interno, quando anteposto ao verbo, não ocupa a posição de sujeito [Spec,TP], mas sim uma posição mais alta, à esquerda da posição de sujeito. O *se* é o elemento que ocupa [Spec,TP].

A evidência que Raposo e Uriagereka (1996) apresentam para diagnosticar que o DP argumento interno quando anteposto ao verbo não ocupa a posição de sujeito está nas sentenças infinitivas: nas sentenças infinitivas só existe uma posição à esquerda do verbo

que pode ser ocupada por um sujeito – ativo ou passivo –, mas não por um DP argumento interno de uma construção com *se*. Retomemos os exemplos (243) e (244), apresentados na seção 2.3 do **Capítulo 2**, que mostram essa situação:

- (243) a. Vai ser difícil os tribunais aceitarem os documentos.
b. Vai ser difícil os documentos serem aceitos.
- (244) a. Vai ser difícil aceitarem-se os documentos.
b. *Vai ser difícil os documentos aceitarem-se.

No PE, um sujeito da passiva pode aparecer anteposto numa sentença infinitiva, mas uma construção de *se* nas infinitivas não permite anteposição do seu DP argumento interno. Na amostra do PCL, foram encontradas duas ocorrências de anteposição do argumento interno na construção de *se* com infinitivo, o que pode indicar, segundo os diagnósticos de Raposo e Uriagereka (1996), que estamos diante de duas construções *passivas* (245).

- (245) a. Já escrevi a Vossa Excelência que para *o preço dos navios se fazer* é necessário vir primeiro o dinheiro, e isto mesmo me tornou a escrever hoje Jerónimo Nunes, acrescentando que é necessário apressarmo-nos, porque há muitos compradores; e eu irei a Amsterdam esta semana para ver se o posso reduzir a que compremos. (Vieira, *Cartas*, n. 1601)
- b. Além disto discorreu nas conveniências ainda temporais, que no papel se sugeriam, e os meios para *elas se conseguirem*: exposto tudo com tão alta compreensão, miudeza, distinção, e clareza, que aqueles juízos, até ali tão contrários, deram as mãos convencidos. (André de Barros, n. 1675)

Desse modo, vemos que apesar de compartilhar com a construção com *se-passivo* a concordância entre o DP argumento interno plural e o verbo, a construção com *se-indefinido* apresenta algumas diferenças: (1) a anteposição do DP argumento interno só é possível nas sentenças finitas, onde há uma posição à esquerda da posição do sujeito disponível para esse

DP e (2) o agente da passiva não pode ser expresso por um PP.

No dados do PCl, só foram encontradas as ocorrências em (245) acima. Como vimos com a distribuição na Tabela 1.11 (*cf.* seção 1.3.3, **Capítulo 1**), o DP argumento interno é realizado majoritariamente posposto ao verbo. Os outros casos em que ele não aparece posposto ao verbo, é realizado como nulo, ou na sentença mais alta, como vemos nas construções do tipo “é difícil de” (246a) e nas de topicalização como (246b) ou (246c):

- (246) a. (...) e é *cousa* digna de **se ler** com muita atenção e como obra prodigiosa em um príncipe da Igreja ... (Sousa, n. 1556)
- b. *Uma arvore* antes de **se cortar** não se conhece muito facil e muito naturalmente para que parte ha-de cair? (Vieira, *Sermões*, n. 1601)
- c. ... a esta companhia serão admitidos os franceses, do mesmo modo que os portugueses, não para poderem navegar de Franca à Índia, que *isto* não convém **permitir-se**, mas para com seus cabedais... (Vieira, *Cartas*, n. 1601)

Diante este fato, fez-se necessário observar como se comporta a posição sujeito das infinitivas, pelo menos com sujeitos pronominais. Como vimos na seção 1.3.3, **Capítulo 1**, encontrei 56 ocorrências de sujeito pronominal anteposto ao verbo não finito no *Corpus Tycho Brahe*. Esses dados indicam que nas sentenças infinitivas existe uma posição sujeito disponível:

- (247) a. A tenção do Xá Ismael mandar êste filho nesta jornada, foi de *ê* ficar na Cidade de Cahandar, e fazê-lo Rei daquela parte, porque tinha muitos filhos, e queria acomodar êste. (D. Couto, n. 1542)
- b. Meu querido Pai e meu Senhor do meu coração : Vossa Excelência estará pasmado a estas horas da sem-cerimónia da minha última carta, mas minha Mãe é que teve a culpa de *ela* ir assim. (Marquesa de Alorna, n. 1750)

Os exemplos em (247) nos levam à segunda questão relacionada às diferenças entre PCl,

PE e PB sobre o uso de *se* com infinitivo, qual seja a natureza de Agr não finito. Como vimos no **Capítulo 3**, se advoga que no PB, devido à mudança ocorrida no seu sistema flexional, Agr possui um traço de [pessoa] *defectivo* (cf. Moreira da Silva 1983, Galves 1993 e Figueiredo Silva 1996, entre outros).

Considerando que Agr não finito em PB compartilha de propriedades de Agr finito, como por exemplo, o traço [pessoa] *defectivo*, podemos dizer que Agr licencia uma posição de sujeito, mas não é capaz de identificar o seu conteúdo referencial. Por isso, se observam altos índices de preenchimento de sujeito nas sentenças finitas (cf. Duarte 1995, 2000) e também se observa o preenchimento da posição de sujeito de infinitivo, inclusive com formas pronominais arbitrárias. Isso não ocorre nem no PE tampouco no PCI, pois examinando a presença de pronome na posição sujeito de infinitivo, verifiquei que o pronome só aparece como forma de desambigüizar a interpretação do sujeito quando havia mais de um referente disponível, como nos exemplos em (247) e no exemplo (248) a seguir do PE:

- (248) portanto acho que, por(...) procurando um emprego base e isso como suplemento (es)tava bem, que já dava para **vocês comprarem** algumas mobílias, que eles têm mobílias e têm coisas e têm os pais que dão as mobílias e mais não sei quê, tal. (PE, M1)

No PB, ao contrário, ocorre o preenchimento do sujeito por um pronome de referência arbitrária, como *a gente* e *você*, além do *se*, tanto na fala, como vemos em (249), como na escrita, como vemos nos exemplos em (250) a seguir (cf. Cavalcante 1999):

- (249) a. Nova York é uma cidade fácil de **se passear** de **se andar**. (Nurc/RJ)
b. o Rio de Janeiro é uma cidade adorável pra **você bater perna** né. (Nurc/RJ)

- c. na maré baixa não dá pra **entrar** e **você** pra **entrar**, e **você** na hora de **passar** na entrada da gruta (Nurc/RJ, 70, M3)
- (250) a. É impossível **a gente** não imaginar como reagiria em situação semelhante.
- b. Quantos edifícios mais precisam cair para **a gente** conhecer os outros Sérgio Nayas da Câmara?
- c. E o refrão ‘o povo tá com o Moreira ou o Moreira tá com o povo’ faz **a gente** pensar.

A alternância *se / a gente / você* sugere que o *se* desempenha no PB a mesma função do que os pronomes, ou seja, ele ocupa a posição de sujeito. Desse modo, como o *se* está relacionado à posição de sujeito, podemos dizer que no PB há o *se-impessoal*.

Podemos considerar, então, que Agr não finito no PE é capaz de interpretar o referente do sujeito nulo: ele pode ter uma interpretação arbitrária ou estar ligado ao seu antecedente. O pronome só aparece para desambigüizar a interpretação com um correferente. Em PB, por outro lado, pela natureza *defectiva* do traço [pessoa] de Agr não finito, existe a tendência a atribuir sempre um referente ao sujeito de infinitivo ligado ao anterior. Daí, para se ter uma interpretação arbitrária, há a necessidade no PB do preenchimento desta posição de sujeito com o *se* e também com formas pronominais como *a gente* e *você*.

Conclui-se que esses resultados empíricos na realidade devem ser tomados como diagnóstico para depreendermos as diferenças gramaticais entre PC1 e PE de um lado, e PE e PB modernos de outro. Na realidade, o interesse do trabalho não é somente ver a frequência de uso de *se* com infinitivo, mas sim, como as diferenças podem revelar as gramáticas subjacentes ao enunciados. Relacionando a posição do sujeito com o tipo de *se* nas sentenças infinitivas, podemos propor a existência de três gramáticas distintas: *G1*, *G2* e *G3*, representadas em (251), (252) e (253) a seguir:

- (251) *G1: Português Clássico*
 a. *se-passivo*: [DP] # [DP $se_{=do}$ V_{inf} (PP)]
- (252) *G2: Português Europeu*
 a. *se-indefinido*: [DP] # [$se_{CasoNulo}$ V_{inf} *(PP)]
 b. *se-impessoal*: [se_{Nom} V_{inf} DP Acc]
- (253) *G3: Português Brasileiro*
 a. *se-impessoal*: [se_{Nom} V_{inf} DP Acc]
 b. *pronomes arbitrários*: [Pron $_{Nom}$ V_{inf} DP Acc]

A representação em (251) dá conta do *se* que existe no PCl: *se-passivo*; (252) mostra a mudança que ocorre do PCl para o PE e os dois tipos de *se*: *indefinido* e *impessoal*; finalmente (253) é a gramática do PB, em que o aparecimento de *se* junto ao infinitivo está relacionado ao aparecimento de outras formas pronominais na posição de sujeito, e por isso proponho ser o *se-impessoal*.

Vejamos as diferenças entre os tipos de *se* considerados. Nas construções com *se-passivo*, existem duas posições disponíveis para o DP argumento interno, além da posição pós-verbal: uma externa à sentença infinitiva e uma interna, a posição de sujeito pré-verbal. Além disso, o *se-passivo* se comporta como um morfema passivo; e o argumento externo do verbo pode se realizar como um sintagma preposicional.

Já as construções com *se-indefinido*, só existem duas posições: uma posição pós-verbal e uma posição topicalizada disponível na sentença mais alta. Isso ocorre pois o *se-indefinido* ocupa a posição de sujeito [Spec, Infl $_{inf}$] e checa Caso Nulo (*cf.* Raposo e Uriagereka 1996). Nessa construção o argumento externo não pode vir realizado como um sintagma preposicional.

Finalmente, nas construções de *se-impessoal*, o *se* ocupa a posição de sujeito e checa Caso

Nominativo, por conseguinte, o DP argumento interno checa Caso Acusativo, mesmo não sendo realizado como um clítico acusativo (*cf.* Martins 2003). Naturalmente, não existe a possibilidade de aparecer um sintagma preposicionado como argumento externo, pois o *se* recebe o papel temático de argumento externo. Associado ao *se-impessoal* e a Agr com traço de [pessoa] defectivo, no PB a posição de sujeito pode ser ocupada por outros elementos que checam Nominativo, como as formas pronominais *a gente* e *ocê*. Em resumo, temos o seguinte quadro para os tipos de *se* envolvidos na mudança do PCl para o PE e para o PB:

Sentenças Infinitivas	
PCl	<i>se-passivo</i> #[Suj Vinf] #[DP se Vinf] [DP] # [seVinf]
PE	<i>se-indefinido</i> #[se Vinf DP] [DP] # [se Vinf]
	<i>se-impessoal</i> #[se _{Nom} Vinf DP _{Acc}]
PB	<i>se-impessoal</i> #[se _{Nom} Vinf DP _{Acc}]

Tabela 4.1: O *se* com infinitivo do PCL ao PE e PB

Como diz o título deste **Capítulo**, o “Português são três”, as amostras que aqui foram analisadas se revelaram como diagnósticos para atestar três gramáticas distintas: uma do PCl, anterior ao século 18, uma do PE moderno após o século 18 e uma do PB moderno, vigente desde o século 19. O fenômeno aqui estudado na verdade são três peças que compõem os quebra-cabeças do PCl, do PE e do PB.

4.2 A mudança de *se* e a mudança sintática

Como vimos na seção 4.1, anterior, a análise aqui proposta para as diferenças entre os tipos de *se* se baseia na hipótese de que há gramáticas distintas que produzem distintos tipos de *se*, o que significa, portanto, que o tipo de *se* está relacionado à sintaxe de uma língua. Nesta seção, procuro explicar, então, a relação existente entre a mudança do *se* com a mudança sintática.

Como vimos no **Capítulo 1**, seção 1.3.3, há uma diferença de frequência de *se* nos dados dos autores nascidos até 1700 e nos dos nascidos após 1700. Com base neste resultado, é que podemos dizer que ocorreu uma mudança de *se-passivo*, no PCI, para *se-indefinido*, no PE. Essa mudança não ocorre, entretanto, isoladamente, mas sim relacionada a outras mudanças que ocorreram na mesma data que têm sido constatadas pelas pesquisas com base no *Corpus Tycho Brahe*: segundo essas pesquisas, o início do século 18 é um marco para algumas mudanças atestadas que fazem se propor que a mudança do PCI para o PE tenha ocorrido na virada do século 18¹.

Segundo Galves, Britto, e Paixão de Sousa (2005) e Galves e Paixão de Sousa 2004, houve uma mudança no PCI que a colocação pronominal revelou: a variação próclise *x* ênclise nas sentenças finitas entre os séculos 16 e 19 ocorre devido a uma mudança que ocorreu na

¹ Cf. Galves, Britto, e Paixão de Sousa (2005) para a colocação pronominal em sentenças finitas; Gibrail (2003), para o uso do acusativo preposicionado; Cavalcante (2003), para a colocação de *se* nas sentenças finitas; Paixão de Sousa (2004) para a relação entre a colocação pronominal e a posição do sujeito nas sentenças finitas, e Magalhães (2002) e Floripi (2005) para o uso do artigo diante de possessivo.

gramática do PCl para o PE com relação à posição de sujeito. Segundo as autoras, até o início do século 18, não há uma posição pré-verbal específica para a posição de sujeito. Há duas posições disponíveis à esquerda do verbo, uma interna e outra externa à sentença, que podem ser ocupadas tanto por um sujeito como por um tópico. A partir do século 18, há uma posição de sujeito interna à sentença e uma posição de tópico externa. Desse modo, segundo esta análise, no PCl o sujeito pré-verbal ocupa uma posição “A’”, ao passo que no PE o sujeito pré-verbal ocupa uma posição “A”.

Paixão de Sousa (2004) também relaciona a colocação pronominal com a posição do sujeito no PCl para o PE moderno quando observa uma relação entre a distribuição de próclise e ênclise com relação à posição do sujeito. Segundo Paixão de Sousa (2004), o PCl tem uma posição pré-verbal interna à sentença que pode ser ocupada tanto por um sujeito quanto por um outro elemento frontado (um argumento, um adjunto). Quando essa posição é preenchida, ocorre a próclise. Ao contrário, quando o elemento ocupa a posição de sujeito externa à sentença, ocorre a ênclise. A evidência independente de Paixão de Sousa (2004) para essa estrutura é a posição dos sujeitos em relação ao verbo flexionado: no PCl a posição A do sujeito é pós-verbal.

Seguindo essa abordagem, considero que a mudança na posição do sujeito nas sentenças finitas tenha afetado a sintaxe do *se* em Português da seguinte maneira: o *se-passivo* não ocupa a posição de sujeito, ao passo que o *se-impessoal* e o *se-indefinido* ocupam a posição de sujeito. Assim, no PCl, como não há uma posição de sujeito pré-verbal disponível, só pode haver o *se-passivo*. Quando ocorre a mudança na posição de sujeito, é possível aparecer tanto o

se-indefinido quanto o *se-impessoal*, pois existe uma posição de sujeito disponível para eles.

A estrutura fica, então, assim:

(254) *Português Clássico*

a. [XP/Suj] # [XP/Suj V]

b. [DP] # [DP Vse]

(255) *Português Europeu*

a. [XP] # [Suj V]

b. [DP] # [SE V DP]

A estrutura em (254) dá conta das posições disponíveis para o sujeito no PCl: (254a) mostra que existe uma posição interna à sentença destinada tanto ao sujeito como a um outro elemento topicalizado. Assim, é possível, como mostra (254b) haver o *se-passivo*: o DP argumento interno pode ocupar tanto a posição externa à sentença como a posição interna à sentença. O *se-passivo*, como o morfema da passiva, está associado à flexão.

Com a mudança que ocorreu do PCl ao PE, em que existe uma posição de sujeito interna à sentença, como mostra (255a), o *se-indefinido* pode ocorrer, uma vez que ele ocupa a posição de sujeito. A representação em (255b) mostra que o DP argumento interno não pode mais ocupar a posição de sujeito, mas somente uma posição externa à sentença.

A mudança, portanto, entre o tipo de *se* que pode aparecer no PCl e no PE está relacionada à mudança na posição de sujeito. Podemos concluir que o padrão do *se* com infinitivo revela a influência desta mudança: acredito que nos textos de autores nascidos até fins do século 17 temos o *se-passivo*, e a partir dos textos de autores nascidos no século 18, pode aparecer tanto o *se-indefinido*, como o *se-impessoal*, que ocupam a posição de sujeito.

4.3 O lugar da variação

Nesta seção, procuro discutir os dois tipos de variação que estão envolvidos nessas três gramáticas: (a) a variação entre *se* e um outro elemento e (b) a variação entre gramáticas.

Dado que estamos diante de três gramáticas distintas, que por sua característica, produzem três tipos de *se* distintos, em cada uma delas o *se* vai variar com elementos diferentes. Retomemos a representação das gramáticas do português apresentada no início deste

Capítulo:

- (256) *G1: Português Clássico*
a. *se-passivo*: [DP] # [DP $se_{=do}$ V_{inf} (PP)]
- (257) *G2: Português Europeu*
a. *se-indefinido*: [DP] # [$se_{CasoNulo}$ V_{inf} *(PP)]
b. *se-impessoal*: [se_{Nom} V_{inf} DP_{Acc}]
- (258) *G3: Português Brasileiro*
a. *se-impessoal*: [se_{Nom} V_{inf} DP_{Acc}]
b. *pronomes arbitrários*: [Pron_{Nom} V_{inf} DP_{Acc}]

De acordo com a representação em (256), do Português Clássico, podemos considerar que o *se-passivo*, por se comportar como um morfema de passiva, está em variação, na realidade com sentenças passivas. Logicamente que esta conclusão só foi alcançada depois de analisar cerca de 1500 ocorrências de sentenças infinitivas do *Corpus Tycho Brahe*. Desse modo, não entraram na contagem as sentenças passivas, o que pode ficar para a continuação da pesquisa.

Associando a representação em (257), com o que foi discutido sobre Agr no PE no **Capítulo 3**, podemos dizer que no PE o *se*, tanto *indefinido* quanto *impessoal* está em

variação com PRO. Isso devido à existência, no PE, de dois tipos de infinitivo: (a) o Infinitivo Flexionado, que possui Agr, e (b) o Infinitivo não Flexionado, que se comporta como o infinitivo de outras línguas românicas. Assim, o *se* está associado ao Infinitivo Flexionado, ao passo que PRO está associado ao Infinitivo não Flexionado. Dadas as características de Agr não finito no PE, podemos dizer que o *se* vai aparecer no PE como uma estratégia para desambigüizar o conteúdo referencial do sujeito, tal como aparecem os pronomes com referência determinada. Como se trata de uma língua de sujeito nulo, o Princípio “Evite Pronome” está ativo, e, temos, portanto, uma frequência maior de sujeitos nulos arbitrários do que de *se*. Isso é observado justamente nos dados do *Corpus Tycho Brahe*.

No PB, por outro lado, dadas as características de Agr defectivo, que, reiterando, licencia uma posição de sujeito mas não é capaz de interpretar o referente dessa posição, podemos ter tanto *pro* como *se*, *a gente* e *você*, no caso de sujeitos arbitrários. Isso explica os altos índices de sujeito preenchido nas sentenças infinitivas, como mostro na Tabela 1.5, do **Capítulo 1**. Podemos concluir, então, que os dados espelham a natureza distinta da posição de sujeito no PE e no PB.

Passemos ao outro ponto de discussão nesta seção, qual seja, a variação numa mesma gramática e em gramáticas distintas. Olhando para os dados tanto do PE como do PB, observamos nas construções com *se* variação entre concordância e não concordância entre o verbo transitivo e seu argumento interno plural. Os casos de concordância no PB podem indicar, portanto, que temos no PB o *se-indefinido*, mas não é essa a análise que proponho. Afirmando que a gramática do PE permite tanto *se-indefinido* como *se-impessoal*. Por outro

lado, no PB, segundo a configuração em (258) acima, só há possibilidade para ocorrer o *se-impessoal*, ou seja, a construção com *se* que não exhibe concordância entre o verbo transitivo e seu argumento interno plural.

Como explicar, portanto, a variação que se observa em textos de autores brasileiros entre concordância e não concordância entre o verbo transitivo e seu argumento interno plural das construções com *se*?

Retomemos os exemplos (259) a seguir, apresentados na seção 2.2.1, do **Capítulo 2**, sobre as construções de *se* que exibem concordância entre o verbo e seu argumento interno plural em textos de autores brasileiros:

(259) (Cf. Cavalcante, 1999)

- a. Se **se pudessem anullar** as eleições da Bahia! (016,O,I)
- b. Não duvide, **assassinam-se** plurais neste país. (217,C,V)

Nma gramática como o PE, que tem Agr forte, podemos encontrar tanto o *se-indefinido* como o *se-impessoal*. Os dados de concordância que aparecem em textos de autores brasileiros parecem entrar em contradição com uma gramática que tem um Agr fraco. De fato, numa gramática com Agr fraco, como é o caso assumido para o PB, devemos encontrar ocorrências de *se-impessoal*, e também casos de sujeito nulo de 3^a. pessoa do plural com referência arbitrária, como vemos em (260) a seguir:

(260) (Cf. Cavalcante, 1999)

- a. E como já **se presumia** tendências à medida insólita, não foi difícil encontrar a porta de salvação ao estender a reeleição, que não podia ser um privilégio exclusivo do atual ocupante do palácio presidencial. (071,O,V)

- b. Em situações como estas, **pode-se aplicar** metodologias de antecipação do cenário eleitoral. (125,O,V)
- c. **Diz** que vão inaugurar um restaurante em frente ao R9 do Ronaldinho. Vai se chamar Amarelô. (304,C,V)
- d. O que fez a diferença foi harmonia e evolução, os princípios básicos de um desfile de escolas de samba. Não **pode deixar** buraco, não **pode sair correndo** para cumprir o tempo, não **pode parar** para deixar o relógio correr. **Tem** que evoluir. Todo mundo tem que cantar o samba, uma ala não pode se misturar à outra, não pode atravessar o samba. Tem que ter harmonia. (Coluna do Artur Xexéo, *Jornal do Brasil*, 19, fev, 1999)

Essa aparente contradição se resolve se considerarmos que a variação que encontramos entre concordância e não concordância em textos brasileiros está relacionada a duas gramáticas distintas. Daí podemos entender porque algumas sentenças com concordância ainda têm aceitabilidade no PB, como a clássica *Alugam-se casas*.

Esta questão está relacionada ao que Galves (2001) chama de “competência gramatical” e “competência lingüística”. Os enunciados gramaticais, que são gerados pela gramática do PB, têm uma aceitabilidade gramatical. Os falantes podem, no entanto, aceitar enunciados que não são necessariamente gerados pela sua gramática, mas são reconhecidos pelos seus saberes lingüísticos. É o que ela chama “competência lingüística”. Por isso soam estranhas as sentenças como (261), em que o DP argumento interno plural vem anteposto ao verbo: além de não serem geradas pela gramática do PB, têm aceitabilidade menor, devido aos saberes lingüísticos dos falantes. É natural no PB a ordem SVO e não OV, por isso, não temos a interpretação indefinida da construção com *se* com anteposição do DP argumento interno – objeto – e concordância entre verbo e seu argumento. Ocorre, neste caso, mais naturalmente uma interpretação reflexiva.

- (261) a. Aqui **se vendem** casacos de lã.
b. Nesta escola **se doam** lindos filhotes de poodle.
c. ? Aqui casacos de lã **se vendem**.
d. ? Nesta escola, lindos filhotes de poodle **se doam**.

Essa alternância gramatical / agramatical não parece ocorrer nas outras línguas românicas, como o PE, o Espanhol e o Italiano. Ao contrário, o predicado genérico é associado ao *se-médio* e o predicado episódico é associado ao *se-passivo*, mas o traço “indefinido” intrínseco ao *se* permanece, ao passo que no PB só resta a interpretação reflexiva/ recíproca. Podemos, portanto, considerar que este tipo de variação observada em *corpora* de autores brasileiros está relacionada ao que Kroch (1989) chama de “competição de gramáticas”: a genuína gramática brasileira produz enunciados de *se-impessoal*, mas os falantes, na produção, se utilizam de seus “saberes lingüísticos” que são espelhados numa outra gramática.

Desse modo, podemos concluir que as construções com *se* que exibem concordância entre o verbo e seu argumento interno no plural, nos textos brasileiros, estão relacionadas a uma outra gramática, a gramática que os falantes cultos se espelham.

Como vimos neste **Capítulo**, a proposta de analisar as diferenças entre PCI, PE e PB acerca das construções de *se* com infinitivo está relacionada a uma questão de diferenças de gramáticas: o tipo de *se* que vai aparecer numa determinada língua está relacionado à sintaxe desta língua. A mudança que ocorre do PCI ao PE – posição de sujeito – faz mudar o tipo de *se* que pode aparecer: antes o *se-passivo*, depois o *se-indefinido* e *se-impessoal*. Assim podemos dizer que muda o tipo de *se* porque muda a sintaxe.

Essa relação estreita *se/gramática* também é encontrada no PB: a mudança que ocorre no seu sistema flexional – o enfraquecimento de Agr no traço [pessoa] – faz com que o *se*

que aparece seja mais uma forma de preenchimento do sujeito. No PB, a tendência ao preenchimento do sujeito pronominal ocorre tanto com sujeitos de referência definida como arbitrária, em sentenças finitas (*cf.* Duarte 1995, 2000) e infinitivas, como vemos com os resultados aqui apresentados.

Considerações Finais

Esta Tese tratou da distribuição de *se* com infinitivo em três variedades do português – Português Clássico, Português Europeu e Português Brasileiro – com vista a depreender diferenças gramaticais existentes entre elas. A análise se baseou na hipótese de que as diferenças de uso de *se* com infinitivo no PCI, PE e PB se devem (a) à natureza do *se* e (b) à natureza de Agr.

Foram analisadas três amostras distintas do Português: (a) os textos que compõem o *Corpus Anotado do Português Histórico – Corpus Tycho Brahe*, (b) gravações com informantes cultos brasileiros e portugueses (*Nurc/RJ* e *Português Fundamental*) e (c) textos da imprensa escrita do Brasil e de Portugal. Nessas amostras, houve uma diferença de percentual na presença do *se*:

- Nos textos do *Corpus Tycho Brahe*, há uma média de 20% de presença de *se* para os autores nascidos até 1700 e uma média de 10% de presença de *se* nos textos dos autores nascidos após 1700.
- Nas amostras de fala, há uma média de 8% de presença de *se* no PE e 20% de presença de *se*, além do aparecimento de formas pronominais com referência arbitrária como *a*

gente e você no PB.

- Nas amostras da escrita, há uma média de 8% de presença de *se* no PE e 50% de presença de *se* no PB.

Dado esse quadro, fui buscar na literatura gerativista explicações que dessem conta das diferenças atestadas acerca tanto da natureza do *se* como da natureza de Agr.

No **Capítulo 2**, tomei como ponto de partida as abordagens “clássicas” do *se* que propõem uma dicotomia: *se-passivo* / *se-nominativo* (cf. Mateus et al. 2003). Em seguida, trouxe o diálogo entre Cinque (1988) e Dobrovie-Sorin (1998) sobre a sintaxe do *se* nas línguas românicas, especialmente por eles tratarem do licenciamento de *se* nas sentenças infinitivas. Ainda assim, temos uma dicotomia: *se* [+arg]/[-arg] de Cinque e *se-médio-passivo-acusativo* / *se-nominativo* de Dobrovie-Sorin. Essas abordagens, entretanto, ainda não foram suficientes para resolver a questão do *se* com infinitivo no Português. Daí, foi necessário trazer à discussão as análises de Raposo e Uriagereka (1996) e Martins (2003). Dessas análises, podemos ter três possibilidades de analisar o *se* na história do português: o *se-passivo*, *se-indefinido* e *se-impessoal*.

No **Capítulo 3**, foi abordada a questão de Agr no Português: como o PB sofreu uma mudança que afetou o seu sistema flexional, é possível considerar que ele apresenta características de uma língua *pro-drop* parcial. Agr no PB é capaz de licenciar uma posição de sujeito, mas não de identificar o conteúdo referencial desta posição. No PE, contrariamente, como tem Agr forte, capaz de licenciar a posição de sujeito e identificar o seu conteúdo referencial, o Parâmetro do Sujeito Nulo está ativo: quando ocorre um pronome lexical na

posição de sujeito, ele está associado a uma necessidade de desambigüizar o referente com um antecedente.

A associação do tipo de *se* com o tipo de Agr faz com que analisemos as diferenças entre PCl, PE e PB como pertencentes a gramáticas distintas. No **Capítulo 4**, proponho que a mudança de *se* que ocorre na história do Português está associada a uma mudança gramatical: (a) do PCl ao PE ocorre uma mudança de *se-passivo* para *se-indefinido* relacionada à mudança na posição de sujeito (*cf.* Galves, Britto, e Paixão de Sousa (2005), Paixão de Sousa 2004); (b) a mudança de Agr no PB faz com que apareça o *se-impessoal*, como uma forma de preenchimento do sujeito, em variação com pronomes arbitrários como *a gente* e *você*; (c) no PE, uma língua de Agr rico, encontramos além do *se-indefinido*, o *se-impessoal*. Além disso, discuto também no **Capítulo 4** a variação que é vista nos textos de autores brasileiros entre concordância/ não-concordância entre verbo e seu argumento interno plural das construções com *se*: atribuo essa variação a uma variação entre gramáticas distintas. No PB são gramaticais os casos de *se-impessoal*, dada a característica de Agr; os casos de concordância são gerados por uma gramática distinta, que tem a concordância como uma variante de prestígio.

Os resultados aqui apresentados, apesar de espelharem mudanças já atestadas, ainda carecem de novos dados. Vimos que existem dois tipos de variação entre *se* e um outro elemento: no PCl afirmo que o *se* está em variação, de fato, com as construções passivas, dada a natureza do *se-passivo*. No PE afirmo que o *se* está em variação com PRO, dada à existência de dois tipos de infinitivo no PE: o Flexionado e o não Flexionado. Desse modo,

uma continuação desta pesquisa vai na direção de observar tanto as passivas infinitivas como também o sujeito de infinitivo, principalmente no *Corpus Tycho Brahe*.

Finalmente, considero aqui a importância das pesquisas baseadas em *corpora* para elaborar hipóteses sobre as línguas e sobre as mudanças que ocorrem. Como vimos com os trabalhos que têm sido desenvolvidos com base no *Corpus Tycho Brahe*, fenômenos distintos parecem sofrer mudança numa mesma data: o início do século 18. Assim, podemos dizer que as mudanças nesses fenômenos distintos podem estar associadas a uma única mudança que ocorreu do PCl ao PE. De fato, isso é observado com a associação da mudança do tipo de *se* com a mudança que ocorre na sintaxe do português. Espero, com esta pesquisa, ter colaborado para o entendimento de propriedades gramaticais de três variedades do Português bem como de propriedades gramaticais relacionadas ao *se* com infinitivo, que podem ser testadas em outras línguas.

Referências Bibliográficas

- Bechara, Evanildo. 2000. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna. Edição Revista e Ampliada.
- Brito, Ana Maria. 1995. Algumas propriedades sintáticas do português no quadro das línguas românicas: sujeito nulo, infinitivo flexionado e clíticos nominativos. *Lusorama* 27 17–27.
- Callou, Dinah, e Célia Regina dos Santos Lopes, ed. 1993. *A linguagem falada culta na cidade do Rio de Janeiro*, volume 2: Diálogo entre Informante e Documentador. Rio de Janeiro, RJ: CAPES, Faculdade de Letras / UFRJ.
- Cavalcante, Silvia Regina de Oliveira. 1999. A indeterminação do sujeito na escrita padrão: a imprensa carioca nos séculos XIX e XX. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras / UFRJ, Rio de Janeiro.
- Cavalcante, Silvia Regina de Oliveira. 2000. O uso de *se* com infinitivo em PE e PB: primeiras descobertas. Comunicação apresentada a XXX Jornada de Estudos Lingüísticos do Nordeste - GELNE, setembro 2000.
- Cavalcante, Silvia Regina de Oliveira. 2002. O uso de *se* na fala culta carioca: estudo em tempo real de curta duração. Ms. Instituto de Estudos da Linguagem / Unicamp.
- Cavalcante, Silvia Regina de Oliveira. 2003. A colocação de SE em textos portugueses do século 16 ao século 19. Apresentação na sessão coordenada "Clíticos na história do português: resultados do Corpus Tycho Brahe". III Congresso Internacional da ABRALIN, Faculdade de Letras / UFRJ e Hotel Glória., 13 a 15 de março 2003.
- Cavalcante, Silvia Regina de Oliveira. 2005. Sobre a interpretação arbitrária do sujeito nulo no PB. Ms. Instituto de Estudos da Linguagem / UNICAMP.
- Chomsky, Noam. 1981. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.
- Chomsky, Noam. 1995. *The Minimalist Program*. MIT.
- Chomsky, Noam, e Howard Lasnik. 1995. The Theory of Principles and Parameters. Em Chomsky (1995), capítulo The Theory of Principles and Parameters, 13–127.

- Cinque, Guglielmo. 1988. On si constructions and the theory of arb. *Linguistic Inquiry* 19:521–581.
- D’Alessandro, Roberta. 2002. Agreement in Italian impersonal si constructions: a derivational analysis. *Revista da ABRALIN* 1:35–72.
- D’Alessandro, Roberta. 2004. Impersonal si Constructions: Agreement and Interpretation. Tese de Doutorado, Institut für Linguistik/ Anglistik der Universität Stuttgart, Stuttgart.
- Dobrovie-Sorin, Carmen. 1998. Impersonal se Constructions in Romance and the Passivization of Unergatives. *Linguistic Inquiry* 29:399–437.
- Dobrovie-Sorin, Carmen. 2003. Implicit agentivity without agents in the syntax: a cross-linguistic analysis of SE-verbs. Em *Actes du Colloque Représentation du sens*. Montréal.
- Duarte, Maria Eugênia Lamoglia. 1993. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. Em *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*, ed. Ian Roberts e Mary A. Kato, 107–128. Campinas, SP: Ed. da Unicamp.
- Duarte, Maria Eugênia Lamoglia. 1995. A Perda do Princípio ‘Evite Pronome’ no Português Brasileiro. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- Duarte, Maria Eugênia Lamoglia. 2000. The loss of the ‘Avoid Pronoun’ Principle in Brazilian Portuguese. Em *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*, ed. Mary A. Kato e Esmeralda V. Negrão, volume 4 de *Linguística*, 17–36. Frankfurt: Vervuert-Iberoamericana.
- Duarte, Maria Eugênia Lamoglia. 2002. Construções com *se* apassivador e indeterminador. Em *Para a História do Português Brasileiro: Novos Estudos*, ed. Tânia Alkmim, volume III, 155–176. São Paulo, SP: Humanitas.
- Duarte, Maria Eugênia Lamoglia, e Celia Regina dos Santos Lopes. 2002. Realizaram, realizou-se ou realizamos...? As formas de indeterminação do sujeito em cartas de jornais do século XIX. Em *Notícias de corpora e outros estudos*, volume IV de *Para a história do Português Brasileiro*, 155–165. Rio de Janeiro: UFRJ/LETRAS, FAPERJ.
- Ferreira, Marcelo Barra. 2000. Argumentos Nulos em Português Brasileiro. Dissertação de Mestrado, Instituto de Estudos da Linguagem/ UNICAMP, Campinas, SP.
- Figueiredo Silva, Maria Cristina. 1996. *A posição sujeito no português brasileiro*. Série Pesquisas. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- Figueiredo Silva, Maria Cristina. 2000. Main and embedded null subjects in Brazilian Portuguese. Em *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*, ed. Mary A. Kato e Esmeralda V. Negrão, volume 4 de *Linguística*, 127–146. Frankfurt: Vervuert-Iberoamericana.

- Floripi, Simone Azevedo. 2005. Estudo da Variação do Determinante em Sintagmas Nominais Possessivos na História do Português. Projeto de Doutorado apresentado à FAPESP, Instituto de Estudos da Linguagem / UNICAMP.
- Galves, Charlotte Marie Chambelland. 1987. A sintaxe do português brasileiro. *Cadernos de Lingüística e Teoria da Literatura - Ensaaios de Lingüística* 7.
- Galves, Charlotte Marie Chambelland. 1991. Subjects and Operators in Brazilian Portuguese. Ms. Unicamp.
- Galves, Charlotte Marie Chambelland. 1993. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. Em *Português Brasileiro uma viagem diacrônica*, ed. Mary Kato e Ian Roberts, 387–408. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- Galves, Charlotte Marie Chambelland. 1994. V-movement, levels of representation and the Structure of S. *Letras de Hoje* 96:35–58. Em Galves 2001.
- Galves, Charlotte Marie Chambelland. 1998. A gramática do português brasileiro. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos* 79–98.
- Galves, Charlotte Marie Chambelland. 2001. *Ensaaios sobre as gramáticas do português*. Campinas, UNICAMP.
- Galves, Charlotte Marie Chambelland, Helena de Sousa Britto, e Maria Clara Paixão de Sousa. 2005. The Change in Clitic Placement: from Classical to Modern European Portuguese: Results from the Tycho Brahe Corpus. *Journal of Portuguese Linguistics* 4:39–67.
- Galves, Charlotte Marie Chambelland, Helena de Sousa Britto, e Maria Clara Paixão de Sousa. 2003. Clitic Placement in European Portuguese. (http://www.ime.usp.br/~tycho/participants/c_galves/GBPS_2003.htm).
- Galves, Charlotte Marie Chambelland, e Maria Clara Paixão de Sousa. 2004. Clitic-placement and the position of subjects in the history of European Portuguese. Em *Going Romance*. Nijmegen. No prelo.
- Gibrail, Alba Verona Brito. 2003. O acusativo preposicionado no Português Clássico: uma abordagem diacrônica e teórica. Dissertação de Mestrado, Instituto de Estudos da Linguagem / UNICAMP, Campinas, SP.
- Guedes, Marymarcia, e Rosane A. Berlinck. 2001. *E os preços eram commodos... Anúncios de jornais brasileiros. Século XIX*. São Paulo: Humanitas.
- Hale, Kenneth, e Samuel Jay Keyser. 1993. On argument structure and the lexical expression of syntactic relations. Em *The View from Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger*, ed. Kenneth Hale e Samuel Jay Keyser, Current Studies in Linguistics, 24, 53–109. Cambridge, Mass.: MIT.

- Hornstein, Norbert. 1999. Movement and control. *Linguistic Inquiry* 30:69–96.
- Hornstein, Norbert. 2001. *Move! A Minimalist Theory of Construal*. Oxford: Blackwell.
- Huang, C.-T. J. 1984. On the distribution and reference of empty pronouns. *Linguistic Inquiry* 321–337.
- Kato, Mary, e Fernando Tarallo. 1986. Anything YOU can do in Brazilian Portuguese. Em *Studies in Romance Linguistics*, ed. O. Jaeggli e C. Silva-Corvalán, 343–358. Dordrecht: Foris.
- Kato, Mary A. 1999. Strong and weak pronominals in the Null Subject Parameter. *Probus* 11:137.
- Kato, Mary A. 2000. The Partial Pro-Drop Nature and the restricted VS Order in Brazilian Portuguese. Em *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*, ed. Mary A. Kato e Esmeralda V. Negrão, volume 4 de *Linguística*, 223–258. Frankfurt: Vervuert-Iberoamericana.
- Kroch, Anthony. 1989. Reflexes of Grammar in Patterns of Language Change. *Language Variation and Change* 1:199–244.
- Labov, William. 1994. *Principles of Linguistic Change: Internal Factors*. Oxford: Blackwell.
- Luz, Geraldo Antônio da. 1994. O Infinitivo Pessoal: uma Análise do Português Contemporâneo. Dissertação de Mestrado, IEL/ UNICAMP, Campinas, SP.
- Magalhães, Telma Moreira Vianna. 2002. O uso de artigo definido diante de pronomes possessivos em textos portugueses do século XVI a XIX. Trabalho de Qualificação de Área, Instituto de Estudos da Linguagem / UNICAMP.
- Manzini, Maria Rita. 1986. *Syntax and semantics: the syntax of pronominal clitics*, capítulo On italian si. Florida, Academic Press.
- Martins, Ana Maria. 2003. Construções com *se*: mudança e variação no português europeu. Em *Razões e Emoções: Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Helena Mateus*, ed. Ivo Castro e Inês Duarte, volume 2, 163–178. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Mateus, Maria Helena Mira, Ana Maria Brito, Inês Duarte, e Isabel Hub Faria. 1989. *Gramática da língua portuguesa*. Linguística. Lisboa: Caminho, 2a. edição revista e aumentada edição.
- Mateus, Maria Helena Mira, Ana Maria Brito, Inês Duarte, e Isabel Hub Faria. 2003. *Gramática da Língua Portuguesa*. Linguística. Lisboa: Caminho, 5 edição. Com a colaboração de Sónia Frota, Gabriela Matos, Fátima Oliveira, Marina Vigário e Alina Villalva.

- Mendikoetxea, Amaya. 1990. On the syntax of constructions with arb se in Spanish. *SEPARATA Anuario del Seminario de Filología Vasca* .
- Modesto, Marcelo. 2000. Null Subjects without ‘Rich’ Agreement. Em *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*, ed. Mary A. Kato e Esmeralda V. Negrão, volume 4 de *Lingüística*, 147–174. Frankfurt: Vervuert-Iberoamericana.
- Moreira da Silva, Samuel. 1983. Études sur la symétrie et l’asymétrie SUJET/OBJET dans le Portugais du Brésil. Tese de Doutorado, Université de Paris VIII, Departament de Linguistique Générale.
- Naro, Anthony J. 1976. The genesis of reflexive impersonal in Portuguese. *Language* 52:779–810.
- Nascimento, Maria Fernanda Bacelar do, Maria Lúcia Garcia Marques, e Maria Luísa Segura da Cruz. 1987. *Português Fundamental: Métodos e Documentos*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.
- Nicolau, Eunice Maria das Dores. 1995. As Propriedades de Sujeito Nulo e Ordem V-S no Português Brasileiro. Tese de Doutorado, IEL/ UNICAMP, Campinas, SP.
- Nunes, Jairo. 1990. O famigerado SE: uma análise sincrônica e diacrônica do se apassivador e indeterminador. Dissertação de Mestrado, Instituto de Estudos da Linguagem / UNICAMP, Campinas, SP.
- Nunes, Jairo. 1991. *Se* apassivador e *se* indeterminador: o percurso diacrônico no português brasileiro. *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 33–57.
- Nunes, Jairo. 1995a. Ainda o famigerado se. *D.E.L.T.A.* 11:201–240.
- Nunes, Jairo. 1995b. The copy theory of movement and linearization of chains in the minimalist program. Tese de Doutorado, UMCP.
- Nunes, Jairo. 2000. Linearization of chains and sideward movement. Ms. Unicamp.
- Otero, Carlos Peregrín. 1999. Pronombres reflexivos y recíprocos. Em *Gramática descriptiva de la lengua española. síntesis básica de las clases de palabras*, ed. Ignacio Bosque e Violeta Demonte, 1427–1517. Madrid: Espasa Calpe.
- Paixão de Sousa, Maria Clara. 2004. Língua Barroca: Sintaxe e História do Português nos 1600. Tese de Doutorado, Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, SP.
- Perini, Mário A. 1977. *Gramática do infinitivo português*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Raposo, Eduardo. 1987. Case Theory and INFL-to-COMP: The Inflected Infinitive in European Portuguese. *Linguistic Inquiry* 18:85–109.

- Raposo, Eduardo. 1992. *Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem*. Lisboa: Caminho.
- Raposo, Eduardo, e Juan Uriagereka. 1996. Indefinite SE. *Natural Language and Linguistic Theory* 14:749–810.
- Rivero, Maria Luisa. 2000a. Impersonal SIE in Polish: A Simplex Expression Anaphor. *Journal of Slavic Linguistics* .
- Rivero, Maria Luisa. 2000b. On Impersonal Reflexives in Romance and Slavic and Semantic Variation. Presented at XXX Linguistic Symposium on Romance Languages, Gainesville, Florida, February 2000.
- Rodrigues, Cilene. 2002. Deriving Referential Brazilian Portuguese Null Subjects from Movement. Ms. University of Maryland at College Park.
- Rodrigues, Cilene. 2004. Impoverished Morphology and A-Movement Out of Case Domains. Tese de Doutorado, University of Maryland, College Park.
- Saab, Andrés Leandro. 2002. Asignación de Caso en construcciones con *se* impersonal. Ms. Universidade Nacional del Comahue.
- Tarallo, Fernando. 1993. Diagnosticando uma gramática brasileira: O português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. Em *O Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*, ed. Mary Kato e Ian Roberts, 69–105. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Vitral, Lourenzo. 1987. Sobre a Complementação Infinitiva em Português. Dissertação de Mestrado, UFMG, Belo Horizonte.

Anexos

- Gráfico 1: Percentual de *se* com infinitivo por autor no *Corpus Tycho Brahe*
- Tabela 1: Distribuição de *se* com infinitivo por tipo de oração e autor do *Corpus Tycho Brahe*
- Tabela 2: Distribuição de *se* com infinitivo por tipo de oração e período de tempo no *Corpus Tycho Brahe*